Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

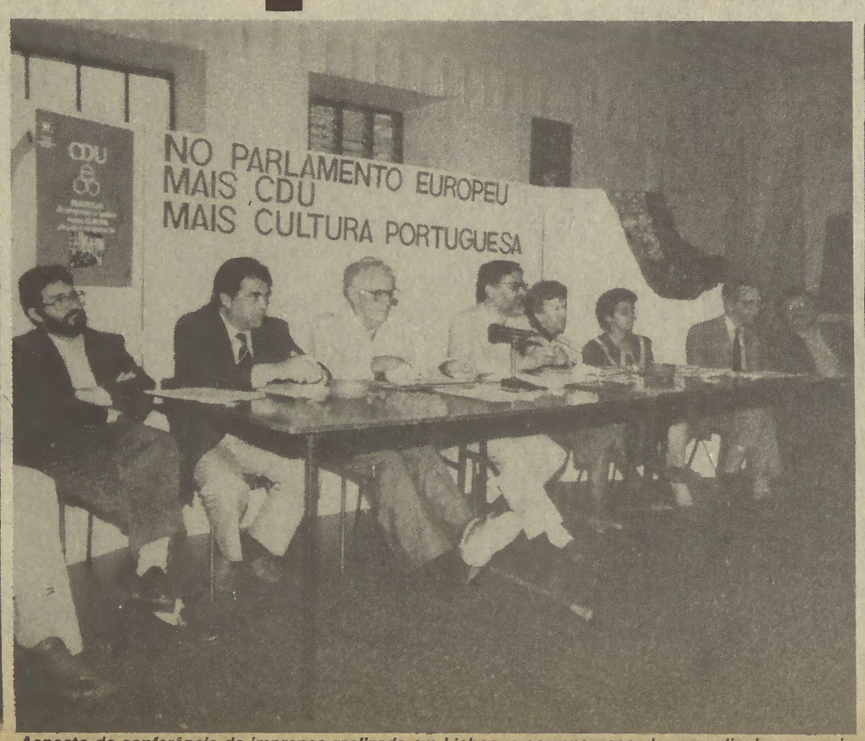
Ano 59 – Série VII – N.º 804
24 de Maio de 1989
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Speiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

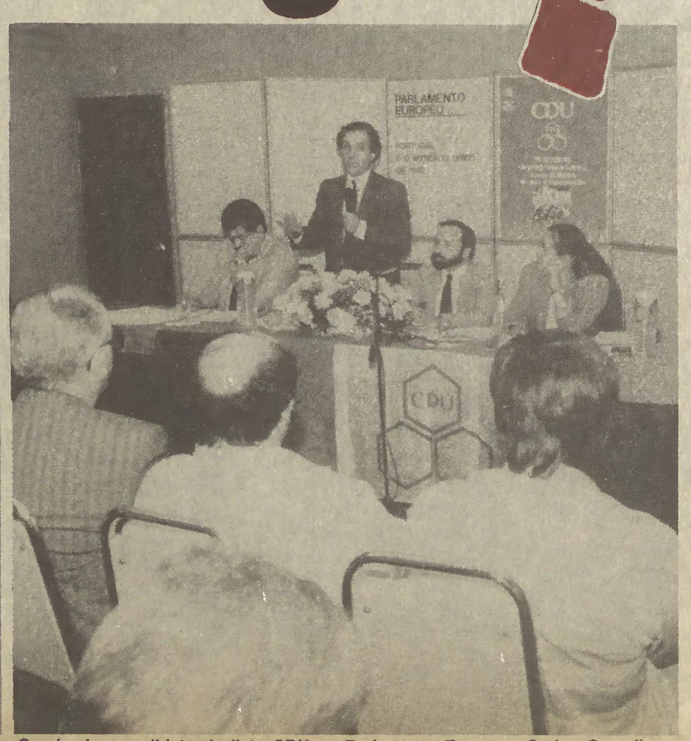
No Parlamento Europeu

CDU é melhor para Portugal!

Álvaro Cunhal em Ponte de Sôr. No passado fim-de-semana, o secretário-geral do PCP participou em diversas iniciativas, no Alentejo e no Algarve, integradas na pré-campanha da CDU. Em Baleizão, a homenagem a Catarina Eufémia



Aspecto da conferência de imprensa realizada em Lisboa, a semana passada, para divulgar a posição da CDU sobre a Televisão sem Fronteiras e anunciar a participação dos trabalhadores de espectáculos portugueses no «Combolo chamado Cultura»



O primeiro candidato da lista CDU ao Parlamento Europeu, Carlos Carvalhas, numa das muitas sessões em que participou nos últimos dias. Lisboa, Aveiro, Porto, foram regiões visitadas pelo candidato, que se encontrou com as populações

6.º CONGRESSO DA CGTP/IN

MOVIMENTO SINDICAL FORTALECIDO

Greve de massas no Ensino

A **greve dos professores** decretada pela FENPROF registou adesões superiores a 90 por cento no que constituiu a maior jornada de protesto de sempre organizada por estes profissionais de ensino e que ao longo dos primeiros três dias desta semana paralisou as escolas de todo o País. Um «protesto contra a afronta que o Governo fez ao apresentar uma grelha salarial que retira a paridade com os técnicos e os técnicos superiores da Função Pública», foi a razão próxima dos três dias de greve, greve que mereceu a solidariedade da CGTP, em moção aprovada no 6.º Congresso da central sindical. Entretanto a FENPROF anunciou que elaborou um conjunto de propostas de acção, a debater com outras organizações sindicais de professores, com o objectivo de reforçar a união destes profissionais em torno de pontos de convergência.

Semana/p. 6

Revisão Constitucional: cedências e mais cedências do PS

A revisão constitucional avança a marchas forçadas para a sua conclusão. O PSD, com a ajuda do PS, demonstra pressa em concluir o processo que visa atacar profundamente os alicerces da Lei Fundamental do País

Pág. 9/**Semana**

Editorial

Avante!
Ano 59 – Série VII
N.º 804
24 de Maio de 1989
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Firme resposta de massas à ofensiva restauracionista

Portugal sob o domínio político da direita restauracionista governante, atravessa uma fase singuar da sua saga democrática.

O irracionalismo e a falência política do cavaquismo atingiram um carácter e uma profundeza que nenhuma cortina de demagogia e de autocratismo repressivo pode já ocultar aos olhos da opinião pública nacional.

Simultaneamente, em consequência da gravidade dos interesses atingidos e de uma notável tomada de consciência cívica, movimentam-se na sociedade portuguesa em formas diversas, algumas de elevada combatividade, sectores sociais de grande amplitude e projecção política que estão operando pela sua acção sensíveis deslocamentos de forças num sentido favorável a uma mudança democrática de política e de Governo.

Neste expressivo quadro social e político uma questão marcante e esclarecedora do momento actual é a da degradação da imagem do Poder verificada através do comportamento autocrático de dois órgãos basilares do aparelho do Estado: o Governo, no plano executivo e a Assembleia da República no plano legislativo, dominada por métodos antidemocráticos pela maioria parlamentar, claudicante mas ainda impositiva, do partido governante.

Os portugueses insuficientemente esclarecidos que em 19 de Julho de 1987 deram o voto maioritário a Cavaco Silva e ao seu Governo julgando contribuir dessa forma para a estabilidade social e política do País e para a modernização e desenvolvimento da nossa economia e da nossa sociedade prometidas pelo cavaquismo estão agora em condições de tirar de um mau passo político as necessárias conclusões.

Manifestamente, muitos deles e outros que até então tinham confiado no aliciante projecto social-democrata e agora se dão conta do seu verdadeiro carácter de classe e espírito demagógico, estão, decididamente, a tirar conclusões práticas no terreno da luta contra a verdade política do Governo.

Quiseram expressar por meio do voto a contestação da política de austeridade «aperta-o-cinto» do anterior governo do chamado «bloco central» e hoje, diante da realidade, estão a braços com o agravamento súbito e para eles inesperado das condições de vida e de trabalho das classes e camadas sociais mais carenciadas e desfavorecidas da população que constituem a imensa maioria e tudo isso apesar das substanciais injecções de dinheiro estrangeiro dissipado na materialização dos objectivos restauracionistas dos monopólios e na destruição dos sectores básicos e mais válidos do nosso aparelho produtivo resultante da furiosa ofensiva das reprivatizações inconstitucionais do sector público e empresarial do Estado, das nacionalizações, da Reforma Agrária.

Muitos dos que votaram no cavaquismo visavam um maior acesso à informação, uma comunicação social estatizada pela forma de propriedade mas vinculada pelo conteúdo ao preceito constitucional do pluralismo democrático, uma liberdade e verdade informativas que lhes proporcionasse terrenos de opção política mais vastos.

O que tiveram na prática foi o inverso de tudo isso. A reprivatização inconstitucional de vários órgãos de imprensa estatizados sucede agora uma investida de maior envergadura, com a revisão subversiva da Constituição, de mãos dadas com o PS, terminada na madrugada de ontem. Ao silenciamento das rádios locais, valiosos instrumentos populares e democráticas de informação, o prosseguimento em paralelo do escandaloso silenciamento nos órgãos de informação estatizados de maior audiência da voz e das realizações das forças democráticas mais consequentes, em particular do PCP.

Em vez da facultação de meios e da institucionalização de formas de controlo democrático dos actos e da política do Governo, a fuga deliberada à fiscalização popular é instituída no próprio texto constitucional saído da revisão da Constituição ontem terminada.

A ilegalidade sistemática foi erigida em lei na revisão da Constituição com o voto decisivo do PS.

De facto, a institucionalização da ilegalidade como lei assume a expressão mais acabada com a própria revisão da Constituição acordada no indigno compromisso PS/PSD e a cumplicidade natural do CDS.

O povo português tem já praticamente a partir da madrugada de ontem uma Constituição deformada nas suas características democráticas essenciais pelo conluio PS/PSD.

É uma linguagem chocante e estranha a do secretário-geral do PS, Jorge Sampaio ao dizer que a revisão da Constituição indignamente acordada entre o seu partido e o PSD «é uma Revisão correcta que não é necessariamente a nossa (dele, PS) Revisão Constitucional» e ler depois no Comunicado do Conselho Nacional da JS que «é com esta Constituição que o PS vai governar Portugal». (!)

Quererá isto dizer que o PS se prepara, numa hipotética e longínqua possibilidade de ser governo, para protagonizar e dar continuidade a uma política de direita, na base de uma revisão antidemocrática da Constituição que só a sua votação e cumplicidade com o partido cavaquista torna possível impor aos portugueses?

Naturalmente, tal como no quadro da Constituição que acaba de ser revista, a luta dos comunistas portugueses e dos seus aliados e de todos os democratas que com eles se identificam e alinham na defesa dos direitos, liberdades e garantias essenciais dos cidadãos e das conquistas democráticas fundamentais de Abril, vai certamente continuar e intensificar-se ao abrigo do novo texto constitucional.

As responsabilidades do PS nesta radical modificação antidemocrática e inconstitucional da Lei Fundamental do País e nas suas consequências políticas imediatas e a mais dilatado prazo são de grande monta.

Tudo aponta no sentido de uma ofensiva generalizada e ainda mais brutal da direita governante para tirar de imediato todos os efeitos práticos do novo ordenamento constitucional. O PS, que ao contrário das suas ambições hegemónicas mais se distanciou agora da área do Poder, corre o risco de se tornar um apêndice político da direita governante.

As ilegalidades sistemáticas do Governo cavaquista na sua política de restauração dos monopólios e dos latifúndios vão previsivelmente intensificar-se. Os atentados à democracia, à independência económica, política e militar de Portugal e à sua soberania vão multiplicar-se no quadro de interesses das multinacionais e da NATO.

A corrupção e a deterioração moral a nível do Poder que nos últimos tempos assumiram uma escala sem precedentes ameaçam tornar-se o pão de cada dia da governação da direita.

Os actuais atropelos à legalidade e à dignidade do Poder cometidos, por exemplo, na zona da Reforma Agrária pelo actual ministro da Agricultura e Pescas vão sem dúvida, subir de ponto.

Neste domínio os acontecimentos da última semana são paradigmáticos.

É significativo que no próprio momento em que os organismos representativos dos trabalhadores da Reforma Agrária denunciam e processam o MAP pelas formas ilegais, arbitrárias e de compadrio na entrega de reservas, o ministro Barreto por simples telefonema com apenas uma hora de antecedência «notifique» as UCPs da entrega de reservas e do esbulho de terras, gados e máquinas que só na última semana, no capítulo das áreas, ascenderam a mais de 3000 hectares!

É compreensível e completamente legítima a extraordinária movimentação de massas nas últimas semanas, o seu amplo leque social, o vigor e combatividade das lutas travadas. Neste texto se devem inscrever a greve nacional dos professores ainda em curso participada a quase 100%, as lutas e greves operárias de vastos sectores do mundo do trabalho, a exaltante consagração da vitória pela posse dos baldios do povo em Vila Real, a luta sob a forma da greve dos trabalhadores da Função Pública, as acções de grande firmeza, combatividade e unidade dos sindicalistas da PSP pela legalização da sua Associação Sindical e a movimentação de outras forças militarizadas e dos trabalhadores dos estabelecimentos fabris militares pelos seus direitos sindicais.

E como poderosa afirmação de unidade do movimento operário português neste grandioso contexto de luta, 6.º Congresso da CGTP — Intersindical Nacional — ímpar baluarte da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses, força primacial do movimento sindical unitário constitui uma poderosa realização de massas do mundo do trabalho em Portugal.

Durante quatro dias a tribuna do 6.º Congresso da CGTP-IN foi palco de uma viva presença nacional e internacional dos trabalhadores, de resoluta afirmação de problemas e reivindicações comuns e da inabalável decisão e vontade de erguer ante a ofensiva de classe do grande capital uma inexpugnável barreira de unidade e luta.

Frente à ofensiva dos monopólios e das multinacionais, no processo de integração da Comunidade Europeia e no momento em que se desenvolve a pré-campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, o 6.º Congresso da CGTP-IN dá o exemplo unitário que o mundo do trabalho transmite para o mundo essencialmente político.

À continuação da luta intransigente contra o odioso «pacote laboral» o 6.º Congresso da CGTP-IN aliou a definição de uma posição unitária inteiramente justa dos trabalhadores portugueses no quadro da integração europeia e na perspectiva do Mercado Único Europeu em 1993.

O povo português tem no momento actual uma firme resposta de massas a dar à política restauracionista da direita governante.

Os trabalhadores e o povo português têm fortes razões de confiança na sua capacidade para enfrentar e vencer a ofensiva das forças retrógradas apoiadas no cavaquismo e dar corpo e viabilidade e força a uma necessária alternativa democrática ao Governo PSD/Cavaco Silva e à sua política.

Resumo

17
Quarta-feira

Um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça manda libertar da prisão preventiva Otelo Saraiva de Carvalho, que sai durante a noite da prisão de Tomar, enquanto os restantes presos do caso FUP/FP 25 abrangidos por esta decisão aguardam decisões de outros tribunais ■ Inicia-se o sexto congresso da CGTP, que no discurso de Manuel Carvalho da Silva, propõe-se efectuar «algo de mais profundo e duradouro do que uma simples mudança nos métodos de trabalho» ■ Um plenário de professores convocado pela FENPROF enche as bancadas do Campo Pequeno, confirmando as greves marcadas para os três primeiros dias da próxima semana e afirmando o descontentamento pela actuação do Governo ■ No Panamá a convocação de uma greve geral pela oposição ao general Noriega, em protesto contra alegadas fraudes eleitorais, não tem adesão significativa.

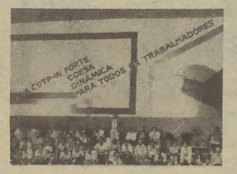
18
Quinta-feira

Na Assembleia da República PS e PSD fazem aprovar a eliminação da Reforma Agrária do texto constitucional, contra os votos do PCP, Verdes, Intervenção Democrática, Manuel Alegre, do PS, e mais dois independentes ■ O rei Juan Carlos, de Espanha, termina a sua visita ao nosso país ■ O presidente soviético, Mikhail Gorbatchev, termina uma visita à China, considerada histórica e que marcou o reinício das relações entre os dois partidos comunistas. A visita surgiu num momento em que se regista uma movimentação de massas sem precedentes na China, com manifestações de estudantes que dizem querer mais democracia e menos corrupção ■ O presidente da Etiópia anuncia que o governo controla a situação no país depois de ter esmagado uma rebelião militar.

19
Sexta-feira

Os arguidos do caso FUP/FP-25 abrangidos pela decisão do Supremo que libertou Otelo, que ainda se encontravam presos, foram libertos durante a tarde por ordem dos tribunais onde corriam os seus processos ■ É eleito o novo Conselho Nacional da CGTP ■ O cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, Carlos Carvalhas, visita Aveiro, onde toma contacto com alguns dos problemas locais, na véspera de uma visita similar ao Porto ■ O primeiro-ministro chinês, Li Peng, pede a intervenção do exército para restabelecer a ordem, enquanto milhares de estudantes continuam concentrados na praça Tian An Amen. Decreta-se a Lei Marcial ■ O governo italiano pede a demissão na sequência de «um pedido de clarificação» feito pelo líder socialista, Bettino Craxi, ao seu parceiro de coligação e primeiro-ministro, Ciriaco de Mita.

20
Sábado



Encerra o sexto congresso da CGTP, onde o coordenador Manuel Carvalho da Silva apela a que o movimento sindical «se empenhe no esclarecimento e na mobilização dos trabalhadores» e contribua «para a eleição de deputados capazes de defenderem os interesses das classes trabalhadoras» no Parlamento Europeu. É aprovada uma moção contra a Revisão Constitucional ■ Os sindicatos da função pública consideram fracassada a negociação com o governo e convocam uma greve para 31 de Maio ■ Um comício no Campo Pequeno em Lisboa, do PSD, com a presença de Cavaco Silva, fica marcado pelo fracasso ao não encher as bancadas nem a arena da praça de touros ■ Jorge Sampaio, em visita ao Alentejo para participar num colóquio em Évora, não consegue reunir mais de vinte pessoas.

21
Domingo

De visita ao Alentejo, o secretário-geral do PCP participa em Baleizão na homenagem a Catarina Eufémia, depois de ter estado em Évora e Ponte de Sor, e antes de se deslocar a Faro. Nos diversos comícios onde participa, Álvaro Cunhal lembra a importância do próximo acto eleitoral «para eleger deputados patriotas ao Parlamento Europeu e para manifestar o descontentamento face à política do Governo/PSD» ■ Após uma reunião da Comissão Coordenadora da Região Centro da Pró-Sindical da PSP, o coordenador nacional José Carreira anuncia que até final do mês de Junho aquela pró-sindical representará metade dos efectivos da Polícia de Segurança Pública ■ Em Pequim a lei marcial é violada por milhões de pessoas, que acorrem às ruas em apoio aos protestos dos estudantes. As tropas estão na rua, actuando pacificamente ■ O Benfica sagra-se campeão nacional de futebol da época 88/89.

22
Segunda-feira

A greve dos professores mobiliza, no seu primeiro dia, cerca de 130 mil docentes, com uma adesão superior a 90 por cento ■ O Ministério da Agricultura procede à entrega de numerosas reservas na zona da Reforma Agrária, destruindo assim numerosas cooperativas agrícolas. O executivo da Direcção Regional do Alentejo do PCP, denuncia a intenção de «reconstituição dos latifúndios ■ A nomeação de cinco novos secretários de Estado, constitui a quinta alteração introduzida por Cavaco Silva no actual Governo ■ O plenário do CC do PCUS decide propôr a candidatura de Mikhail Gorbatchov para o lugar de presidente do Soviete Supremo, que equivale ao de chefe de Estado. Durante a reunião Gorbatchov apresentou um relatório sobre o desenvolvimento dos trabalhos do Congresso dos Deputados, que reune pela primeira vez dia 25 ■ Milhares de pessoas continuam concentradas na Praça Tian An Amen, em Pequim, apesar da instauração da lei marcial.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 84 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Tel. 90 00 44

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 06/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50

Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média de Abril: 24 275 exemplares

Semana

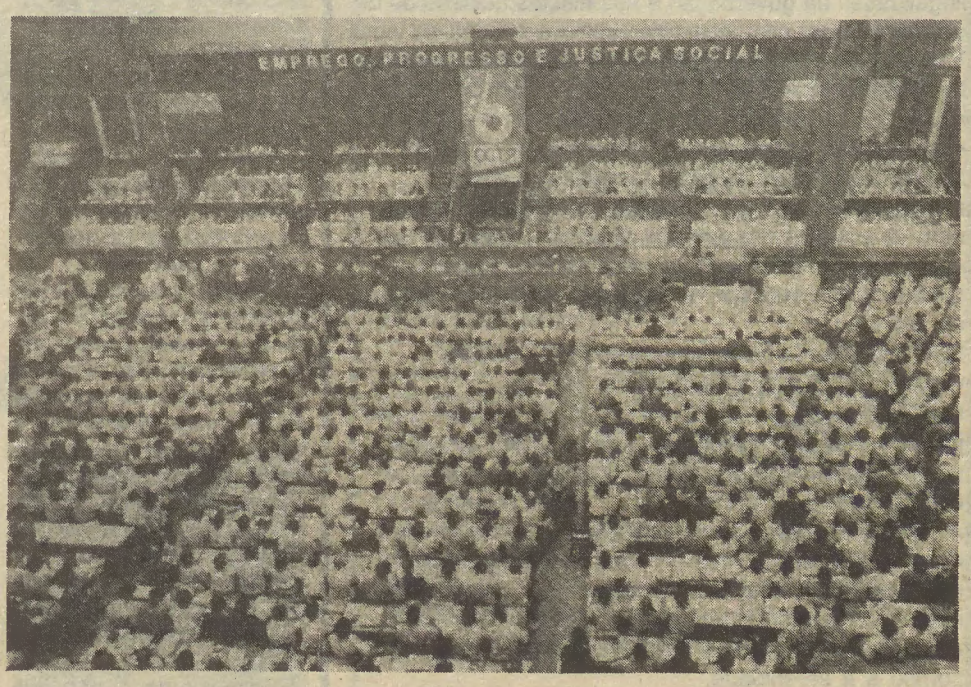
Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 804
24 de Maio de 1989
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

A CGTP depois do 6.º Congresso

Mais unida, mais forte, mais viva

• «A luta continua» foi a palavra de ordem de encerramento



Terminou no sábado, com uma calorosa demonstração de solidariedade internacionalista, o 6.º Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional. Durante quatro dias 1181 delegados de 211 sindicatos (67 não filiados na CGTP), 22 uniões sindicais e 19 federações debateram no Pavilhão dos Desportos de Lisboa as linhas principais do trabalho da central e do movimento sindical unitário desde Maio de 1986 e as orientações para os próximos três anos, à luz das modificações em curso na sociedade portuguesa e no mundo.

Com um grande consenso, expresso nomeadamente no facto de, no total das votações, apenas se ter verificado um voto contra as propostas apresentadas pela direcção da CGTP-IN, foram aprovados o relatório de actividades, alterações aos estatutos, a plataforma para a acção sindical e várias moções e resoluções. A lista única para o Conselho Nacional, apresentada pelo CN cessante, foi aprovada com 86% dos votos.

«A luta continua» foi a última palavra de ordem gritada no Pavilhão Carlos Lopes depois do discurso de encerramento de Manuel Carvalho da Silva neste 6.º Congresso, assumido como momento de viragem, e do qual a CGTP-IN sai mais unida, mais forte, mais viva.

Guardando para as páginas seguintes o desenvolvimento de algumas das questões mais importantes tratadas no 6.º Congresso da CGTP-IN, deixamos aqui, se não o *filme* dos acontecimentos, pelo menos alguns *diapositivos* que dão uma ideia do que se passou no Pavilhão nestes quatro dias.

O consenso a abrir

O Congresso iniciou-se quarta-feira à tarde. Passavam vinte minutos das 15 horas quando Florival Lança, da Executiva do Conselho Nacional, deu por iniciados os trabalhos, apresentou a mesa (constituída pelos membros do CN) e os convidados nacionais (designadamente os representantes da Presidência da República, dos grupos parlamentares do PCP e do PS, da ID, do CPCS, dos partidos políticos da área democrática, da Associação 25 de Abril, da Confederação dos Quadros Técnicos e Científicos, dirigentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas) e estrangeiros (95 delegações).

O dirigente da União dos Sindicatos de Lisboa recordou na saudação de abertura que a CGTP-IN «absorveu os históricos valores e tradições de unidade, de organização e de luta do centenário movimento sindical português». Saudou «com particular alegria» a Interjovem, organização autónoma dos jovens trabalhadores na CGTP recentemente formada e representada no congresso com três delegados.

Florival Lança concluiu a saudação de abertura do congresso afirmando que «hoje, a nossa luta pela garantia dos direitos universais é mais do que a reivindicação do direito ao trabalho e por melhores condições de vida. Ela é a própria luta pelo direito de todos os cidadãos a terem uma vida digna e a intervirem activamente na construção de uma sociedade livre e democrática e, como tal, a participarem em todos os níveis e processos de decisão, quer eles se situem em Lisboa, em Estrasburgo ou em Bruxelas».

De seguida foram aprovados o regulamento do congresso e o regulamento eleitoral. Ao contrário do que seria de esperar, pelo menos a fazer fé nas notícias e previsões entretanto vindas a público, as alterações aos estatutos não suscitaram viva polémica; o período de discussão definido foi mais que suficiente e a votação efectuou-se com quase uma hora de antecedência em relação ao previsto. As alterações propostas pelo CN (de que falamos noutro local) foram aprovadas com um voto contra e uma abstenção.

Um consenso que, logo desde o primeiro dia e fruto do esforço dos sindicalistas das várias correntes com expressão na CGTP, marcou esta reunião magna.

Cohen Damen, da Organização Internacional do Trabalho, e o marechal Costa Gomes, do Conselho Nacional da Paz, foram os primeiros convidados que saudaram o congresso.

Ainda na quarta-feira, falou (e foi muito aplaudido) o coordenador da Associação Sindical dos Profissionais da PSP, José Carreira.

Além da ASP/PSP, assistiram ao 6.º Congresso da CGTP-IN como observadores mais seis sindicatos. O presidente do Sindicato dos seguros do Sul (filiado na UGT) enviou uma mensagem.

Ao congresso foi apresentada ainda uma saudação do Sindicato dos Jornalistas.

O primeiro dia do congresso ficou assinalado pelo anúncio da libertação de Otelo Saraiva de Carvalho, vivamente aplaudida.

O acontecimento mais significativo de quarta-feira foi a intervenção de Carvalho da Silva, a quem coube, como coordenador da direcção da central, apresentar o relatório de actividades de 1986 a 1989, a resolução propondo que o programa aprovado no 5.º Congresso não sofresse alterações, e a plataforma para a acção sindical até 1992.

Estava aberta a discussão.

A realidade e a intervenção

A partir desta altura deixou de sobrar tempo. Durante quinta-feira e sexta teve que se impor por várias vezes o poder do *semáforo* que controlava o tempo dos discursos.

Reflectindo uma realidade em rápida evolução e demonstrando uma vontade forte de continuar a assegurar uma intervenção activa dos trabalhadores e das suas organizações de classe nas mais variadas áreas, os delegados falaram do que se passa nos seus sectores, nas empresas. Na maioria das intervenções foram referidos

➔

Lutar por uma vida melhor

• Onze objectivos imediatos

Para a CGTP-IN «um Portugal democrático, desenvolvido, solidário e soberano tem como condição fundamental a conquista de uma vida melhor» — como se afirma na plataforma para a acção sindical neste triénio, documento que dedica todo um capítulo às principais exigências dos trabalhadores.

O 6.º Congresso aprovou ainda uma moção onde se definem onze objectivos de luta imediatos, as reivindicações prioritárias por que o movimento sindical unitário se vai bater.

A plataforma recorda que o objectivo de alcançar uma vida melhor para os trabalhadores «exige uma nova lógica de desenvolvimento económico» e constata que «a experiência dos últimos anos demonstra que o crescimento, por si só, sem ser orientado por fins sociais, pode agravar as desigualdades, os desequilíbrios e as injustiças sociais».

Ao longo de 18 páginas são expostas as linhas principais da luta pelo direito ao trabalho (pela segurança e estabilidade no emprego, contra a precariedade, pela qualificação e formação profissional), pela redução do tempo de trabalho, pela melhoria dos rendimentos dos trabalhadores (aumento dos salários reais, desagravamento da carga fiscal, protecção social no desemprego), pela melhoria da segurança social, pela segurança no trabalho, pelo bem-estar social (saúde, habitação, transportes, meio ambiente, direitos do consumidor, cultura e desporto).

Aumentos intercalares

Nos onze objectivos de luta imediata aprovados no congresso defende-se aumentos intercalares a partir de 1 de Julho e sem prejuízo da revisão habitual no início do ano (1990) para os salários mínimos **(5 mil escudos)** e para as pensões de reforma **(3500 escudos)**.

A moção, aprovada por unanimidade e aclamação, começa por constatar «o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e de vastas camadas da população, em resultado da política do Governo PSD/Cavaco Silva». Tal situação «exige que sejam tomadas medidas urgentes, tendo-se em conta o aumento do custo de vida, a crescente precariedade de emprego, o baixíssimo nível de protecção social e a ausência de uma política social».

Os onze objectivos apontados na moção constituem assim «as reivindicações mais imediatas e prementes da plataforma» e a sua satisfação «exige o desenvolvimento da acção reivindicativa a todos os níveis».

Neste documento, tal como na plataforma e em muitas intervenções (nomeadamente a de José Ernesto Cartaxo sobre política reivindicativa e a de Américo Nunes sobre organização sindical), sublinha-se a importância decisiva do reforço da intervenção nos locais de trabalho.

Entre outras reivindicações, contemplam-se nos objectivos imediatos de luta a satisfação das correcções intercalares dos salários em vários sectores e empresas (função pública, banca, transportes, sector químico, siderurgia, comunicações) e o desbloqueamento dos processos de negociação dependentes do Governo, o aumento do número de escalões do IRS e a sua actualização anual com base no aumento do índice de preços ao consumidor, a fixação das 40 horas como duração máxima da semana de trabalho, a diminuição para 60 anos da idade de reforma, a diminuição dos «brutais encargos» com a habitação, a melhoria da assistência médica e dos cuidados de saúde.

Relatos de um lutador antifascista

COM UMA IMENSA ALEGRIA Pires Jorge

Colecção Resistência

edições Avante!

À VENDA

aTalhe deFOICE

Ajudas

O Governo de Cavaco Silva tem muitas ajudas.
Aquelas que a si próprio dá, abundando nas declarações que divulgam a ideia de uma boa saúde e nas acções que visam levar por diante a sua política destruidora e repressiva, e aquelas ajudas que vêm dos lados do Partido Socialista que, apesar das declarações em contrário, também abundantes, não tem deixado de estender a mão ao Executivo do PSD, nomeadamente «limpando» o terreno constitucional, adverso às ilegalidades da governação e aos intuitos declarados de acabar com as conquistas democráticas do 25 de Abril.
Vai fazer dois anos que os amigos de Cavaco, ainda de bandeirinha laranja na mão, se apressavam a certificar o óbito do 25 de Abril. Durante esses dois anos, porém, e apesar das ajudas ao PSD, este não foi capaz de arrasar todas as conquistas da revolução e muito menos de esmagar a resistência à política da direita, nem de esmorecer a vontade dos trabalhadores e dos democratas em lutar por uma alternativa, malgrado a maioria absoluta obtida no Verão de 1987 pelo partido do Governo.
Não é de admirar que, face a tais resistências e vontades — que têm crescido em lugar de desaparecerem — o PSD e o seu chefe neguem a pés juntos a realidade, única forma de tentarem aparecer aos olhos de um público desiludido com alguma credibilidade para continuarem à frente do poder.
A realidade, porém, apesar das ajudas institucionais e das imagens distribuídas por uma televisão apostada em mascarar a vida, é tão indesmentível que se torna cada vez mais difícil ao Governo, aos governantes e aos seus cada vez mais escassos amigos, manterem o sorriso e a serenidade.
É que até os amigos desertam.
Este Governo conseguiu aquilo que, apesar de politicamente previsível, é de qualquer modo surpreendente: concitar contra si e contra o partido maioritário, não apenas as tradicionais inimizades. Não são apenas os trabalhadores, os operários, os empregados e os quadros que desde sempre se têm oposto à direita e às suas políticas e ilusórias promessas, que se mostram hoje dispostos a lutar contra o Governo. Ao longo de dois intermináveis anos de governação laranja, mais e mais estratos e camadas da população passaram a opôr-se a Cavaco Silva. Comerciantes, agricultores, médicos, magistrados, professores, até os profissionais da polícia — e não só aqueles dentre todos estes que consequentemente se tém situado à esquerda —, lutam hoje abertamente pelos seus direitos, manifestam o seu descontentamento, fazem greves, desenvolvem a luta contra a política governamental.
Entretanto, tirando rapidamente o cavalo da chuva, sectores da direita, juntam-se à crítica ao Governo e ao seu chefe, não vá o futuro tecê-las...
O Governo, porém, como Álvaro Cunhal afirmou em Faro no passado fim-de-semana, «não está a tomar em conta o grande movimento de protesto crescente» face à sua actuação. É uma atitude de avestruz que se o não ajuda a recuperar a imagem que teve de si próprio, pelo menos o ilude e o descansa e enganadoramente lhe promete mais algum tempo de vida.
Não está o Governo descansado, nem a gente acredita que o esteja. Sabe também que, como ainda afirmou Álvaro Cunhal em Faro, «a situação de maioria do PSD na Assembleia da República não é, por si só, suficiente para chegar ao fim do mandato».
A crise do PSD já entrou dentro do partido e do Governo. Enquanto se multiplicam as vozes discordantes no seio dos «sociais-democratas» e aí se denunciam as «excomunhões», o Governo altera-se pela quinta vez. Com a nomeação de cinco novos secretários de Estado, é esta, com efeito, a quinta vez que o Executivo de Cavaco se tenta adaptar às dificuldades. Demitem-se uns, criam-se novos cargos, substituem-se outros. Até agora as operações de recauchutagem não envolveram ministros. No entanto, nunca como agora houve tantos ministros envolvidos em escandaleiras, políticas ou outras.
Continuando a fazer de conta que tudo está bem e a fazer vista grossa às lutas, aos protestos e à desertificação no campo dos seus antigos apoiantes, o PSD foi ao Campo Pequeno comemorar. Não fez meia praça, no mesmo lugar onde «apenas» os professores encheram protestanto contra a sua política.
A televisão, claro, deu uma ajuda a disfarçar o vazio. É uma ajuda que se compreende.
Compreende-se menos a que o PS lhe tem fornecido.

■ LM

Trabalhadores

problemas da participação de Portugal na CEE, da introdução de novas tecnologias e das alterações no mercado de trabalho, da unidade dos trabalhadores e do relacionamento com a UGT.

Membros do Conselho Nacional referiram-se a algumas questões em particular: a luta reivindicativa, a luta ideológica e a formação sindical, a luta no plano internacional e no quadro da CEE, o emprego e desenvolvimento regional, a segurança social, a reestruturação administrativa e financeira no movimento sindical, a organização sindical, as mulheres trabalhadoras, a formação e qualificação profissional.

Destaque para as saudações de convidados, nacionais (como a Fenprof e a Confederação dos Quadros Técnicos) e estrangeiros, momentos de solidariedade que se entrelaçavam harmoniosamente na discussão.

Passava das sete e meia da tarde de sexta-feira quando José Ernesto Cartaxo, em nome da comissão de redacção da plataforma de acção sindical para 1989-92, foi à tribuna apresentar o balanço dos trabalhos daquele órgão responsável pela apreciação de quase um milhar de propostas de alteração surgidas durante a preparação do congresso e mais de uma centena feitas já no Pavilhão Carlos Lopes.

Passou-se então à votação.

O relatório de actividades foi aprovado com 22 abstenções. A resolução sobre o programa da CGTP-IN foi aprovada com 11 abstenções. Várias propostas de alteração à plataforma, apresentadas em alternativa ao texto da comissão de redacção, foram rejeitadas com um total de votos favoráveis entre 12 e 53. No global, a plataforma de acção sindical foi aprovada com 41 abstenções.

A última sessão de dia 19 foi dedicada à eleição do Conselho Nacional da CGTP-IN. Foi apresentada uma única lista, da iniciativa do CN cessante, e para a votação foram instaladas 12 mesas de voto no Pavilhão.

Um grande sucesso de uma grande central

Sábado de manhã foram aprovadas moções sobre reivindicações imediatas, defesa dos direitos sindicais e resistência ao pacote laboral (todas por unanimidade e aclamação), uma resolução sobre a política actual do Governo e uma moção sobre a revisão da Constituição (estas com uma abstenção cada); foi também aprovada uma moção «pela paz e a solidariedade entre os povos», apresentada pelo Conselho Nacional e votada em alternativa com outra que recolheu 25 votos.

Depois do intervalo realizou-se uma sessão pública de solidariedade, com a participação de representantes do Congresso Sul-Africano de Sindicatos, da DISK da Turquia, da Organização Popular dos Trabalhadores Timorenses, da União Nacional dos Trabalhadores da Namíbia, da CUT do Chile e da Federação dos Sindicatos da Palestina.

A comissão eleitoral apresentou o Conselho Nacional, eleito com 781 votos num total de 902 (houve 46 votos brancos e 75 nulos).

O novo órgão da CGTP-IN tem 99 elementos (83 membros efectivos e 16 suplentes), 20,2% dos quais são mulheres; 52% são operários, 35% são trabalhadores das áreas de serviços e 13% são quadros técnicos; 4% têm menos de 30 anos, 13% têm mais de 50; 36% dos dirigentes eleitos têm entre 30 e 39 anos, 47% têm entre 40 e 49 anos. Do Conselho Nacional cessante saíram 21 dirigentes. Para o CN entraram 11 novos membros efectivos e 14 suplentes.

O Conselho Nacional deverá reunir nos primeiros dias de Junho, de acordo com a intenção de Carvalho da Silva revelada sexta-feira aos jornalistas. Nessa altura serão eleitos os membros da Comissão Executiva e o Coordenador.

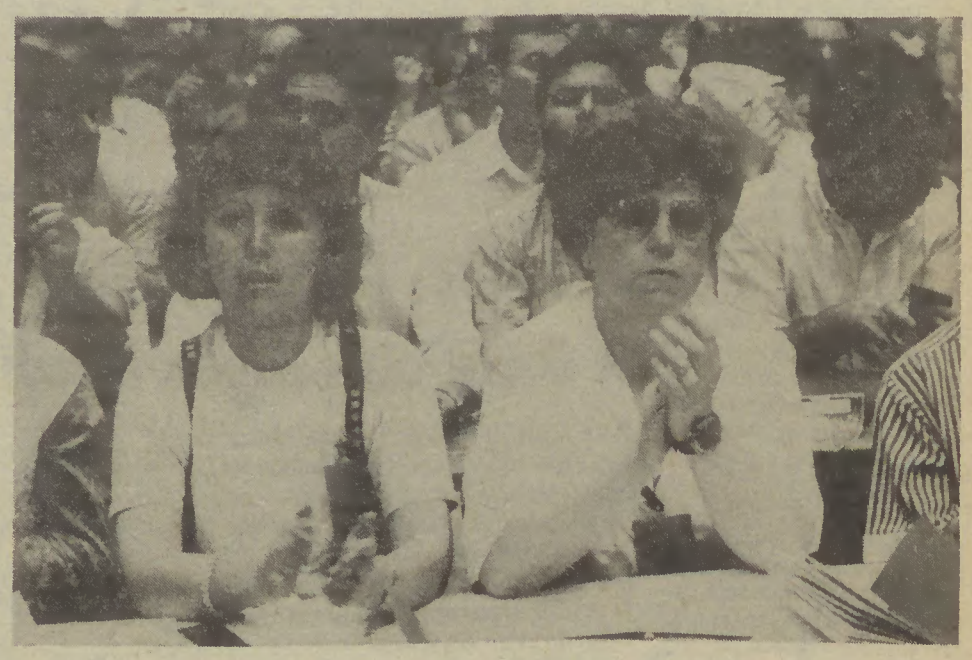
À apresentação do Conselho Nacional da CGTP-IN seguiu-se um alegre momento de entrega de prendas ao congresso.

Manuel Carvalho da Silva iniciou a sua intervenção de encerramento em que a CGTP-IN reafirma os seus princípios de movimento sindical unitário, democrático, independente, de massas e de classe».

Endereçou «uma palavra muito especial de apreço» aos dirigentes que deixaram de fazer parte do CN, realçando que «têm dado um grande contributo ao nosso movimento sindical e são um exemplo de militância que a todos muito nos honra», e «uma palavra de incentivo» àqueles «cuja dedicação sem limites à causa dos trabalhadores deveria levar à sua eleição para a direcção da CGTP-IN, mas que, por razões diversas, não foi possível incluir neste Conselho Nacional».

Mereceu também referência «o excelente trabalho dos profissionais de comunicação social que nos acompanharam atentamente nestes dias».

Considerando que «o congresso foi uma grande demonstração do espírito de unidade que caracteriza a CGTP-IN desde a sua fundação», Carvalho da Silva afirmou que «saímos daqui mais conscientes, mais motivados para eliminar os obstáculos que impedem a concretização das decisões que tomámos, mais animados para reforçar o trabalho na base, nos locais de trabalho, junto dos trabalhadores».



«Desde sempre a CGTP-IN definiu o desenvolvimento da acção reivindicativa como a condição fundamental para assegurar melhores condições de vida e de trabalho».

(...)

«A apreciação global do trabalho desenvolvido aponta para resultados positivos, a demonstrar na prática a confirmação de que valeu e vale sempre a pena lutar. Prova que só através da luta é possível conquistar uma vida melhor.

E estes resultados são particularmente significativos se considerarmos a relação de forças em que desenvolvemos a nossa luta.»

(...)

«A unidade aprofundou-se desde o último congresso, apesar das novas tendências no mercado de emprego tornarem mais complexas as condições da sua concretização: maior precariedade de emprego, desagregação de grandes colectivos laborais, proliferação do falso trabalho independente, crescimento da subcontratação, etc.

O aprofundamento da unidade nos locais de trabalho, verificado nos últimos anos, criou condições para uma acção sindical mais combativa e eficaz — e esta reflectiu-se, por sua vez, na unidade dos trabalhadores.

O balanço de três anos de luta e acção sindical demonstra que foram o sentimento de unidade existente nos locais de trabalho e a democracia de massas que neutralizaram os efeitos desorganizadores do divisionismo».

(...)

«As transformações em curso, como a precarização dos empregos e a introdução de novos processos e tecnologias, têm consequências profundas no conteúdo, organização e condições de trabalho que, pela sua especificidade, valorizarão a empresa como nível de negociação.

A empresa apresenta-se cada vez mais como espaço potenciador da evolução das relações de trabalho, nas relações sociais e da transformação social. Daí, a sua importância estratégica como lugar de intervenção sindical».

(Da intervenção de José Ernesto Cartaxo)

Trabalhadores

Alterações aos estatutos
Confirma-se o coordenador
• Direito de tendência sem alteração

Alterações estatutárias muito significativas foram votadas, apenas com um voto contra e uma abstenção, no primeiro dia de trabalhos do VI Congresso da CGTP-IN. Entre outras alterações pontuais, mas importantes, destaca-se, segundo o texto distribuído pelo próprio Congresso, «a consagração do cargo de *coordenador* a ser eleito pelo Conselho Nacional, por proposta da Comissão Executiva, que definirá também as funções do novo cargo».

As outras alterações aos estatutos, relativamente ao V Congresso efectuado em Lisboa no mês de Maio de 1986, referem-se à «criação de uma **Mesa de Plenário de Sindicatos**, constituída por cinco membros, a eleger pelo Plenário, entre os membros do Conselho Nacional».

É consagrada ainda nos novos estatutos, «a criação da Interjovem, **como organização da juventude trabalhadora**, inserida na estrutura da CGTP-IN, mas com órgãos próprios e autonomia».

Os jovens sindicalistas têm destacado nas suas reuniões o sentido da última parte desse parágrafo, precisamente.

Novidade também em termos de estatutos é a «perspectivada» criação destas comissões específicas: Conselho Nacional de Reformados, Comissão Nacional de Mulheres e Comissão de Quadros Técnicos e Científicos.

Quanto a esta última Comissão, a CGTP propõe-se actuar com vista à «adequação permanente da sua acção à defesa dos interesses específicos dos quadros técnicos e científicos, a par dos demais trabalhadores».

O artigo 18.º (**direito de tendência**) não foi objecto de qualquer alteração. Pela «sua própria natureza unitária», a CGTP continua a reconhecer «**a existência no seu seio de diversas correntes de opinião político-ideológicas**».

No entanto, e como continua a constar do mesmo art. 18.º, n.º 1, a organização dessas correntes é «exterior ao movimento sindical e de exclusiva responsabilidade dessas mesmas correntes de opinião».

Expresso em quatro pontos, o direito de tendência mantém toda a importância que lhe foi atribuída em 1986.

Assim, «as correntes de opinião» continuam a exprimir-se mediante «o exercício do direito de participação dos associados a todos os níveis e em todos os órgãos».

A democraticidade característica do direito de tendência, a par da unidade, exprimem-se, segundo os novos estatutos — como acontecia desde 1986, e já era prática antes disso — «**sem que esse direito, em circunstância alguma possa prevalecer sobre o direito de participação de cada associado individualmente considerado**».

Por último, no que respeita ao artigo 18.º, e segundo o seu derradeiro ponto (o 4.º) «as formas de participação e expressão das diversas correntes de opinião, nos órgãos competentes da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, **subordinam-se às normas regulamentares** — sublinhamos nós — **definidas e aprovadas pelos órgãos competentes**».

Novo teor da filiação

Segundo os estatutos em vigor antes do 6.º Congresso, podiam filiar-se na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional os sindicatos que exercessem «**a sua actividade no território nacional**». Segundo o teor do mesmo artigo (14.º), passam a ter o direito de filiação apenas os sindicatos legalmente constituídos que «**aceitem os princípios e objectivos definidos nos presentes estatutos**», acabados de aprovar.

O pedido de filiação não foi alterado. «O pedido de filiação deverá ser dirigido ao conselho nacional, em proposta fornecida para o efeito e acompanhada de: *a*) declaração de adesão, de acordo com as disposições estatutárias do respectivo sindicato; *b*) exemplar dos estatutos do sindicato; *c*) acta da eleição dos corpos gerentes em exercício; último relatório e contas aprovado; declaração do número de trabalhadores sindicalizados».

Mesa do Plenário
Constituição e competências do novo órgão da CGTP

Enquanto que nos estatutos anteriores a mesa do plenário era «constituída pela comissão executiva do conselho nacional», escolhendo ela própria quem presidirá, e nada mais constava estatutariamente sobre o assunto, os novos estatutos, além de alterarem o texto do anterior artigo 44.º (apenas quanto à constituição) acrescentam-lhe, segundo a proposta aprovada, um outro artigo donde consta a «competência da mesa do plenário».

Num dos textos distribuídos lê-se que «a mesa do plenário é constituída por **cinco** membros eleitos pelo plenário de entre os membros do conselho nacional» e também que a eleição da mesma mesa efectuar-se-á «na primeira reunião do plenário, que ocorrer após a realização do congresso que eleger o conselho nacional».

Quanto às competências, transcreve-se integralmente o texto aprovado:

«Compete à mesa do plenário: *a*) presidir às reuniões do plenário e dirigir os respectivos trabalhos, assegurando o seu bom andamento; *b*) marcar as reuniões, fixar a ordem de trabalhos e enviar as respectivas convocatórias, nos termos estatutários; *c*) dar conhecimento ao plenário das propostas, dos projectos de deliberação e requerimentos, depois de verificar a sua regularidade, e pô-los à discussão; *d*) elaborar as actas das reuniões e proceder à sua divulgação; *e*) dar seguimento às deliberações do plenário, zelando para que os órgãos encarregados da sua execução o façam, e dando conhecimento ao plenário de quaisquer anomalias que eventualmente se verifiquem; *f*) assegurar a ligação e a colaboração com o conselho nacional e a comissão executiva do conselho nacional em tudo o que diga respeito às competências do plenário; *g*) assinar os documentos expedidos em nome do plenário; *h*) tomar a iniciativa de convocar o plenário sempre que o entender necessário; *i*) efectuar as diligências que considerar necessárias para uma melhor apreciação pelo plenário dos recursos que forem interpostos em matéria disciplinar; *j*) no âmbito da competência do plenário, definida na alínea *m*) do artigo 40.º, proceder às diligências que considerar necessárias para assegurar que o plenário a exerça plenamente; *l*) integrar a mesa do congresso».

A alínea *m*) acima referida não foi alterada, relativamente aos estatutos de 86, e manda «vigiar pelo cumprimento dos presentes estatutos, bem como fiscalizar a gestão e as contas».

«Os três anos que decorreram desde o 5.º Congresso da CGTP-IN constituíram um dos períodos em que, no seu conjunto, as lutas dos trabalhadores portugueses alcançaram maior expressão desde o já distante ano de 1975.

O relatório de actividades que vos é submetido a apreciação demonstra bem como a intervenção organizada dos trabalhadores constituiu um factor de primeiro plano na situação política, económica e social.»

(...)

«Apesar de uma conjuntura económica favorável por razões de ordem externa e em virtude da grande quantidade de fundos financeiros proveniente da CEE, não houve qualquer diminuição da injustiça social na sociedade portuguesa.

Uma parte significativa do patronato português continua a demonstrar a sua capacidade em actuar numa sociedade aberta e em que os direitos dos trabalhadores são condição de progresso.»

(...)

«A ninguém podem restar dúvidas que a unidade dos trabalhadores e do movimento sindical constitui um princípio imutável da CGTP-IN.» (...) «A unidade sindical defendida pela CGTP-IN pressupõe e contém em si mesma o reconhecimento da diversidade ideológica e de que todos os trabalhadores, com ou sem partido, têm o seu lugar na CGTP-IN.

O esforço incessante da CGTP-IN em construir a unidade a partir dos locais de trabalho e em torno de problemas concretos foi coroado de êxito em inúmeras lutas a nível de sectores, como os transportes, ou de empresas, como na EDP, na jornada de luta de 24 de Fevereiro, bem como na greve geral de 28 de Março de 1988.

A participação da UGT na greve geral constituiu um elemento importante e positivo que a CGTP-IN valoriza devidamente, e tudo fará para que a convergência nela materializada se venha a verificar sempre que estejam em causa os direitos fundamentais dos trabalhadores e da democracia.»

(...)

«Foi possível nos últimos tempos, e em particular no Conselho Permanente de Concertação Social, encontrar posições convergentes entre a UGT e a CGTP-IN relativamente a reivindicações imediatas dos trabalhadores.

Os documentos do congresso e o debate preparatório não escondem as nossas críticas à natureza, ao projecto e a posições da UGT. Porém, a CGTP-IN tem uma atitude dinâmica e dialéctica perante a vida e necessita estar atenta ao evoluir da UGT e de todas as organizações ligadas ao seu projecto, ao evoluir da sua estratégia e acção práticas, ao desenvolvimento das suas contradições, para conseguir com êxito construir a unidade na acção de todos os trabalhadores, que é, e vai continuar a ser, a nossa palavra de ordem.

Se no 5.º Congresso concluímos que, até aí, nada de significativo se tinha alterado, é justo reconhecer agora que, embora mantendo a sua natureza, a UGT é hoje uma realidade diferente do que era há dez anos atrás, que pode ter evoluções diversas. E é verdade que as suas actuações positivas na greve geral e em lutas sectoriais a colocaram, de facto, perante muitos trabalhadores e a opinião pública como uma central sindical.

A CGTP-IN e a UGT são organizações com projectos e estratégias profundamente diferentes. Os entendimentos que possamos fazer processam-se em torno de objectivos concretos. Quando nos empenhamos na concretização dum entendimento é porque pensamos que a sua dinâmica no plano social pode levar à criação de condições para obtermos resultados imediatos e alternativas mais amplas e favoráveis aos trabalhadores.

É este o sentido que tem a política de alianças que defendemos. A abordagem objectiva da questão do relacionamento no seio do movimento sindical português deve ser efectuada de forma a possibilitar evoluções tão rápidas quanto necessário, pois somos os primeiros interessados em potenciar o sentimento de unidade que existe no seio dos trabalhadores.

Temos de fazer o debate necessário e tomar as medidas para acabar com certas confusões que continuam a existir no nosso seio. Quando fazemos acções convergentes, quando encontramos entendimentos mesmo que pontuais, quando nos aliamos, é porque, apesar de sermos diferentes, existem interesses concretos que justificam essas atitudes.

As posições da CGTP-IN face a estes problemas e a firmeza com que nos batemos por elas foram factor fundamental para as alterações favoráveis que se verificam agora em muitas organizações cujo comportamento tem evoluído positivamente na defesa dos interesses dos trabalhadores.

A confiança na justeza das nossas posições, dos nossos princípios, nos nossos objectivos, deve consubstanciar-se cada vez mais nos nossos comportamentos, que exigem: primeiro, que o objecto da unidade corresponda a reivindicações e interesses sentidos pelos trabalhadores; segundo, o respeito pela independência de classe; terceiro, o preservar da autonomia orgânica; quarto, o exercício da democracia sindical.»

(Da intervenção de Manuel Carvalho da Silva na abertura)

Trabalhadores

O mundo do trabalho e da solidariedade

No 6.º Congresso da CGTP-IN participaram 95 delegações vindas de todos os continentes, num total de 112 convidados, representando organizações internacionais, organizações sindicais mundiais, centrais sindicais autónomas ou filiadas na FSM, CMT, CISL e CES.

O mundo do trabalho trouxe a sua solidariedade à central portuguesa. Os delegados responderam à letra, aplaudindo calorosamente os sindicalistas dos países onde a luta é mais difícil. A sessão de encerramento do congresso foi um grande abraço solidário aos trabalhadores da África do Sul, da Turquia, de Timor-Leste, da Namíbia, do Chile e da Palestina.

Da lista de organizações que enviaram representantes ao congresso constam:

a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o Comité Económico e Social da CEE (com François Staedlin, presidente do Grupo Trabalhador), a Divisão Sindical da CEE, o Conselho Mundial da Paz (marechal Costa Gomes, vice-presidente, e Silas Cerqueira, da presidência), o Centro Internacional de Defesa dos Direitos Sindicais (José Vitoriano, do Comité de Honra, e Mário Ramos, secretário executivo);

a Federação Sindical Mundial (secretário-geral, Ibrahim Zakaria, e Vsevolvod Mojaev, do secretariado), a Confederação Mundial do Trabalho (Ernesto Molano, secretário-geral-adjunto), a Organização de Unidade Sindical Africana (Hassan Sunmonu, secretário-geral), a Comissão Europa da FSM, o Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina;

A União Sul-Africana de Sindicatos, a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (secretário-geral, Pascoal Luvualu, e Rui Vieira Lopes, secretário), a União Geral dos Trabalhadores da Argélia (M. Bençana Saidi, secretário nacional), a União Nacional dos Sindicatos do Benim, União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde (António Sérgio Português, da comissão executiva), a Confederação Sindical Congolesa, a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau (Félix Borges, secretário de relações internacionais), a Federação dos Sindicatos de Madagáscar (Razakanaivo, secretário-geral), a União Nacional dos Trabalhadores do Mali (Bakari Karambe, secretário-geral), a União Marroquina do Trabalho (Abdelali Benabdellah, secretário nacional), a União dos Trabalhadores da Mauritânia, a União dos Trabalhadores Namibianos (John Ya Otto, secretário-geral), a União Geral de Trabalhadores Saharaouis, a ONSTP de São Tomé e Príncipe, a União dos Trabalhadores Livres do Senegal, a Juwata da Tanzânia, a União Nacional dos Trabalhadores Zairenses;

a Confederação dos Sindicatos Nacionais do Canadá (com Jacques Guenette, presidente da Federação de Quadros do Quebec), a Confederação Unitária de Trabalhadores da Costa Rica (Adalberto Fonseca Esquível, secretário de relações internacionais), a Central de Trabalhadores de Cuba, a Frente Unitária Sindical de El Salvador (Juan Edito Genovez, secretário-geral), a FASGUA da Guatemala, a Central Sandinista de Trabalhadores da Nicarágua (Damaso Loaisiga, vice-secretário-geral), a Central Nacional de Trabalhadores do Panamá (J. Florencio Gracias, secretário-geral adjunto), a Central Geral de Trabalhadores da República Dominicana, a Confederação Operária Boliviana (Simon Reyes, secretário-geral), a Central Geral de Trabalhadores do Brasil e a Central Única dos Trabalhadores do Brasil, a Central Única de Trabalhadores do Chile (Angelino Garzón, secretário-geral), a Confederação de Trabalhadores do Equador, a Confederação Geral do Trabalho de Guadalupe (Claude Morvan, secretário-geral), a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru, a PIT/CNT do Uruguai, a Central Unitária de Trabalhadores da Venezuela (Jesus Herguета, secretário nacional);

o Conselho Central dos Sindicatos do Afeganistão (A. Purdely, presidente e O. Abidy, chefe do departamento internacional), a Federação Geral dos Sindicatos da China (Fang Jiade, secretário de relações internacionais), o Movimento 1.º de Maio das Filipinas (Leto Villar, vice-presidente), o Congresso de todos os sindicatos indianos (Mahendra Khusbadanlal, da comissão executiva central), o Comité de Ligação dos Sindicatos do Irão (Nazari Hossein, presidente), a Federação Geral dos Sindicatos do Iraque, a SOHYO do Japão, a KAFTU do Kampuchea, a Federação dos Sindicatos do Koweit (Mifarih Al Otabi, responsável das relações internacionais), a Federação dos Sindicatos do Laos (Amphonary Keola, vice-presidente, e M. Manotham, do executivo), a Federação Nacional dos Sindicatos Operários do Líbano, a Confederação dos Sindicatos da Malásia, a Federação dos Sindicatos da Palestina (Mohamed Skaik, secretário de relações internacionais), a Federação dos Sindicatos Sírios (Faruk Souraya, da comissão executiva), a Organização Popular dos Trabalhadores Timores (Helder Neves, secretário);

a Confederação dos Sindicatos Austríacos (observador), a Federação Geral do Trabalho da Bélgica (Henri Carpentier, secretário nacional) e a Confederação dos Sindicatos Cristãos da Bélgica (Jules Ernoux, secretário federal), o Conselho Central dos Sindicatos Búlgaros (Kosta Andreev, secretário de relações internacionais), a ROH da Checoslováquia (Jan Buday, secretário), a Federação Pan-Cipriota do Trabalho (Nicodemos Melissos, do conselho executivo) e a DVE-IS do Chipre, o Sindicato dos Pedreiros de Copenhaga (Erik Jensen, presidente), a Confederação Sindical de Comisiones Obreras (António Gutierrez, secretário-geral, e Juan Moreno, secretário de relações internacionais) e a União Sindical Operária (Manuel Zaguirre, secretário-geral, e José Fernandez, secretário confederal) da Espanha, a Confederação dos Sindicatos Finlandeses (Pekka Ahmavaara, secretário), a Confederação Geral do Trabalho (Cristian Laroze, do comité executivo confederal) e a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (Alain Benlezar, secretário confederal) de França, a Confederação dos Sindicatos Escoceses (Campbell Christie, secretário-geral), a Confederação Geral do Trabalho da Grécia, o Conselho Central dos Sindicatos Húngaros, o Congresso Irlandês dos Sindicatos (John Carroll, secretário executivo), a Confederação Geral Italiana do Trabalho (Claudio Sabattini, responsável das relações internacionais) e a União Italiana do Trabalho, a Confederação dos Sindicatos Jugoslavos (Jakup Cucala, vice-presidente), a Confederação Geral do Trabalho de Luxemburgo (Valerio de Matteis, secretário central), a União Geral de Trabalhadores de Malta (André Thibault, secretário nacional), o Acordo Nacional dos Sindicatos Polacos (Jan Zaciura, vice-presidente), a Confederação dos Sindicatos Livres Alemães (Frank Bochow, secretário de relações internacionais) da RDA, a União Geral dos Sindicatos Romenos (Aneta Ciocan, da comissão executiva), a Confederação San-Marinense do Trabalho (Pio Chiaruzzi, secretário de relações internacionais), a Confederação dos Sindicatos Progressistas (DISK) da Turquia (Kemal Deysal, do comité executivo), o Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos (Viktor Mishin, secretário do conselho central).

Ao 6.º Congresso da CGTP-IN vieram também representantes dos conselhos das comunidades portuguesas em França (António Barão, secretário) e no Luxemburgo (José Trindade, presidente), da «Tulipa Vermelha» da Holanda (Els Pons, presidente), do Comité Reforma Agrária da Dinamarca (Johannes Christensen, presidente) e do Bildungsmarkt da RFA.

Conselho Nacional

A lista do Conselho Nacional eleito é a seguinte:

Membros efectivos – Adão Ribeiro Mendes, Conselho Nacional e União dos Sindicatos de Braga; Adelino Teixeira de Carvalho, Sindicato T. Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Porto; Agostinha Almeida, Conselho Nacional e Sindicato da Ind. Comércio de Carnes Sul; Alberto Gomes Costa, Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa; Alfredo Cardoso da Conceição, Conselho Nacional e União Sind. de Braga; Alfredo Cataluna Malveiro, Conselho Nacional e Fed. da Ind. Alimentação Beb. e Tabacos; Álvaro Rana, Comissão Executiva do Conselho Nacional; Amável Alves, Federação Transportes Rodoviários e Urbanos; Américo Nunes, Comissão Executiva do Conselho Nacional; Ana Maria Mesquita, Conselho Nacional e União dos Sindicatos do Porto; Antero Martins, Conselho Nacional; António Quintas, Conselho Nacional; Belmiro Alves, Conselho Nacional e Fed. do Sector da Pesca; Carlos Pereira Amaro, Conselho Nacional e Sind. dos Técnicos Paramédicos; Carlos Carvalho, Conselho Nacional; Carlos Mamede, Conselho Nacional e Fed. Função Pública; Carlos Trindade, Conselho Nacional e Sind. Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares; Carlos Dias Cidade, Conselho Nacional e União Sind. de Coimbra; Carlos dos Santos Lopes, Conselho Nacional e Sind. Ind. Cerâmica, Cimentos e Sim. Setúbal; Diamantino Elias, Conselho Nacional e Sind. Ajudantes de Farmácia Sul e Ilhas; Emídio Martins, Comissão Executiva do Conselho Nacional; Ercília Talhadas, Sind. Ind. Químicas do Sul; Fernando Gonçalves da Silva, Conselho Nacional e União Sind. Viana do Castelo; Fernando Amaro da Silva, Conselho Nacional e União Sind. do Algarve; Fernando Loureiro, Comissão Executiva do Conselho Nacional; Fernando Veríssimo Tenente, Conselho Nacional e Sind. Ind. Eléctricas do Centro; Florival Lança, Comissão Executiva do Conselho Nacional e União Sind. Lisboa; Francisco Caixinha, Conselho Nacional e União Sind. Beja; Francisco Santos Braz, Sind. dos Trab. da Administração Local; Gaspar Militão Ângelo, Conselho Nacional e Sind. Pescadores de Matosinhos; Guida Vieira, Conselho Nacional e Sind. Bordados, Tapeçarias, Têxteis e Artesanato da R. A. Madeira; Hélio Bexiga Viegas, Conselho Nacional e Sind. Quadros Técnicos de Desenho; Horácio do Nascimento Matos, Conselho Nacional e União dos Sind. de Leiria; Horácio Marcelino. Fed. Ind. Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa; Isabel Vitória Figueiredo, Conselho Nacional e Sind. N. Trab. Correios e Telecomunicações; Jerónimo da Silva Rodrigues, Conselho Nacional e Sind. Trab. Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca; João Paulo, Comissão Executiva do Conselho Nacional e Fed. Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal; João Pacheco Gonçalves, Comissão Executiva do Conselho Nacional e União dos Sind. do Porto; João da Silva, Sind. Ind. Metalúrgica e Metalomecânica Dist. Lisboa; Joaquim Almeida da Silva, Comissão Executiva do Conselho Nacional e União Sind. Aveiro; Joaquim Dionísio, Conselho Nacional; Joaquim Calhau, Comissão Executiva do Conselho Nacional; Joaquim do Nascimento Vassal, Conselho Nacional e União de Sind. Vila Real; Joaquim Labaredas, Conselho Nacional e CESL; Jorge Lopes, Conselho Nacional e Sind. Ind. Mineira do Norte; Jorge Manuel Silva Pinto, Conselho Nacional e Sind. Escritórios e Serv. Norte; José Dinis, Conselho Nacional e Fed. Construção, Madeiras e Mármores; José Encarnação, Comissão Executiva do Conselho Nacional e União Sind. Setúbal; José Carlos Soares Baptista, Conselho Nacional e Sind. Calçado, Malas, Componentes, Formas e Afins do Porto; José Ernesto Cartaxo, Comissão Executiva do Conselho Nacional; José Ferreira Antunes, Conselho Nacional e Fed. Ferroviários Portugueses; José Luís Judas, Comissão Executiva do Conselho Nacional; José Manuel da Mota Dias, Sind. Trab. da Função Pública da Zona Centro; José Manuel Tavares Machado, Conselho Nacional e União Sind. de Lisboa; José Salvado Sampaio, Conselho Nacional e FENPROF; Leonel Gomes Nunes, Conselho Nacional e Sind. Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Sim. da Reg. da Madeira; Kalidás Barreto, Comissão Executiva do Conselho Nacional; Luís Garra, Conselho Nacional e Sind. Trab. Sector Têxtil Beira Baixa; Manuel Teixeira Freitas, Comissão Executiva do Conselho Nacional e Fed. Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal; Manuel Carvalho da Silva, Comissão Executiva do Conselho Nacional; Manuel Lopes, Comissão Executiva do Conselho Nacional; Manuel Guerreiro, Conselho Nacional e Fed. Comércio, Escritórios e Serviços; Manuel Pisco Lopes, União dos Sind. de Setúbal; Manuel Vieira Mendes, Conselho Nacional e União dos Sind. do Porto; Manuel Mendes Pereira, Conselho Nacional e Sind. Op. Corticeiros do Norte; Manuel Ribeiro de Almeida, Conselho Nacional e

Trabalhadores

Defender os trabalhadores na CEE dos monopólios

As questões da Comunidade Económica Europeia e da implementação do mercado interno em 1993 tiveram um lugar de destaque no 6.º Congresso da GCTP-IN, quer na plataforma e outros documentos, quer nas intervenções dos dirigentes (nomeadamente José Luís Judas).

A plataforma de acção sindical afirma que «a participação de Portugal na CEE, desde 1986, é uma realidade, e os seus efeitos serão melhores ou piores para o País e para os trabalhadores portugueses e europeus em função de vários factores, em primeiro lugar face à postura dos governos, mas também, e de forma determinante, face à intervenção activa do movimento sindical nas questões comunitárias».

No que toca às eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu, Manuel Carvalho da Silva fez na sessão de encerramento um apelo «para que o movimento sindical se empenhe firmemente no esclarecimento e na mobilização dos trabalhadores», de forma a «contribuir decisivamente para a eleição de mais deputados europeus capazes de defender os interesses de classe dos trabalhadores portugueses».

A plataforma aprovada no 6.º Congresso da CGTP dedica todo um capítulo, com quase seis páginas, aos problemas da CEE e do mercado interno.

Começa por definir a **natureza de classe e as contradições da Comunidade**, no contexto geral da internacionalização da actividade económica: «A CEE corresponde à fase actual do desenvolvimento capitalista dos principais países da Europa Ocidental. As suas orientações dominantes subordinam-se aos interesses dos grupos monopolistas, interessados em assegurar uma base alargada no processo de acumulação».

A CGTP chama a atenção para que «a chamada construção europeia não pode ser dissociada duma outra realidade que existe e actua no seu quadro: o movimento sindical europeu e a luta que, ao longo de décadas, deu à Europa características políticas, sociais e culturais específicas».

Na CEE, «realidade em movimento», actuam «dinâmicas contraditórias»; a plataforma refere, nomeadamente, «a luta entre os interesses dos monopólios e os interesses doutras classes e grupos sociais, particularmente os dos trabalhadores; a contradição entre a dinâmica supranacional e a afirmação de cada país em preservar os seus interesses, cultura e soberania; as diferenças políticas e ideológicas entre os diversos governos dos Estados-membros, não obstante a existência de famílias políticas organizadas a nível europeu; as diferenças de desenvolvimento económico entre os diversos Estados-membros».

Os resultados da **adesão de Portugal** à CEE, depois de nove anos de negociações, «confirmaram as críticas que desde o seu início a CGTP-IN tinha apontado» e «contribuíram para consolidar o poder do grande patronato na sociedade portuguesa e tentar interromper o projecto de transformação democrática do País».

Contudo, ressalva-se na plataforma, «nem todos os ataques à Constituição e às conquistas de Abril encontram justificação real na adesão». A CGTP considera que «é precipitado tirar conclusões definitivas» no plano estritamente económico, registando que a integração na CEE foi «um bom negócio para os grandes grupos económicos ligados ao capital estrangeiro» e serviu aos monopólios estrangeiros para «alargarem os seus mercados, terem acesso fácil a uma mão-de-obra barata e controlarem as riquezas naturais do País».

A CGTP considera que «existem reais riscos e perigos» para a independência económica do País e assume como sua obrigação «tudo fazer para que eles não se confirmem, actuando com vista a que Portugal e os portugueses tirem as maiores vantagens da integração».

O **Acto Único** europeu e a implementação do mercado interno são considerados uma revisão do Tratado de Roma favorável aos países ricos e que tornam a «dinâmica comunitária» diferente da perspectivada no período da adesão de Portugal. O mercado interno tem consequências de «uma profundidade tão grande e com implicações tão complexas» que se torna «questão central da sociedade portuguesa», salienta-se na plataforma.

«Do ponto de vista dos interesses de classe e do interesse nacional não é indiferente a natureza do poder político em Portugal que prepara o País para esta questão» — sublinha o documento, reportando-se à experiência do período decorrido desde Janeiro de 1986.

A **coesão económica e social** e a dimensão social do mercado interno são questões que surgem no plano comunitário como resultado da luta de grande parte do movimento sindical europeu.

Por outro lado, «o processo de construção do mercado interno é tão favorável aos interesses dos países mais ricos e das empresas mais poderosas que, para evitar a agudização das contradições internas, a CEE sente necessidade de encontrar formas de compensação que possam minorar os efeitos mais negativos desse processo para os países mais pobres».

Só que, constata a plataforma para a acção sindical, «enquanto para a construção do mercado interno se prevêem medidas precisas para facilitar a concorrência dos monopólios europeus e para livre circulação de capitais, em relação à coesão económica e social não se tem passado de declarações de intenção, vagas e contraditórias com as políticas económicas e sociais dos diversos governos dos países da CEE».

A CGTP-IN considera que os **fundos comunitários** «podem e devem constituir um instrumento financeiro indispensável à dinamização da vida económica e social», defende o acréscimo dos fundos destinados a Portugal e realça a necessidade de o movimento sindical «participar na definição da sua utilização mais conforme aos interesses dos trabalhadores e do País».

A entrada de Portugal na CEE criou **«um novo espaço de intervenção** aos trabalhadores portugueses» e a participação da CGTP-IN no Comité Económico e Social e noutros comités, ainda que a nível consultivo, «constitui desde logo uma vitória importante», mas «não atinge a representação correspondente à representatividade» da central.

Na plataforma define-se o espaço da intervenção dos trabalhadores no quadro da CEE (no plano nacional, na acção com todas as organizações sindicais europeias e nas instituições) e reafirmam-se os quatro objectivos essenciais da participação da CGTP-IN na CEE, definidos no 5.º Congresso.

«Sabemos que a dinâmica monopolista da CEE é contrária ao projecto antimonopolista de transformação social consagrado na Constituição. Mas nem todos os ataques de que esta tem sido vítima têm justificação na CEE.

A responsabilidade da interrupção do projecto de transformação social iniciado com a revolução de Abril deve-se, fundamentalmente, à política de direita e não à CEE. Assim como a desejável retomada desse projecto depende da vontade e consciência do povo português, o qual decidirá se ele será concretizado com Portugal na CEE ou fora da CEE.

Enquanto essa vontade não se manifestar no sentido contrário, é no quadro da CEE que lutaremos pelos nossos interesses e ideais.

É mais difícil? É mais complexo? Sem dúvida, e quem disser o contrário ou é aldrabão, ou parvo. Contudo, assumir este desafio neste contexto é a única atitude coerente de uma organização de classe como a CGTP-IN, que mesmo nos períodos mais difíceis do fascismo nunca abdicou da sua perspectiva de lutar pelo fim da exploração do homem pelo homem.»

(...)

«É na CEE que estamos, é nela que temos de actuar.

A nossa plataforma indica de forma clara os caminhos e os meios para intervirmos e influenciarmos esta grande batalha que temos pela frente.

Nela consideramos que a acção e a luta no plano nacional continua a ser determinante.»

(...)

«Mas se consideramos a luta e a intervenção no plano nacional como prioritária e determinante, ela não é suficiente.»

(...)

«Actuaremos no plano europeu privilegiando a acção comum ou convergente com as organizações sindicais da Europa, independentemente da sua filiação ou não filiação internacional.»

(...)

«A Confederação Europeia de Sindicatos tem adiado uma resposta positiva à nossa candidatura, assim como das CCOO de Espanha, da CGT de França, da PEO de Chipre. Nenhuma razão justifica tal atitude. Estamos convictos de que esta situação não prejudica apenas estas organizações e os trabalhadores que representam, mas debilita também a capacidade de resposta do conjunto dos sindicatos da Europa Ocidental aos desafios que têm pela frente.»

(Da intervenção de José Luís Judas)

***

«Com os trabalhadores e o movimento sindical europeu tudo faremos para que a Europa do futuro seja uma Europa dos trabalhadores e uma Europa solidária com os povos do mundo inteiro que lutam pela independência, pelo desenvolvimento económico e pela paz.»

(...)

«A ninguém devem restar dúvidas a respeito das críticas e das reservas que mantemos face à CEE e ao projecto do grande capital de construção da Europa dos monopólios.

«Devemos denunciar os perigos que nos espreitam e que são reais, mas não nos podemos ficar pela luta contra esta situação.» (...)

«Temos de actuar nesta nova realidade, temos de aproveitar melhor as novas possibilidades de intervenção, e no Congresso alguns exemplos foram já apontados. Se nós não actuarmos corremos o risco de contribuir indirectamente para que sejam o patronato e o Governo, em exclusivo, a determinar a actuação face à CEE e a composição dos seus órgãos.

«Esse risco pode já verificar-se nas eleições para o Parlamento Europeu no próximo mês, pois se os trabalhadores não se consciencializarem e não se empenharem na votação serão eleitos mais deputados contrários aos seus interesses de classe. O congresso deu já um bom contributo para alargar o debate sobre a CEE e daqui lançamos um apelo para que o movimento sindical se empenhe firmemente no esclarecimento e na mobilização dos trabalhadores nas próximas eleições para o Parlamento Europeu.»

(Da intervenção de Manuel Carvalho da Silva, no encerramento)

Sind. Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Dist. Porto; Maria Augusta Rodrigues de Sousa, Conselho Nacional e Sind. dos Enfermeiros Portugueses; Maria do Carmo Tavares, Comissão Executiva do Conselho Nacional; Maria do Céu Elias Ferreira, Conselho Nacional e União dos Sind. da Guarda; Maria Emília Reis, Comissão Executiva do Conselho Nacional e Sind. Trab. Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do Dist. do Porto; Maria de Fátima Anjos Carvalho, Conselho Nacional e Sind. Trab. Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro; Maria Graciete Cruz, Conselho Nacional e União dos Sind. de Lisboa; Maria Manuela Medeiros, Conselho Nacional e União de Sind. de S. Miguel e Santa Maria; Maria Merlinde Magalhães Madureira, Sind. dos Médicos do Norte; Maria Odete Filipe, Conselho Nacional; Maria Regina Libano Santos, Conselho Nacional e Sind. Trab. Município de Lisboa; Ricardo Jorge Vinagre Preto, SITAVA; Rosa Maria Sousa Marques, Conselho Nacional; Ruben Rolo, Comissão Executiva do Conselho Nacional e Sind. Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante; Rui Neto Paixão, Conselho Nacional e Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul; Ulisses Garrido, Conselho Nacional e União dos Sind. de Lisboa; Valdemar Henriques, Conselho Nacional e União dos Sind. de Santarém; Vítor Ranita, Conselho Nacional e União dos Sind. do Porto.

Membros suplentes – António Pedro, INTERJOVEM; Armindo Amaro Carvalho, Sind. Trab. Ind. Alimentares de Hidratos de Carbono do Norte; António Horta Morais, Sind. Transportes Rodoviários Dist. Faro; António Macário Monteiro, Sind. Trab. Função Pública da Zona Centro; Diogo Cleto Serra, União dos Sind. de Portalegre; Eduardo Nogueira Chagas, INTERJOVEM; Hélio dos Santos Anjos, União dos Sind. de Angra do Heroísmo; Isabel Teixeira Vieira, CESL; José Alves Braga, Sind. Trab. Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro; José Maria Alves Ferreira, Conselho Nacional e Sind. Trab. Construção Civil e Madeiras do Dist. Braga; José Soares da Silva, Sind. Têxtil do Dist. de Braga; José Maria Rodrigues Figueira, União dos Sind. Évora; Júlio Manuel Balreira Correia, Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas e Metalomecânicas do Dist. de Aveiro; Maria das Dores Torres Gomes, Sind. Trab. Ind. Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Sim. Sul; Maria da Luz Nogueira, INTERJOVEM; Maria Rosa Ferreira, Sind. Trab. da Função Pública do Sul e Açores (Direcção Distrital de Setúbal).

Trabalhadores

Greve de massas no Ensino

Mais de 100 mil professores em greve, depois de uma reunião no Campo Pequeno repudiam duramente a atitude do Governo

Depois de uma memorável manifestação de vigor participativo, quarta-feira passada no Campo Pequeno em Lisboa – as imagens da televisão foram disso bem elucidativas, principalmente quando comparadas com a do comício de Cavaco – as organizações sindicais dos professores, com natural relevo para a Fenprof, avançaram para diversas formas de luta, incluindo a greve. A batalha por uma profissão dignificada conta também nas suas fileiras com professores do ensino superior que não aceitam a nova grelha salarial. Anteontem, 22, ao referir-se ao primeiro dia de greve, o secretariado nacional da Fenprof abria o seu comunicado sobre o decorrer da luta com a seguinte afirmação: «professores realizam a maior greve de sempre». Na reunião com a secretária de Estado para a Modernização Administrativa, nada de concreto se avançou. A reunião efectuou-se em 19 do corrente. A solidariedade generaliza-se, incluindo apoio internacional.

Os sindicatos responsabilizam totalmente o Governo pelos custos da greve e das outras formas de luta que já adoptaram e se propõem continuar. Subscrevendo uma nota à imprensa na passada sexta-feira, Margarida Elisa Moreira, do secretariado nacional da Fenprof, afirma que a reunião com a SEMA não trouxe «qualquer elemento novo relativamente aos dados disponíveis de anteriores propostas e reuniões».

Mantém-se sobretudo, afirma a direcção da Fenprof, **«a recusa em respeitar a paridade entre os professores e os quadros técnicos superiores da função pública, em prejuízo óbvio dos docentes»**.

Segundo Margarida Moreira, apenas foi referido como «facto influente nesta posição o elevado número de docentes (cerca de 120 mil) e os respectivos custos orçamentais».

Recorde-se que este é, por assim dizer, o núcleo central da questão. Para contrariar os baixos salários e promover a dignificação profissional, os professores já entraram em greve no passado dia 11 e têm promovido, principalmente ao longo dos dois últimos anos lectivos, formas de luta muito variadas e com indiscutível participação, ao mesmo tempo que negociavam com o Ministério da Educação o projecto das carreiras docentes.

No entanto, continua «lamentavelmente sem resposta», como afirma o secretariado nacional da Fenprof, um conjunto de questões relacionadas com as carreiras e a grelha salarial, bem como «o enquadramento de todas as demais situações existentes» entre os profissionais de educação.

A meio da tarde de anteontem, sabia-se, entretanto, que a adesão à greve rondava os 90 por cento a nível nacional.

Recorde-se que a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa (sendo a subsecretária promovida nos últimos dias) quando fala dos 120 mil professores apenas apresenta «a situação na carreira e consequente grelha salarial para os professores bacharéis do 1.º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar e para os licenciados do ensino secundário». Lamentavelmente – sublinha o secretariado da Fenprof – **continua sem resposta o enquadramento de todas as demais situações existentes**, como já se disse, entre os profissionais da educação.

No que respeita ao ensino superior, a SEMA recusou «a manutenção da paridade» dos respectivos docentes com a carreira da magistratura.

Além disso e no geral, continua a não haver resposta quanto à absorção das diuturnidades e ao desaparecimento da fases, perante o enquadramento da nova carreira.

É evidente para a Fenprof e para os professores, incluindo os não filiados ou filiados noutros sindicatos, a «inconsequente desarticulação existente entre a perspectivação do estatuto de carreiras do Ministério da Educação e as correspondentes propostas de grelhas salariais apresentadas pela Secretaria de Estado da Modernização Administrativa (SEMA)».

A Fenprof, que tem contactado com outras organizações sindicais do ensino, lamenta também esse facto que «justifica firme repúdio por parte dos professores».

Chegava entretanto à nossa redacção um *telex* do departamento de ensino superior do SPGL (Sindicato dos Professores da Grande Lisboa) reafirmando da parte desses docentes a adesão à greve de 22, 23 e 24 do corrente, pois estão contra «a estagnação dos salários» preconizada pelo Governo.

Ao fim da manhã de anteontem, o secretariado nacional (direcção) da Fenprof fornecia uma lista (impublicável pela sua extensão) de perto de 90 escolas onde a adesão à greve oscilava entre os 62 por cento – o mínimo verificado – e os 100 por cento verificados em 20 dessas cerca de 90 escolas secundárias, preparatórias e primárias dos distritos de Lisboa, Portalegre, Évora, Viseu, Porto, Guarda, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra e Leiria. Depois de acentuar que o centro da questão é a «grelha remuneratória», que «constitui um rude golpe para a dignidade profissional dos docentes», a Fenprof ao publicar a lista de anteontem, concluía que, «sem qualquer margem para dúvidas, mais de 100 mil professores de todos os graus de ensino e em todo o País não estão a dar aulas neste primeiro período da manhã» de segunda-feira, 22 do corrente.

Registe-se também que muitos dos grevistas nunca tinham participado nessa forma de luta que, aliás não é a única prevista pelos sindicatos, podendo mesmo a subsistir a intransigência governamental, atingir o período dos exames e impossibilitar as avaliações.

Reafirmam os sindicatos, como é por exemplo o caso do SPGL, que a **reforma educativa é uma prioridade nacional**. À volta desse objectivo «foi-se construindo um vasto consenso social acerca da importância de dignificar a função docente» e de contribuir para «responder aos desafios do futuro e do progresso do nosso país».

Sob o lema «Lutar com confiança por uma profissão dignificada», os sindicatos e a Fenprof reafirmam que «o Governo não tem mais alibis. A opção que lhe compete é clara: ou pretende promover a educação, com profissionais competentes e estimulados, ou prefere o retorno às concepções miserabilistas, anteriores a 1974, que visavam fazer da docência "um sacerdócio" desvalorizado e da escola uma responsabilidade enjeitada».

É pela «resolução positiva dessa dicotomia que os professores e a sua Federação Nacional (Fenprof) estão em luta», sublinha o secretariado nacional.

A análise e o debate do estatuto da carreira docente fez deslocar ao Campo Pequeno, em Lisboa, largos milhares de professores, apesar de o Ministério da Educação ter tentado «ilegalizar» as reuniões, que foram marcadas também para o Pavilhão do Académico do Porto e para o Pavilhão dos Olivais em Coimbra. Nas fotos, flagrantes da reunião de Lisboa, em que interveio António Teodoro, secretário-geral da Fenprof, e da manifestação que se lhe seguiu, em frente ao Ministério da Educação

PCP

Contra a Reforma Agrária Governo Cavaco/PSD viola e subverte a Constituição e a legalidade democrática

Nota do Executivo da Comissão Política do Comité Central do PCP

A forma como o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, está a actuar nos campos da Reforma Agrária confirma o carácter prepotente, autoritário e violador da legalidade democrática que caracteriza a acção do Governo Cavaco/PSD.

Se nas primeiras entregas o MAP recorreu às notificações à 6.ª feira, via telegrama, para fazer a entrega das mesmas na 2.ª feira de manhã, e assim impedir o elementar direito dos trabalhadores a requererem a sua suspensão provisória junto do Supremo Tribunal Administrativo, agora nem o fim-de-semana fica entre a notificação e a entrega.

O MAP passou a notificar as UCP/Cooperativas de manhã para na tarde do mesmo dia fazer a entrega e, nalguns casos, de que é exemplo a reserva de 1139 hectares na UCP/Cooperativa 12 de Maio para a agrária Maria Elisa Águas Mascarenhas o telegrama chegou às 8.35 horas e às 9.30 horas já lá estavam os homens do MAP para consumar o acto.

Casos há em que nem a notificação é feita, como na UCP/Cooperativa Boa Esperança do Lavre, a quem foram retirados 346 hectares nestas condições. Noutros, o MAP nem se dá ao trabalho de elaborar os processos, como sucedeu na UCP/Cooperativa de Cabrela.

Mais: o MAP não acata sequer as decisões de suspensão provisória de entrega de reservas do Supremo Tribunal Administrativo agravando a sua política de desrespeito e confronto com os tribunais.

A ânsia de destruir é tal que o MAP de Álvaro Barreto chega à situação escandalosa de enviar telegramas do Terreiro do Paço assinados em nome da Direcção dos Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária de Évora.

Os critérios usados para as pontuações são simplesmente desconhecidos das UCP/Cooperativas, os próprios agrários, com funcionários do MAP pagos para o efeito, elaboram eles próprios as pontuações. Por outro lado, com a inconstitucional lei do latifúndio, herdades que tinham 124 811 pontos ficam reduzidas a 23 898, caso da herdade «Sol Posto», ou de 348 793 passam para 40 305, caso da herdade das «Belinhas».

Mas o arbítrio, a ilegalidade, a corrupção assumem outros aspectos não menos graves e escandalosos. Desconhece-se por exemplo o destino de centenas de milhar de contos de cortiça que deviam ter sido pagos às UCP/Cooperativas; subsídios da CEE para ovinos relativos ao ano de 1988 atribuídos às UCP/Cooperativas são retidos e canalizados pelo MAP para os agrários a pretexto de que a terra foi entregue aos agrários em 1989, como sucedeu com as UCP/Cooperativas do Sabugueiro e Liberdade da Graça do Divor.

Trata-se de uma situação de extrema gravidade na medida em que com esta política de factos consumados é o próprio regime democrático que o Governo Cavaco/PSD está a subverter.

Violando a Constituição da República em vigor e, na base da lei do latifúndio — Lei 109/88, cuja inconstitucionalidade se torna cada vez mais evidente, o MAP –, sob a orientação de Álvaro Barreto, numa escalada sem precedentes contra a Reforma Agrária, avança na sua destruição e na reconstituição do latifúndio, como se o princípio constitucional da liquidação do latifúndio já não tivesse validade, ou como se a Reforma Agrária consagrada na Constituição como conquista irreversível do povo português e caracterizadora do Portugal de Abril, fosse já letra morta e os seus trabalhadores cidadãos de 2.ª classe.

A reconstituição já materializada de latifúndios, ao abrigo desta lei, como o de Murteira Grave com 5500 hectares, ou da família Franco Mira com mais de 3000, não deixam margem para dúvidas de que o objectivo final do PSD é a total liquidação da Reforma Agrária e a entrega de toda a terra aos grandes latifundiários.

É aliás significativo o facto de a ofensiva ser conduzida não só contra as UCP/Cooperativas, mas também contra os pequenos e médios agricultores a quem havia sido distribuída terra e que agora se vêem expulsos da mesma, ainda que dispondo de contratos de arrendamento.

É um sério alerta sobre o carácter autoritário, prepotente e totalitário do Governo Cavaco/PSD que coloca na ordem do dia o entendimento dos democratas para derrotar os planos restauracionistas do grande capital e dos latifundiários, conduzidos pelo PSD.

As declarações já avançadas por Álvaro Barreto quanto à disposição de aprovar uma nova lei do latifúndio ainda mais grave que a actual, logo após a descaracterização da Constituição em curso, coloca mais do que nunca a necessidade do PS rever a sua posição capitulacionista no acordo de revisão assinado com o PSD e que, retirando o conceito de Reforma Agrária da Constituição e esvaziando de conteúdo o artigo que obriga à eliminação do latifúndio, enfraquece ainda mais as barreiras à reconstituição latifundiária.

O PSD não tem força para rever sozinho a Constituição. O PS ainda está a tempo de impedir este caminho. A Constituição constitui, no momento presente, um travão fundamental ao avanço dos projectos liquidacionistas do regime democrático de Abril que o PSD procura materializar.

O PS, ao prosseguir com as cedências à direita no processo de revisão, será o responsável perante o povo português, e nenhum discurso, por mais demagógico que o seja, poderá minimizar essa responsabilidade histórica.

O PCP, fiel ao regime democrático constitucional em vigor, que traduz o espírito da Revolução do 25 de Abril, lutador intransigente em defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores e do povo, manifesta a sua activa solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária e à sua justa luta, e exorta todos os militantes, simpatizantes e democratas em geral, para que desenvolvam em unidade os esforços indispensáveis à defesa desta importante conquista da revolução de Abril que é a Reforma Agrária — reforma cuja obra notável as criminosas ofensivas da direita não conseguirão fazer esquecer e que continua a corresponder às necessidades objectivas do progresso agrícola e da solução de graves problemas sociais da região do latifúndio e às profundas aspirações populares.

Lisboa, 15 de Maio de 1989

Edgar Correia

Duas palavras sobre a política do PS nas autarquias do Porto

Para além de aspectos relacionados com as eleições de Junho para o Parlamento Europeu e com a situação política nalguns dos seus traços essenciais, a recente jornada de confraternização da CDU no Porto, que reuniu cerca de dois mil activistas na nave do Palácio de Cristal, apresentou e divulgou os candidatos da Coligação à presidência das Câmaras e Assembleias Municipais de concelhos da área do «Grande Porto».

A propósito das eleições autárquicas o convívio realizado na capital do Norte acabou por abordar alguns aspectos de especial significado, nomeadamente o reflexo das batalhas eleitorais na situação política e o papel e a actuação do Partido Socialista.

Edgar Correia, membro da DORP e da Comissão Política do Partido, afirmaria a dado passo que «a perda de posições nas autarquias enfraquecerá consideravelmente a posição do Governo da direita e da sua política». No contexto dos esforços realizados para estabelecer coligações interpartidárias que tornassem possível retirar à direita a presidência dos órgãos autárquicos, deu o exemplo da cidade do Porto, onde os 19% da CDU, somados aos 23% do PS, bastariam para exceder os 37% do PSD e lhe conquistar a presidência da segunda Câmara do país. «Fizemos ao PS a proposta (...), não colocámos quaisquer condições prévias à negociação e manifestámos completa abertura e disponibilidade para o diálogo – disseram-nos terminantemente que não estavam interessados». Lamentando que «os dirigentes do PS recusem acordos à esquerda, ao mesmo tempo que continuam empenhados em estabelecer alianças com o PSD contra a CDU», Edgar Correia criticou ainda o facto de «em muitas autarquias da região do Porto, sobretudo ao nível das Câmaras, a política do PS aparecer confundida com a dos eleitos do PSD e até do CDS, cada vez mais enfeudada aos grandes grupos capitalistas e às suas negociatas». E deu vários exemplos, para concluir que **«a CDU se afirma cada vez mais no distrito do Porto como verdadeira alternativa à gestão autárquica do PSD e do PS»**.

***Porto:** nas autarquias do distrito, o PS assume com frequência posições que claramente favorecem a direita*

Sabroso de Aguiar quer ser freguesia

Entrou na Mesa da Assembleia da República um projecto-lei do PCP que visa a criação da freguesia de **Sabroso de Aguiar**, no concelho de Vila Pouca de Aguiar. Terra que se desenvolveu a partir da década de 60/70 «devido à forte corrente de emigração», Sabroso tem presentemente cerca de 800 eleitores. Como sublinha a Comissão Distrital de Vila Real do PCP, em breve nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social, «este projecto-lei, que desejamos se transforme em lei, dá corpo a uma profunda aspiração do povo de Sabroso de Aguiar, que mais uma vez se constatou numa recente visita do deputado António Mota, co-autor do projecto».

Ainda o Alqueva e o futuro do Alentejo

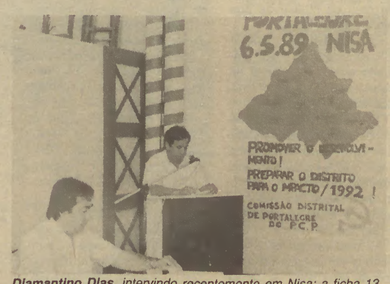
Várias organizações do Partido têm com frequência alertado a opinião pública e as entidades oficiais para a grave situação que se vive no Alentejo em termos demográficos, económicos e sociais. Recentemente, intervindo nas 2.as Jornadas sobre o Desenvolvimento do Distrito de Portalegre, realizadas em Nisa, o camarada Diamantino Dias, membro do Comité Central, referia a dado passo:

«Numa região onde há 42 mil desempregados, a taxa prevista de crescimento do emprego nos próximos 4 anos é igual a zero (!). Entretanto, se é verdade que a Operação Integrada de Desenvolvimento (OID) do norte alentejano criará 3000 postos de trabalho, os outros dois distritos (Évora e Beja) vão aumentar o desemprego».

E mais adiante, declarou:

«A taxa de crescimento populacional é igual a –0,2%, o que confirma a continuação da política de desertificação do Alentejo.

«Os recursos naturais não são considerados, caso do cobre ou do Alqueva, chegando-se ao ponto do Governo enviar para Bruxelas a **ficha 13** do II volume do PDR (Plano de Desenvolvimento Regional) em branco. E sabem a que respeitava essa ficha? Exactamente ao Alqueva, ampla barragem que, acompanhado de um plano de rega do Alentejo, daria para irrigar 180 mil hectares de terras e criaria 25 mil postos de trabalho directos».



***Diamantino Dias**, intervindo recentemente em Nisa: a ficha 13 do II vol. do PDR, enviada para Bruxelas, ia em branco. Dizia respeito ao Alqueva...*

Leiria

Jovens CDU em acção

Um pouco por todo o País avança o trabalho da constituição de comissões juvenis de apoio à CDU. O distrito de Leiria não foge à regra ainda num recente encontro distrital, realizado em Peniche, foi sublinhada a necessidade de **alargar a CDU a outros jovens prestigiados no movimento juvenil e associativo, criando comissões de jovens de apoio à CDU no maior número possível de concelhos.**

O encontro de Peniche reuniu mais de uma centena de activistas e contou com a presença de **Ângelo Veloso**, do Executivo da Comissão Política do PCP.

Reboleira (Amadora)

CDU tem Coordenadora

No último fim-de-semana foi eleita a Comissão Coordenadora da CDU/Reboleira, concelho da **Amadora.**

Presentes na reunião dezenas de activistas locais da Coligação, na sua maioria mulheres. Na ocasião registaram-se intervenções políticas de **Jaime Serra**, membro da Comissão Central de Controlo e Quadros do PCP, e **António Gonçalves**, da Associação «Intervenção Democrática».

Entre os participantes na iniciativa, que acolheu um vivo debate entre os problemas locais e as eleições de Junho para o Parlamento Europeu, contavam-se ainda o vereador da CDU na Câmara Municipal da Amadora, **José Maria** e o presidente da Junta de Freguesia da Reboleira.

Camaradas Falecidos

José Mota (Pisco)

Membro da Comissão Concelhia de Gouveia do PCP, faleceu recentemente o nosso camarada **José Augusto Respeita Mota (Pisco)**, de 58 anos. Logo a seguir ao 25 de Abril, foi um dos organizadores do Partido naquele concelho serrano, fazendo parte do quadro de funcionários até 1977. Cidadão prestigiado e estimado pela população local, o camarada «Pisco» trabalhava em Gouveia como comerciante. No último adeus ao militante comunista incorporaram-se centenas de democratas e amigos.

António Pinheiro

Organizado na célula do Bairro da Liberdade (Campolide), em Lisboa, faleceu o militante comunista **António Pinheiro.** Era natural de Vila Chã (Amarante) e contava 61 anos.

Manuel Tenório

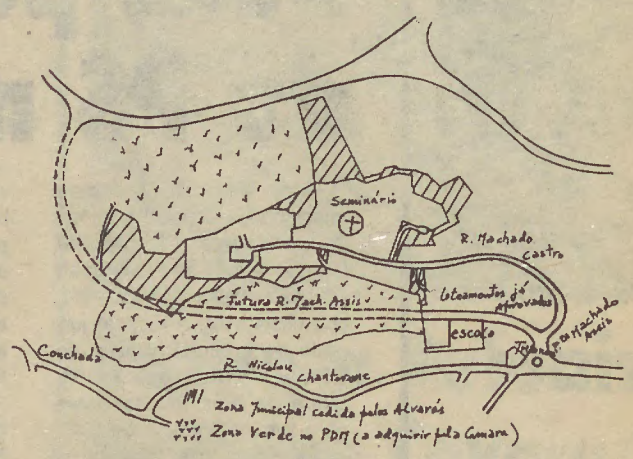
Faleceu em Évora o velho militante comunista **Manuel Vasco Varela Tenório**, de 80 anos. Membro do Partido há mais de meio século, estava organizado na comissão do CT concelhio de Évora.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» e as organizações a que pertenciam apresentam sentidas condolências.

Poder Local

«Câmara alternativa» em defesa de Coimbra

O estilo CDU à vista nas propostas de recuperação da Rua Machado de Castro



Era uma vez...

«Um grupo de trabalho constituído por vereadores CDU da Câmara Municipal de Coimbra, eleitos da CDU na freguesia dos Olivais e quadros técnicos, que estudou os problemas da zona concluindo que ainda é possível dotar a Rua Machado de Castro de adequadas condições de habitabilidade. Para tal é necessário...»

A história podia começar assim. Só que aqui não se trata de uma história, mas de um exemplo significativo de uma certa maneira de estar e de trabalhar no meio local.

O **estilo** CDU na populosa cidade de Coimbra, ponto de passagem «obrigatório» para milhares de habitantes da região centro, quer dizer, como mostra o «caso» da Rua Machado de Castro (já lá iremos) estudo e intervenção pela positiva, congregando técnicos e especialistas, ouvindo e indo ao encontro das populações, avançando propostas e alternativas.

Hoje, para falar da CDU de Coimbra não basta abordar o trabalho competente dos seus dois vereadores (**Beatriz Rosa** — obras municipais; **Carlos Viana** — cultura), dos seus eleitos na AM e nas freguesias, destacando-se as 6 de presidência CDU. Não chega falar da acção da sua **Coordenadora Aberta**.

Em Coimbra, CDU significa um vasto espaço de diálogo democrático, de acção autárquica e de múltiplas iniciativas de debate e de reflexão, com cidadãos das mais variadas correntes de pensamento político. Tudo isto, associado à documentação que vai saindo — abordando sempre temas, situações e problemas concretos, que «mexem» com o quotidiano dos munícipes — cria uma dinâmica que significa «**Câmara Alternativa**», não um «gabinete sombra», mas um núcleo de debate e de intervenção sem paralelo no concelho, que possibilita o estudo exaustivo dos problemas, a informação aos moradores, a recolha de sugestões e críticas e a chegada de propostas concretas aos órgãos eleitos.

O «Avante!» deu um salto a Coimbra e tentou redescobrir a bela cidade do Mondego na companhia de três anfitriões que a conhecem a fundo e que se contam entre os dinamizadores daquele precioso trabalho: **Santos Cardoso**, candidato CDU à presidência da Câmara Municipal (antigo vereador, membro da lista para o Parlamento Europeu), **Beatriz Rosa**, vereadora, candidata para novo mandato nas eleições de Dezembro próximo, e **Jorge Monteiro**, da Distrital do PCP e eleito na AM.

Da longa conversa mantida, especialmente no Centro de Trabalho da Rua da Sofia, pensamos dar conta aos nossos leitores na próxima edição. Por agora, não resistimos a falar-vos do tal exemplo bem elucidativo do estilo CDU, **Câmara Alternativa** a que já aludimos.

Aos residentes da Machado de Castro (troço situado a noroeste da Praça Machado de Assis) tinham sido feitas promessas de qualidade de vida — sossego, infra-estruturas a 100 por cento, garagens e estacionamentos privativos, espaços livres, zonas de lazer, etc.

O pesadelo

Promessas, diz a sabedoria popular, **leva-as o vento**... Foi o que aconteceu. Analisando a questão, um grupo de eleitos, técnicos e especialistas da CDU não se ficou pela crítica — bem justa! — à Câmara Municipal, de presidência PSD. Fez o ponto da situação actual e avançou propostas, que condensou num folheto para ampla divulgação na cidade e especialmente junto dos moradores daquela conhecida artéria da «nova» Coimbra e que prometeu levar à Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais e à CMC.

Para os residentes da Machado de Castro o que podia ser o sonho acabou, de facto, por se transformar em pesadelo. O que é que se tinha passado? A «Coordenadora Aberta da CDU» resume assim:

• Tinham sido construídos demasiados edifícios, em função da dimensão da via e das características habitacionais inicialmente propostas. Aquela zona apresenta neste momento uma densidade bruta de 200 hab./ha e uma densidade líquida de 600 hab./ha, valores já de si extremamente elevados, ainda mais porque se trata de terrenos com forte inclinação, com acesso por um único ponto;

***Rua Machado de Castro:** eleitos e técnicos da CDU avançam propostas concretas para a melhoria da qualidade de vida nesta importante zona da cidade de Coimbra*

• Tinham sido aprovados projectos com um número de garagens significativamente inferior ao de fogos. Neste momento existem já cerca de 460 fogos construídos e menos de 400 garagens individuais. Supondo que a cada fogo corresponda em média 1,5 viaturas, cerca de 290 viaturas estão sem estacionamento próprio. Como resultado, a via encontra-se completamente obstruída com estacionamento dos dois lados, o que não permite o cruzamento de veículos, numa via de dois sentidos;

• Tinha ficado por resolver o problema do lançamento dos esgotos. Com efeito, o mau funcionamento da estação elevatória construída leva a que a drenagem se faça por vala a céu aberto. Esta solução não é digna da cidade; os moradores da Rua Machado de Castro merecem melhor dos SMASC;

• Os espaços livres foram cedidos em locais de fraca acessibilidade e não foram ainda preparados nem disponibilizados pela Câmara para usufruto da população. Como toda a gente sabe, e os construtores civis também, a melhor forma de construir sobre um espaço verde é evitar que ele seja, durante anos, utilizado como tal.

A esperança

Agora que o mal está feito, será que os moradores da Rua Machado de Castro estão condenados a viver no pesadelo? A CDU de Coimbra pensa que não e avança um conjunto de propostas objectivas, às quais o Município não pode fazer orelhas moucas:

• Não aprovar quaisquer novos loteamentos naquela zona, já que toda a área ainda não loteada se destina a zona verde (de acordo com o próprio **PDM** — Plano Director Municipal);

• Adquirir essa área para o Município e dar-lhe, em conjunto com as zonas verdes dos loteamentos já efectuados, um enquadramento adequado, criando zonas de lazer para a população;

• Alargar o recinto da escola primária, permitindo uma área de logradouro que neste momento é praticamente inexistente;

• Criar um parque infantil e um polidesportivo aberto na zona verde disponível imediatamente a poente da cerca do Seminário;

• Melhorar as duas passagens de peões, de ligação entre a Rua Machado de Castro e a projectada Rua Machado de Assis, que facilite o acesso das crianças à escola e permita o acesso dos moradores à zona verde confinante com a Rua Machado de Assis;

• Refazer rapidamente o piso definitivo da Rua Machado de Castro, logo que estejam concluídas as construções em curso;

• Criar espaços de estacionamento para veículos fora da via;

• Proceder ao lançamento da projectada Rua Machado de Assis, que julgamos necessária do ponto de vista do tráfego, como alternativa à Rua de Aveiro e Nicolau Chanterenne e do ponto de vista do lançamento dos esgotos.

Nesta rua — conclui o estudo da CDU — dever-se-á respeitar escrupulosamente o estipulado no PDM, que a preserva em grande parte da construção, já que o seu traçado se faz ao longo de uma linha de água natural.

Rua Machado de Castro — um exemplo de intervenção dinâmica, uma expressão do estilo CDU em Coimbra, uma cidade histórica que não pode estar condenada a uma gestão que não respeita os munícipes, o seu presente e o seu futuro. Na próxima semana teremos mais pormenores.

■ ***José Paulo Oliveira***

Terra

7 de Junho, em Évora, Reforma Agrária em luta

Concentração regional contra ilegalidades do MAP/Barreto

• *Executivo da DORA do PCP toma posição*

Em contacto com os jornalistas, o Executivo da Direcção Regional do Alentejo (DORA) do PCP saúda calorosamente a decisão dos trabalhadores da Reforma Agrária de levarem por diante no próximo dia **7 de Junho** em **Évora** uma **concentração regional** de protesto contra a actuação do Ministério da Agricultura, dirigido por Álvaro Barreto.

Na nota que fez chegar às redacções dos órgãos de Informação, a Direcção Regional do PCP sintetiza os efeitos da política de **arbítrio**, de **ilegalidades**, de **autoritarismo** e **prepotência** do MAP, salientando a dado passo:

«No cumprimento da famigerada e anticonstitucional lei do latifúndio (lei 109/88), o MAP avança na reconstituição dos latifúndios, deixando clara a sua intervenção de liquidar a Reforma Agrária e entregar toda a terra na posse das UCPs/Cooperativas e de pequenos e médios agricultores aos grandes latifundiários».

Os comunistas alentejanos salientam que o Ministério da Agricultura viola e subverte frontalmente a Constituição da República e a legalidade democrática e entra em confronto aberto com os tribunais. Exemplos claros desta política são as notificações com menos de uma hora de diferença das entregas; as entregas sem notificação e outras mesmo sem elaboração de processos; o desrespeito pelas decisões do Supremo Tribunal Administrativo; a entrega escandalosa aos agrários de subsídios da CEE atribuídos às UCPs/Cooperativas, isto para já não falar dos milhares de contos de cortiça que o Ministério retirou às UCPs/Cooperativas.

30 reservas em menos de 30 dias...

«A entrega de cerca de 30 reservas com mais de 12 000 hectares nestas condições, em menos de 30 dias, não deixam margem para dúvidas» quanto aos objectivos de rapina e destruição do Governo Cavaco e do Ministério Barreto, em estreita ligação com os objectivos dos grandes latifundiários.

«O Executivo da DORA do PCP considera da maior gravidade que o PS insista na manutenção do acordo capitulacionista que elaborou com o PSD para a descaracterização da Constituição de Abril, num momento em que é mais que evidente que o objectivo final do PSD é a total destruição da Reforma Agrária e a restauração total do latifúndio.

As declarações de Álvaro Barreto no sentido de fazer aprovar uma nova lei do latifúndio ainda mais grave que a actual logo após a revisão confirma inequivocamente essa intenção.

A DORA do PCP considera como **demagogia** e **descaramento** recentes declarações de Jorge Sampaio no Alentejo, procurando apresentar-se aos olhos dos trabalhadores e da opinião pública «na qualidade de líder da única alternativa válida ao actual Governo», e isto no preciso momento em que o PS na Assembleia da República capitula face ao PSD, admitindo retirar o conceito de Reforma Agrária da Constituição e esvaziar de conteúdo o artigo que obriga à eliminação do latifúndio, enfraquecendo ainda mais as barreiras à reconstituição latifundiária e num momento em que avança nas alianças com o PSD no Poder Local.

Assembleia da República

Uma revisão à viva força violentando as regras do debate

Com a entrada em vigor do novo calendário de funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional acordado entre o PSD e o PS acentuou-se ainda mais o colete de forças que vinha espartilhando o debate relativo a este processo de importância fulcral para o futuro do regime democrático.

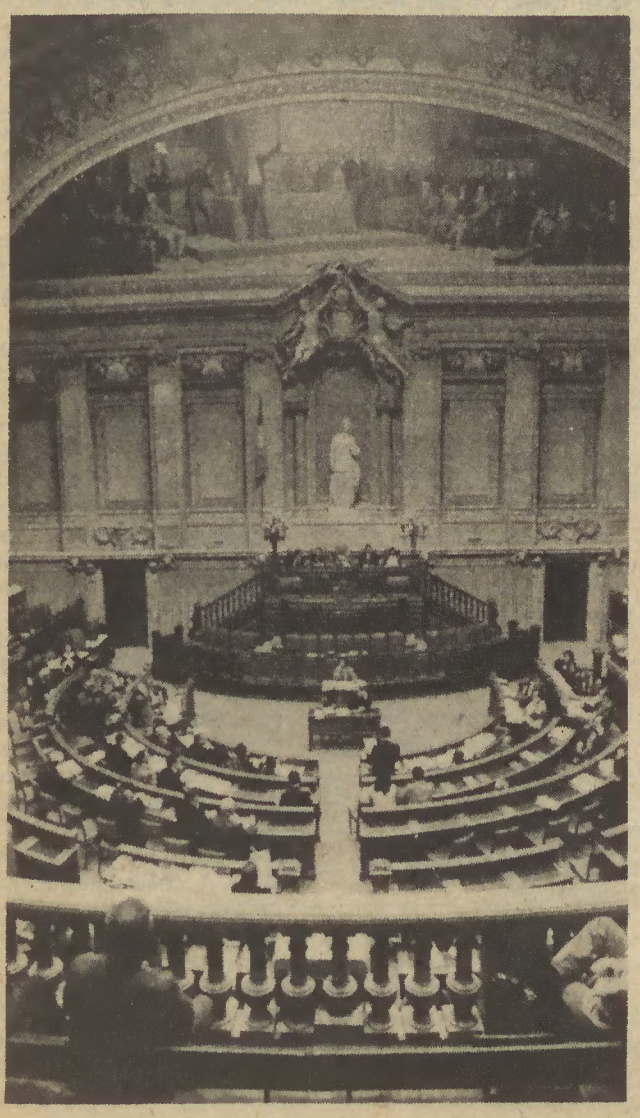
Com os trabalhos na ponta final (na sequência da maratona de segunda-feira o debate avançou até ao Artigo 290.º ficando deste modo praticamente concluído) a revisão da Lei Fundamental conheceu assim uma marcha a galope cujos efeitos, pelo seu carácter profundamente negativo, colidem frontalmente com a dignidade e importância de que um debate desta natureza tinha a obrigação de se revestir.

De marcha forçada a trabalhos forçados

Em boa verdade, como consequência do novo esquema de funcionamento forjado na passada semana entre o PSD e o PS, já não se trata apenas do «garrote» infligido à Assembleia com a redução substancial do período relativo ao seu normal funcionamento nas matérias que não digam respeito à revisão constitucional. Em causa está sobretudo a própria forma como a revisão tem vindo a ser feita — **«à viva força e violentando regras básicas do debate parlamentar»**, como sublinhou na oportunidade o líder parlamentar comunista Carlos Brito —, passando agora de um regime de marchas forçadas para um regime de **«trabalhos forçados»**.

Esta degradação na análise correcta das alterações à revisão da Constituição tem sido, aliás, um aspecto notório sentido por quantos participam ou acompanham os trabalhos, sejam deputados ou jornalistas: os primeiros, desde logo, pela circunstância de se verem obrigados, como sucedeu na quinta e sexta-feira passadas, a analisar de uma penada, por exemplo, mais de cem artigos envolvendo questões tão essenciais como a Constituição económica, a organização do Poder político nos seus princípios gerais e nos seus aspectos relativos ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Governo; os profissionais de comunicação social, por serem confrontados com um ritmo e uma discussão, esta compacta, aquele acelerado, que torna o discurso muitas vezes confuso, quando não mesmo ininteligível, impedindo assim uma correcta percepção dos debates.

Debates que na semana finda estiveram centrados na Constituição económica e que acabaram por confirmar aquilo para que nas nossas páginas chamámos a atenção. Referimo-nos ao facto de as propostas conjuntas do PS e do PSD nesta área visarem no essencial a eliminação da irreversibilidade das nacionalizações e o enfraquecimento das barreiras constitucionais à eliminação dos latifundiários, debilitando simultaneamente a ideia do planeamento democrático e procurando eliminar a orientação para a aproximação colectiva dos meios de produção e solos.



Facilitar o caminho a Barreto

Com o PS também neste domínio a abandonar as suas posições originárias, o debate conheceu momentos particularmente vivos quando se tratou de apreciar as alterações em matéria de política agrícola e de Reforma Agrária.

Em causa, a eliminação da referência explícita no texto constitucional à Reforma Agrária e a alteração do conteúdo do artigo referente aos latifúndios de que resulta um claro enfraquecimento dos meios constitucionais no combate à sua reconstituição.

Procurando esforçadamente explicar a pirueta do seu partido, — recorde-se que o PS chegou a dizer, como lembrou Lino de Carvalho, que a **«Reforma Agrária é um dos momentos mais importantes na criação de uma sociedade nova em Portugal»** — Almeida Santos tentou reduzir tudo a uma **«querela semântica»**.

Opinião contrária, proveniente da sua própria bancada, fez-se no entanto ouvir no decorrer do debate. Veio do deputado Manuel Alegre quando este afirmou de forma clara que a expressão **«Reforma Agrária deve manter-se na Constituição uma vez que se trata de «um imperativo ético»** e uma **«das condições de realização da democracia e da justiça em Portugal»**.

«Estava no texto constitucional de 1976, 1982, no programa do PS e de todas as forças políticas que se bateram contra o salazarismo», recordou ainda aquele deputado socialista.

Mas para lá de enfraquecer as barreiras constitucionais à reconstituição do latifúndio e de dificultar ainda mais o aproveitamento dos recursos e potencialidades do Alentejo e do Ribatejo, as alterações introduzidas pela mão do PS vêm também, como insistentemente assinalaram os deputados comunistas Lino de Carvalho e Rogério de Brito, **«facilitar o caminho»** a Álvaro Barreto na sua acção ilegal e brutal de esbulho de terras às UCPs-/Cooperativas agrícolas.

Foi lembrado a propósito o próprio anúncio do ministro da Agricultura de que estaria já em preparação e em fase adiantada uma nova lei da Reforma Agrária diploma que, afinal, mais não é, alertaram, do que uma nova lei para a reconstituição integral do latifúndio a pretexto das alterações agora introduzidas.

No decorrer do debate, os deputados da maioria não esconderam de resto a sua interpretação, na sequência das alterações acordadas, de que o conceito de eliminação dos latifúndios constitui uma questão que é deixada ao arbítrio do legislador, ou seja, o PSD agarra no acordo firmado com o PS para o aplicar e levar à prática desde já até às suas últimas consequências.

Carpintaria eleitoral

Questões não menos polémicas nos debates ocorridos na semana passada foram também as referentes à organização do poder político, sobretudo quanto à definição do regime eleitoral e à diminuição do número de deputados.

Detendo-se em pormenor nestas questões, Carlos Brito chamou a atenção para a **«adulteração do princípio da representação proporcional»** que está subjacente à redução do número de deputados (entre 15 a 20 relativamente à composição actual) e qualificou esta alteração como uma **«peça de guerrilha de Cavaco contra a Assembleia da República»**.

«Com menos votos o PSD pode manter na Assembleia da República uma posição potencializada», afirmou ainda o dirigente comunista numa referência às vantagens eleitorais que o PSD retira desta proposta, antes de condenar a **«concepção bipolarizadora»** que do seu ponto de vista nela está igualmente presente.

Para a bancada comunista, conforme foi sublinhado no debate, importa que não sejam alteradas as regras do jogo democrático de molde a permitir que continue assegurada uma representação plural da vontade popular. Seria inaceitável que por obras de uma **«carpintaria eleitoral feita com o pior conglomerado da direita»** – as palavras são de José Manuel Mendes – se viesse a alterar essa correspondência entre os mandatos e a vontade dos eleitores.

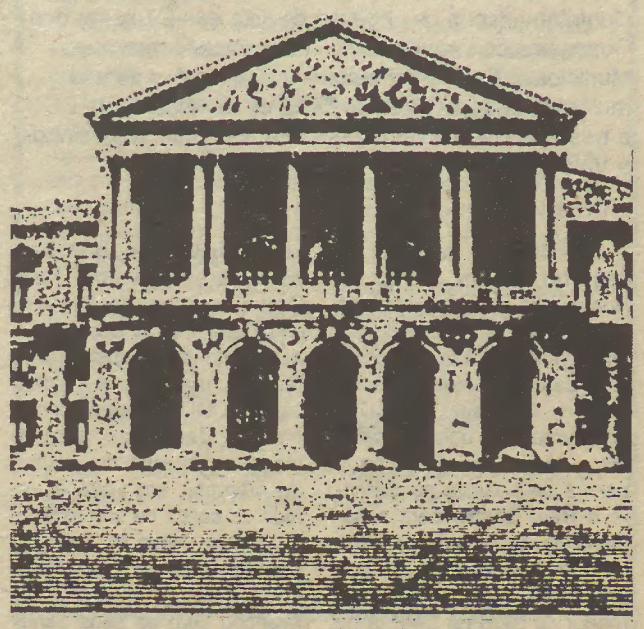
Poderes da Assembleia

Alvo de crítica por parte de Carlos Brito foi, por outro lado, a diminuição dos poderes de fiscalização da Assembleia – em resultado das cedências do PS – nomeadamente através do **«esvaziamento do Instituto dos pedidos de ratificação»**.

Decaindo do seu projecto original que apontava para o reforço dos poderes da Assembleia em relação à actividade do Governo, o PS acabaria com efeito por estabelecer um acordo com o PSD que se veio a saldar numa diminuição dos poderes daquele órgão de soberania, nomeadamente quanto à consagração da figura de caducidade das ratificações.

Por outras palavras, a maioria laranja que controla a ordem do dia conseguiu desta maneira matar dois coelhos de uma só cajadada: primeiro, não deixa proceder ao agendamento dos pedidos de ratificação apresentados pela oposição; segundo, sabe que ao fim de uns meses (logo que termine a sessão legislativa) esses requerimentos caducam automaticamente.

No capítulo das competências de fiscalização e legislação da Assembleia da República as cedências do PS foram aliás uma nota dominante. José Magalhães referenciou-as, lembrando que o PS decaiu, designadamente, da norma que previa o acompanhamento deste órgão de soberania na execução orçamental, da norma relativa à sua competência de reserva absoluta quanto ao regime de organização administrativa e financeira dos serviços de apoio ao Presidente da República e da AR e da norma que reservava para esta a definição dos sectores económicos vedados à iniciativa privada. Voltando atrás, o PS decaiu igualmente da norma que estipulava a aprovação do regimento da Assembleia por dois terços e das propostas que visavam facilitar a constituição de comissões de inquérito ao Governo.



Os custos do acordo

Estas sucessivas cedências do PS na revisão da Lei Fundamental não estarão entretanto a ser alheias a um certo mal estar que se vai instalando na bancada socialista. A verdade é que continua a ser o PS a assumir os custos do acordo e a dar a cara na sua defesa, mas quem beneficia com as soluções acordadas é o PSD.

Neste contexto, devem, pois, ser apreciadas as afirmações públicas dos deputados socialistas Manuel Alegre e Sottomayor Cardia – num gesto de relevante significado – de que votarão contra a revisão da Constituição na votação final global.

Estes dois deputados – que aliás não têm escondido as suas reservas quanto ao modo como em alguns aspectos o processo de revisão tem sido conduzido pelo seu partido – ainda na passada sexta-feira na discussão das propostas tendentes à redução do número de deputados exprimiram também a sua discordância frontal por esta solução pondo na ocasião em relevo a sua preocupação pela ausência de **«garantia da manutenção do princípio da proporcionalidade»**.

É que, feitas as contas, quem vai beneficiar com tal diminuição é o PSD. Em termos de ganhos e perdas é à esquerda que esta diminuição mais de fará sentir.

O papel do Presidente da República

No capítulo relativo à organização do poder político um destaque ainda para a oposição do PSD ao reforço dos poderes do Presidente da República. Em causa, o artigo que trata das suas competências em matéria de relações internacionais, cujo conteúdo é geralmente reconhecido como incompleto de tal modo que nem sequer, como fez notar Carlos Brito, o seu articulado corresponde à epígrafe do artigo.

Ao recusar as propostas do PCP e as de outros partidos que correspondiam afinal à prática constitucional e ao papel desempenhado pelo Presidente da República, propostas que vinham no fundo tão só precisar as suas competências nesta matéria, a maioria mais pareceu assim pretender contestar a actual prática constitucional e dessa maneira reduzir o papel do Presidente da República em matéria de política externa.

Realce ainda das votações realizadas na última semana para a rejeição das teses da direita que, a propósito do referendo, pretendiam consagrar na Constituição um verdadeiro plebiscito.

As «cambalhotas» do PSD

Uma nota final para a falta de respeito do PSD relativamente a compromissos assumidos na Comissão Eventual de Revisão Constitucional e para a postura daí decorrente do PS. Tratou-se em concreto de um acordo aprovado por unanimidade que consagrava a existência constitucional de seis marcações da ordem do dia por cada grupo parlamentar não representado no Governo e quatro marcações para os que estivessem representados no Governo. Pretendia-se assim com esta medida, reforçar os direitos dos partidos da oposição. Pois o PSD não esteve com meias medidas. Roeu a corda e não teve pejo em desrespeitar no decorrer do debate os compromissos anteriormente assumidos.

Que o tenha feito, não admira. O que espanta é que da parte do PS não tivesse surgido qualquer reacção visível a esta «cambalhota» do PSD. Isto é, o PS deu mostras de continuar o seu calvário e de continuar a defender o acordo mesmo quando o PSD dá o dito por não dito.

Poder Local

Candidaturas CDU para o Grande Porto

A CDU apresentou durante um Encontro/Almoço de Confraternização os cabeças de lista das Câmaras dos Concelhos do Grande Porto e algumas Assembleias Municipais. Facto altamente significativo é o de três mulheres encabeçaram as listas de candidatos da CDU a três importantes Câmaras da região Gaia, Matosinhos e Valongo.

Na cidade do Porto, foi no decorrer de um «Porto de Honra», no Grande Hotel do Porto, com a presença de destacadas figuras democráticas da cidade, que Armando Castro, em nome da CDU, apresentou os dois candidatos — **Luís Oliveira Dias,** , para a presidência da Câmara e **Raul Castro** para a Assembleia Municipal. Na curta intervenção que dirigiu aos presentes, Oliveira Dias, vereador da CDU na CMP já no 3.º mandato e com larguíssima experiência de toda a actividade municipal, manifestou a sua determinação de servir o Porto e afirmou a dado passo que «a cidade, no dealbar do século, na encruzilhada de interesses e experiências novas que despontam, com o peso e o freio de questões mal resolvidas e por resolver, carece, parece construir o seu futuro, de ousadia, criatividade, bom senso e determinação». Raul Castro, membro da Intervenção Democrática, deputado à AR, conhecido lutador antifascista, reafirmou a coerência da CDU, os seus princípios de dedicação, competência e honestidade, «quando olhamos em volta e vemos os casos de corrupção».

Em Vila Nova de Gaia, foi num encontro com a Comunicação Social que a CDU avançou com os seus candidatos — para a Câmara Municipal, **Ilda Figueiredo,** vereadora e deputada à AR, e **Maurício Ferraz,** também vereador, e para Assembleia Municipal, **Alberto Andrade,** independente, que foi Presidente da Comissão Administrativa após o 25 de Abril e deputado do PS na Assembleia Constituinte e AR, vereador e Presidente da Assembleia Municipal de Gaia, membro do Movimento de Defesa da Constituição.

Já no decorrer do Encontro/Almoço Confraternização foram anunciados outros candidatos: **Serafim Nunes**, para a Câmara Municipal de Maia, **Joaquim Viana**, para Gondomar, **Eduarda Ferreira,** para Valongo, e **Olívia Ferreira**, para a Câmara de Matosinhos.

Também foi na altura anunciada a candidatura de **José Trocado,** na Póvoa de Varzim, e **José Calçada**, no Concelho de Lousada.

No que respeita às Assembleias Municipais, foram anunciados os candidatos para Gondomar,**Armando Pimenta,** e para Valongo, **José Viegas.**

Como referiu o camaradas Edgar Correia no Encontro, «uma "equipa"» para encabeçar uma real alternativa política à gestão autárquica do PSD e do PS» e também «para contribuir para a articulação das propostas da CDU ao nível deste conjunto de Concelhos, para a resposta integrada dos problemas que, sendo de cada município, são também grandes questões do conjunto desta importante área urbana».

LOURES

As casas da «Moinho do Vento»

A Cooperativa de Habitação Social «Moinho de Vento», do Catujal (Concelho de Loures), comemorou no passado domingo o seu 14.º aniversário com a entrega simbólica de 54 chaves de novas habitações, as quais estão ainda em fase de conclusão.

O programa da cerimónia decorreu no bairro da Cooperativa, na Freguesia da Apelação, abrindo com provas de atletismo, pelas 9.30, a que se seguiu um mini-festival de ranchos folclóricos e uma sessão solene onde participou o vereador da Câmara Municipal de Loures, Duarte Nuno, responsável pela Habitação Social, além de outros autarcas do concelho. Às 21.00 teve lugar a cerimónia de encerramento.

Ao longo dos anos esta cooperativa tem tido o apoio da Câmara Municipal de Loures, a qual cedeu terrenos no valor de mais de 65 000 contos. Para além dos terrenos, o município de Loures contribuiu com os materiais para as redes de água e esgotos, cujo valor foi de 2500 contos.

Tendo ainda em conta a especificidade desta cooperativa, a Câmara Municipal de Loures isentou os cooperantes do pagamento das taxas de infra-estruturas urbanísticas e das licenças de construção e, nos casos em que houve lugar ao realojamento de moradores de barracas ou casas abarracadas, houve isenção da licença de utilização.

A cooperativa «Moinho do Vento» tem já construídos 67 fogos, 54 estão em fase de conclusão e em breve vai iniciar a construção de mais 21 fogos.

ÉVORA

Festival Jovem e televisão por cabo

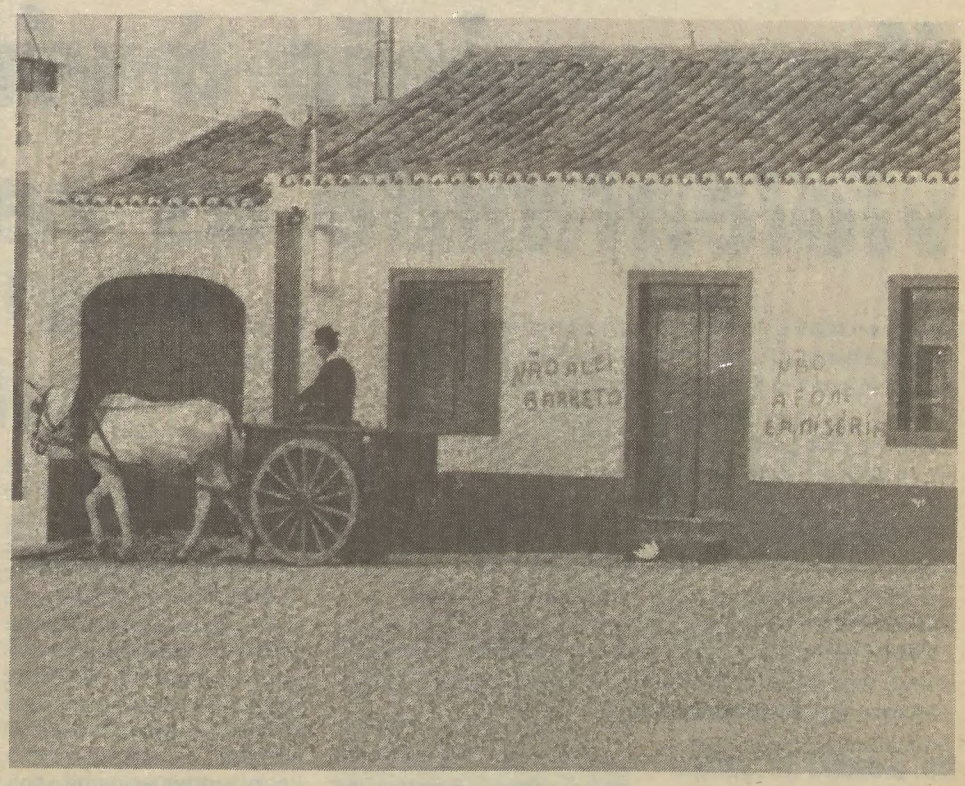
No passado fim-de-semana (dias 19, 20 e 21) decorreu nas piscinas municipais um conjunto de actividades inseridas no **Festival Jovem-Évora/89**, promovido pela Comissão Municipal da Juventude com o apoio da Câmara Municipal, repetindo-se o sucesso já obtido o ano passado.

Do programa deste «II Festival Jovem» constaram numerosas e diversificadas iniciativas de natureza cultural e desportiva, nomeadamente concertos com bandas locais e nacionais, projecções de vídeo, animação teatral e demonstrações de esgrima e judo (entre outras). O grupo «Os Trovante» encerrou o Festival com um concerto muito concorrido.

Assinale-se ainda, no Festival e como actividade paralela, a realização de uma acção de intercâmbio com jovens açoreanos, promovida no âmbito da assinatura do acordo de geminação entre Évora e Angra do Heroísmo.

Refira-se também (embora já «fora» do Festival) que se iniciam este mês em Évora os trabalhos de montagem (na zona piloto) da instalação de um sistema de televisão por cabo no centro histórico da cidade. Esta iniciativa foi programada para este ano com dois objectivos centrais: eliminar as antenas de televisão que proliferam sobre os telhados, descaracterizando-os profundamente, e melhorar a qualidade de recepção do sinal de televisão e aumentar o número de canais disponíveis. Trata-se, indubitavelmente, de um projecto inovador à escala nacional, em torno do qual se reuniram os pareceres favoráveis necessários ao seu desenvolvimento, com destaque para os proferidos pela UNESCO (a nível internacional) e a RTP.

Terra



A mando do Governo

Novo assalto à Reforma Agrária

Os latifundiários, com o ministro da Agricultura à frente, estão a tomar de assalto as terras da Reforma Agrária recorrendo a manobras fraudulentas, ilegalidades escancaradas e actos abertamente fora da lei. Na ânsia de destruir esta conquista de Abril, o Governo de Cavaco Silva já nem coreografa arremedos de cumprimento da lei e ataca brutalmente, ao arrepio frontal da legislação, das instituições e da Constituição da República. Só na última sexta-feira foram entregues 23 reservas nos Distritos de Beja e Évora totalizando mais de 5400 hectares. Quem o denuncia é a FENCA – Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas – que já decidiu entregar queixas e documentos ao Provedor de Justiça e ao Procurador-Geral da República, que indiciam a prática de crimes por parte do ministro Álvaro Barreto. Entretanto, como recorda o Secretariado Distrital das UCP's/Coops. de Beja, **«o ideal da Reforma Agrária continuará a ser a principal bandeira de luta do operariado agrícola do Alentejo e Ribatejo».**

É extenso e grave o rol de atropelos mais uma vez cometidos na passada segunda-feira a mando do Ministério da Agricultura e a coberto de expedições militares protagonizadas pela GNR. A FENCA pormenoriza:

«As UCP's/Cooperativas "Esquerda Vencerá" em Pias, "Freguesia de Unidade" em Ervidel (com duas), "Trabalho e Paz" na Amareleja, "Freguesia Sem Medo" em Alcaria, "Fronteira Alentejana" em Barrancos, "Terra de Pão" em Salvada, "27 de Outubro" em Vila Nova de Milfontes, "Terra de Catarina" em Baleizão, "Revolução 25 de Abril", "Salvador Joaquim do Pomar" em Santiago do Escoural (com 5), "11 de Março" no Alandroal, "A Luta é de Todos" em Mora, "Flor do Sul" e "Povo É Quem Mais Ordena" em Estremoz, "Aguiar" em Viana do Alentejo, "Comenda" e "Bardeiras" em Arraiolos e "Rainha do Alentejo" em Portel, foram notificadas sexta-feira ao fim da tarde para entrega de reservas, segunda-feira de manhã, pouco tempo antes dos serviços do MAP, enquadrados por forças da GNR, se terem lançado ao assalto das terras e bens dos trabalhadores.»

E o comunicado prossegue:

«De novo, o MAP insiste numa prática fraudulenta de notificar as Cooperativas em cima do próprio acto (num caso nem sequer procedeu a qualquer notificação) para impedir que estas tenham qualquer tempo útil para recorrerem para os tribunais, tal é a consciência das ilegalidades que Cavaco e Barreto sabem que estão a praticar e para permitir que os agrários, à revelia da própria lei, fiquem com frutos pendentes, gados e máquinas no valor de milhares de contos.»

Por isso mesmo «assume particular gravidade que, no exacto momento em que a MAP, violando o quadro constitucional, acelera a sua política contra a Reforma Agrária e de reconstituição dos latifúndios, na Assembleia da República a maioria PS e PSD esteja a aprovar normas constitucionais que substituem o conceito de Reforma Agrária e facilita o caminho para a reconstituição do latifúndio, fragilizando os comandos constitucionais que obrigam à sua eliminação», sublinha o comunicado da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas.

Queixa-crime contra ministro

A situação é muito grave, quer pelas devastações socio-económicas que decorrem desta brutal ofensiva, quer pelo afrontamento das instituições e do próprio regime democrático que ela configura. O protesto surge, assim, com particular veemência, apontando acções legais e iniciativas de massas a dinamizar a curto prazo pelos trabalhadores, como também explicita o comunicado que temos vindo a citar:

«Os trabalhadores da Reforma Agrária – afirma-se – protestam contra a violenta, brutal e ilegal ofensiva que está em curso e responsabilizam os partidos que, na Assembleia da República, descaracterizam a Constituição e abrem as portas à recomposição do latifúndio.»

E concluiu-se:

«Neste quadro, as estruturas da Reforma Agrária que se têm vindo a avistar com a Assembleia da República, solicitaram entrevistas ao Provedor de Justiça e ao Procurador-Geral da República para procederem à entrega de queixas e documentos que indiciam à prática de crimes por parte do ministro Álvaro Barreto e decidiram convocar **para o próximo dia 7 de Junho uma jornada de protesto** contra a política de destruição da Reforma Agrária, que **culminará com uma concentração regional em Évora.»**

Entretanto, e só para ilustrar o «alcance» desta política agrária do Governo de Cavaco Silva, recorde-se que no «raid» de segunda-feira passada no Distrito de Beja foram entregues nove reservas totalizando 3172 hectares, o que destrói de imediato duas UCP's e dezenas de postos de trabalho.

Como se refere no comunicado do Secretariado Distrital das UCP's/Cooperativas de Beja, também atrás citado, «o Governo PSD/Cavaco Silva prepara-se realmente para no mais curto espaço de tempo, destruir por completo a Reforma Agrária. Os trabalhadores da R. A. continuarão a lutar para impedir que tal aconteça. Muitas UCP's/Coops já foram destruídas, outras poderão vir ainda a sê-lo, mas o ideal da R. A., continuará a ser a principal bandeira de luta do operariado agrícola do Alentejo e Ribatejo», acentua-se.

Internacional

Gorbatchov no regresso da China

«Temos perante nós o futuro»

«Um grande acontecimento» das relações bilaterais, com «impacto mundial». Foi nestes termos que Gorbatchov classificou as conversações realizadas na sua visita à China, em que finalmente foram normalizadas as relações entre os dois maiores países socialistas e os respectivos partidos comunistas.
No balanço avançado em conferência de imprensa, ainda em Pequim, Gorbatchov considerou **«momento-chave da visita», o encontro realizado com Deng Xiaoping**, que de facto marcou o momento da normalização das relações.

Na base das conversações, disse ainda o dirigente soviético, esteve a tese de que a normalização não afectará terceiros países nem atingirá os seus interesses, antes enquadrando-se organicamente nas tendências da evolução mundial. «As partes consideram que, por si só, o desenvolvimento estável e sadio das relações soviético-chinesas incentivará estas tendências na comunidade internacional», disse Gorbatchov.
À valorização da dimensão internacional deste passo histórico, que é a normalização das relações soviético-chinesas, há que somar a valorização do diálogo bilateral.

Chegou-se ao entendimento — disse Gorbatchov — de que as relações entre os dois países devem ser relações entre Estados iguais, baseadas na cooperação e na não-ingerência, no respeito pelos valores da outra parte e no direito a ser dono do seu país.

«É dessa maneira que vamos agir e não faz mal se houver discordâncias no tocante a certos problemas. Houve-as durante as conversações, mas as partes procuraram fundamentar os seus argumentos para facilitar a compreensão mais profunda deste ou daquele problema.»

Neste quadro afirma-se a necessidade de transformar a fronteira comum numa fronteira de paz e amizade e seguir o caminho da desmilitarização.

Alguns passos concretos nesse sentido foram anunciados.

A União Soviética afirmou a sua disponibilidade de retirar as tropas da Mongólia. Este ano e no próximo, serão retirados 50 mil soldados, o que corresponde a três quartos dos efectivos soviéticos naquele país, e ainda diverso material, de blindados a peças de artilharia, aviões e helicópteros.

Simultaneamente debate-se a redução das FFAA soviéticas e chinesas na fronteira sino-soviética. A União Soviética está pronta a deixar na fronteira com a China apenas unidades de guarda-fronteiriça, transformando assim a fronteira numa linha de paz e boa vizinhança.

«Segundo fôlego»

Normalização das relações não significa apenas uma fronteira de paz, resolução de problemas pendentes. Mas também aproveitamento das novas possibilidades que se abrem à cooperação.

Perspectivas que se integram nas próprias transformações a que o socialismo está a proceder, de acordo com as particularidades de cada país, e que Gorbatchov sublinhou representarem um «segundo fôlego», e não a sua crise, como há quem afirme.

Assim, um dos temas centrais das conversações foram as enormes possibilidades que se abrem a uma cooperação entre os dois países, em particular no campo económico.

Falou-se em áreas como a energia, a metalurgia e os transportes. Numa cooperação mais aprofundada no sector agrícola, indústria ligeira e alimentar. Abre-se ainda a possibilidade de criar empresas e organizações científicas mistas e desenvolver a cooperação. O dirigente soviético propôs que se estude a viabilidade de construir «pipelines» de transporte de carvão liquefeito e da exploração conjunta de uma nova «estrada da seda» da China à Europa, pelo caminho-de-ferro Pequim-Urumtchi-Alma Ata-Moscovo.

«Fechar o passado e abrir o futuro», é a caracterização que Deng Xiaoping faz da nova fase das relações sino-soviéticas, na sequência do encontro entre os dois dirigentes, que marcou a normalização

Os nós górdios

«Os nós górdios do nosso tempo não podem ser cortados, mas sim desatados delicadamente» através de um equilíbrio de interesses e da cooperação. «Não existe outro caminho na nossa opinião. Para alcançar um sistema de interdependência autenticamente estável, tão indispensável hoje, deve-se obter um consenso de países realmente independentes.»

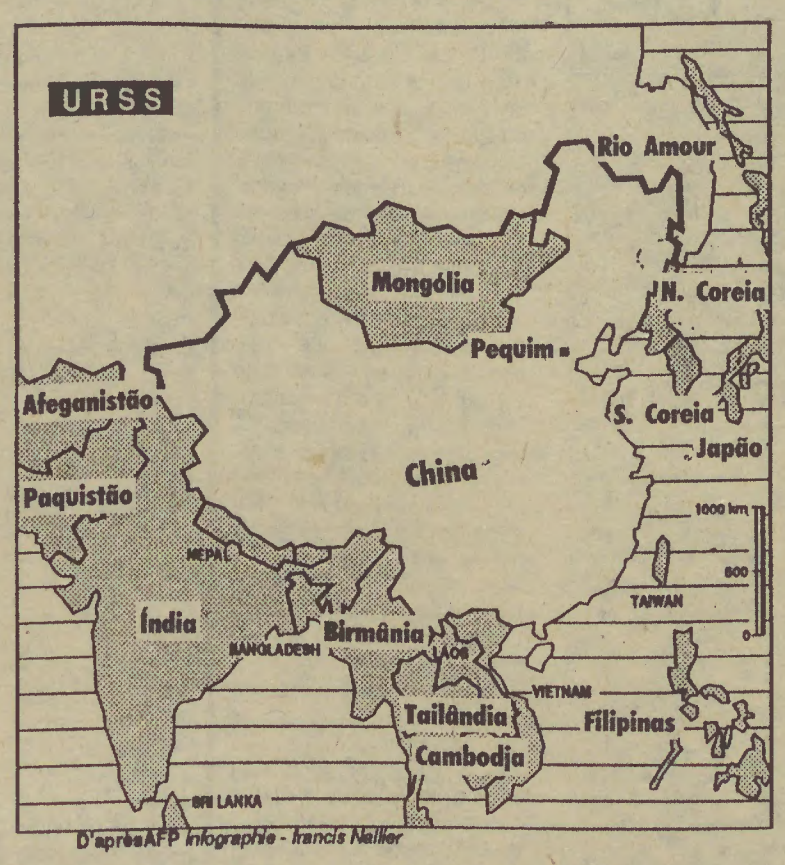
São palavras de Gorbatchov, na Assembleia Nacional chinesa, que se referem às relações internacionais em geral, mas também ao novo relacionamento entre a URSS e a China, com particulares reflexos na situação na Ásia.

Ao falar dos conflitos regionais na Ásia, Gorbatchov considerou a situação no Afeganistão «cada vez mais perigosa», sublinhando a necessidade de uma tomada de posição por parte da comunidade internacional.

No que respeita ao Cambodja, o dirigente soviético diz que a regularização «está a adquirir gradualmente um conteúdo real», assente no princípio da autodeterminação nacional.

Questões candentes que se inserem no quadro da solução das tarefas comuns dos países da Ásia e do Pacífico — a regularização dos conflitos regionais, a não proliferação das armas nucleares, a limitação das actividades navais, a redução das forças armadas e a elaboração de medidas de confiança.

«Deixamos para trás um longo período de alienação recíproca. Temos perante nós o futuro ainda a ser criado conjuntamente» — palavras de Gorbatchov que de certo modo sintetizam o novo estádio de relações entre os dois países e dos dois partidos. Com enormes potencialidades para o futuro.



A URSS (285 milhões de habitantes) e a China (1,1 biliões) detêm em conjunto cerca de um quarto da população mundial, o que nos dá uma medida da importância das novas relações estabelecidas

Cimeira dos 8 em Luanda

«Não se trata de obter a paz a qualquer preço, mas sim de achar os instrumentos e criar as condições para alcançar uma paz justa e duradoura», disse José Eduardo dos Santos, na abertura da Cimeira que reuniu em Luanda os chefes de Estado de Angola, Congo, Gabão, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Zaire, Zâmbia e Zimbabwé.

Os chefes de Estado, reunidos no dia 16 de Maio, procederam a uma análise da situação na África Austral em geral e em Angola e na Namíbia em particular.

No comunicado final, aprovado na Cimeira, exprime-se «grande preocupação face à situação prevalecente no norte da Namíbia» e exorta-se o «secretário-geral das Nações Unidas a tomar todas as medidas necessárias com vista à rápida aplicação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança nos prazos previstos pelos acordos de Nova Iorque».

Os chefes de Estado «apoiam o plano de paz do governo angolano e declaram que tudo farão para ajudar a aplicar este plano, nomeadamente através da coordenação de esforços com vista a: pôr fim às ingerências nos assuntos internos de Angola; garantir a segurança e a estabilidade ao longo da fronteira da República Popular de Angola.

No comunicado final manifesta-se ainda «preocupação sobre a situação que prevalece na África do Sul».

Propostas da URSS em Viena

A URSS apresentou em Viena, em nome dos países socialistas, um documento de trabalho que estipula os *plafonds* para as forças armadas da NATO e do Tratado de Varsóvia, propostos por Gorbatchov no encontro com o secretário de Estado norte-americano James Baker, em Moscovo, dia 11 de Maio.

Gorbatchov propôs então que as duas organizações militares, fizessem uma drástica redução de efectivos e armamentos, até 1996-97.

Ambas as alianças seriam obrigadas a efectuar cortes, praticamente idênticos no que diz respeito aos efectivos — cerca de um milhão de homens de cada lado —, mas maiores, do lado da NATO, nos aviões e helicópteros de combate, e do lado do Tratado de Varsóvia, nos tanques, nos blindados ligeiros e na artilharia.

Entretanto, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, confirmou, numa entrevista publicada no «Pravda», que a URSS se mantém fiel ao tratado INF, mas reagirá à modernização que a NATO pretende efectuar dos mísseis de curto alcance, estacionados na RFA.

«A nossa posição é clara», disse o ministro. «Ela consiste no cumprimento honesto dos acordos existentes, na recusa ao aumento dos mísseis nucleares e em conversações sobre a sua redução e destruição».

Para evitar mais uma escalada na corrida aos armamentos, a URSS propõe que tanto ela como os Estados Unidos retirem do teatro europeu todos os seus mísseis nucleares e exorta Washington a iniciar conversações sobre a sua liquidação.

Protecção do mar Báltico

O Banco Internacional de Investimentos do «CAME» e o Banco Nórdico de Investimentos dos Países Escandinavos estão interessados em financiar conjuntamente a criação de produções ecologicamente puras e de instalações de purificação, para sanear o Mar Báltico, como primeiro passo da cooperação entre si, afirmou à Tass o presidente do Conselho de Directores do Banco Nórdico, Eric Strain, que esteve na capital soviética para participar num seminário de representantes dos dois bancos.

Depois das «marés amarelas», que no ano passado afectaram os mares do Norte da Europa, no começo deste ano, os Estados ribeirinhos do Mar Báltico, que participam nas actividades da Comissão Internacional de Helsínquia para a protecção do Mar Báltico, criada à 14 anos, chegaram a um acordo nos termos do qual vão deixar de lançar águas residuais naquele mar. Em Abril, na Suécia, foi discutido um projecto internacional de unificação das normas admissíveis de concentração de certos tipos de resíduos nocivos.

Os Bancos de Investimento do CAME e dos Países Escandinavos estão agora interessados em cooperar no domínio da protecção do meio ambiente, que é visto por observadores económicos internacionais como um dos mais prometedores neste final de século, em que crescem as preocupações ecológicas em todo o mundo.

Durante o Seminário de Moscovo, em que, segundo o presidente do Banco Nórdico, foi alcançado um acordo sobre formas de cooperação entre os dois bancos de investimento, foram discutidas questões ligadas ao financiamento de uma rede integrada de gasodutos que se estenderam da URSS aos Países Escandinavos e realizada uma troca de informações sobre a actividade de sociedades mistas e operações no mercado de divisas e de crédito.

Internacional

China

Pequim é palco de um enorme movimento de massas

Dizer hoje que a situação na China é confusa, não passa naturalmente de um lugar comum. Mas a verdade é que ninguém poderá avaliar qual a realidade actual e menos ainda quais as perspectivas. Teremos que nos contentar portanto também com a afirmação do lugar comum, tentando simultaneamente discernir de algumas razões de fundo desta imensa movimentação de massas.

Declarada a lei marcial pelo governo de Li Peng, verdadeiras multidões continuam concentradas na Praça Tian An Man, enquanto milhões de pessoas saem às ruas de Pequim, em apoio dos estudantes concentrados, ao sabor dos mais desencontrados boatos.

Os camiões militares são literalmente cercados de gente, desenvolvendo-se activo diálogo. Aliás, ao longo de todo este período de agitação popular juvenil, desencadeada logo após a morte do dirigente comunista Hu Yaobang, em 15 de Abril (e homenageado por todos os sectores, da população ao partido e ao governo), é notória a ausência de confrontos e de acções repressivas.

Ao movimento, dominantemente estudantil, juntaram-se os operários das maiores empresas de Pequim e os empregados das repartições públicas.

Segundo o «Renmin Ribao», órgão do CC do PCCh, e a televisão chinesa, o movimento de massas em Pequim foi apoiado por manifestações estudantis nas 26 maiores cidades chinesas, incluindo Changai, Guangzhou, Tianjin, Nanking, Heifei, Wuhan, Jingan, Changsha, Lanzhou, Kunming, Changchun, Taiyuan e Harbin.

Entretanto, o quartel-general da lei marcial apela «aos estudantes patrióticos e ao povo para que compreendam e dêem assistência e apoio às tropas». E especifica que «as tropas tomarão medidas firmes em relação ao escasso número de criminosos responsáveis por acções de violência, vandalismo e fogo-posto, de acordo com os desejos do povo da capital e dos estudantes patrióticos».

Esta preocupação de diferenciar o movimento, de aproveitadores que o tentem utilizar ou desvirtuar, surge como uma constante.

No próprio comunicado do quartel-general da lei marcial se afirma que o exército apoia as exigências de «punição da especulação nos círculos oficiais, o combate à corrupção e a promoção da democracia socialista».

Yuan Mu, porta-voz do governo, afirmava, aquando das manifestações de 4 de Maio, que as reivindicações da juventude universitária pelo progresso e a democracia, o aprofundamento das reformas, a luta contra os desvios de fundos e a corrupção são justificadas e estão de acordo com o que o governo pretende fazer.

Entretanto, de momento, a situação é particularmente difícil e as ruas da capital chinesa estão paralisadas.

***Um esforço mútuo** de evitar confrontos tem vindo a marcar a evolução da situação no País, no quadro de grandes manifestações populares*

Razões de fundo

Dez anos de reformas transformaram profundamente a face da China, com um saldo positivo, apesar de todos os acidentes de percurso e da gravidade dos problemas actuais.

A verdade é que, num quadro geral de subdesenvolvimento – como é afirmado pelos dirigentes chineses, que definem a fase em que o país se encontra, de «estádio primário do socialismo» – há a registar melhorias nítidas do nível de vida. O consumo cresceu. As habitações urbanas, apesar da exiguidade dos apartamentos, contam hoje com televisão e máquina de lavar, de forma bastante generalizada. Antes da cidade, foi no campo que se registaram progressos assinaláveis.

Mas neste difícil caminho, de par de um peso histórico não negligenciável, afirmam-se grandes dificuldades, tanto maiores quanto há que contar com a escala chinesa – de mais de 1 bilião de habitantes.

São problemas de carácter socioeconómico, que reflectem desequilíbrios e dificuldades no grande salto económico que o país tem vivido nestes dez anos.

No debate económico, na Assembleia Nacional chinesa, do início de Abril, foram levantadas questões particularmente sentidas, como a lei sobre a falência de empresas, que levou deputados a defender a criação antecipada de sistemas de segurança social.

Nessa mesma sessão, o vice-presidente da Federação dos Sindicatos da China, Wang Houde, chamou a atenção para a situação dos operários de mais baixos rendimentos e dos reformados, sublinhando ainda que um inquérito recente mostra que os rendimentos de 35% das famílias urbanas baixaram no último ano em termos reais. Wang Houde defendeu uma escala móvel de salários, ligada ao índice de preços, e um novo sistema de cálculo das reformas, que inclua salários e prémios.

Para os estudantes e intelectuais, há a somar mais algumas razões de descontentamento, apesar do notório esforço agora desenvolvido pelo governo chinês, para aumentar as verbas orçamentais destinadas ao ensino, mesmo no quadro de uma política de limitação de gastos.

A verdade é que actualmente o rendimento de um professor universitário é inferior ao de um operário qualificado e está muito abaixo do de um taxista.

Contrariamente à tendência – generalizada em países capitalistas desenvolvidos – os estudantes chineses são filhos de empregados, pequenos quadros, funcionários, operários e camponeses, gente de modestos recursos, particularmente sensíveis a uma inflação de quase 20%, que ainda se não se conseguiu limitar.

A estas questões alia-se o problema da reforma política. Até como elemento fundamental para fazer avançar as reformas no domínio económico. Hoje parece ser essa a questão mais sentida pelos milhões de jovens mobilizados em Pequim.

A dimensão política

No relatório apresentado perante a Assembleia Nacional, o primeiro-ministro Li Peng, fez nomeadamente uma exposição de erros cometidos no decurso das reformas económicas, e que contribuíram para os actuais desequilíbrios, cuja superação exige novos esforços e sacrifícios ao povo chinês no seu difícil caminho de construção do socialismo.

Uma autocrítica devidamente apreciada mas que justamente levanta a questão, agitada por deputados, quadros políticos, e nos meios intelectuais e estudantis, da necessidade de progressos no aprofundamento da democracia – a reforma política – também para que tais erros possam ser evitados ou pelo menos limitados.

Trata-se aliás de questões de base debatidas na direcção do PCCh.

Numa apreciação feita em inícios de Maio, dos actuais movimentos estudantis, o secretário-geral do PCCh, Zhao Ziyang, dizia que as manifestações «não visam opor-se, de qualquer forma, ao sistema fundamental da China, mas corrigir os erros no trabalho do Partido e do governo. As suas palavras de ordem reflectem a sua atitude fundamental face ao Partido Comunista chinês e ao governo: simultaneamente de satisfação e de descontentamento. A sua exigência de que sejam corrigidos os erros para avançar coincidem com a do Partido e do governo (...) A corrupção será desenraizada, mas isso só pode ser feito com a melhoria do sistema legislativo e do controlo democrático e a concretização das reformas».

***Com as reformas**, o nível de vida aumentou, mas actualmente avolumam-se problemas socioeconómicos*

Mensagem à Fretilin

Por ocasião do 15.º aniversário da Fundação da FRETILIN, o CC do Partido Comunista Português enviou ao CC da FRETILIN, a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas,

Por motivo do 15.º aniversário da fundação da FRETILIN, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente todos os militantes da FRETILIN e, por seu intermédio, todo o povo de Timor-Leste em luta pela sua libertação nacional, contra a ocupação da Indonésia.

Ao longo dos anos, o PCP tem firmemente condenado a criminosa política de genocídio perpetrada pela Indonésia e manifestado a sua inteira solidariedade com a justa causa do povo de Timor-Leste, nomeadamente lutando para que os órgãos de soberania portugueses façam cumprir os preceitos constitucionais que explicitamente reconhecem o direito à independência do povo de Timor-Leste.

Sempre solidários com a FRETILIN e o povo de Timor-Leste, a quem desejamos os maiores sucessos no combate pelos seus direitos nacionais, expressamos a nossa vontade de que se reforcem os laços de amizade e solidariedade entre o PCP e a FRETILIN.

Viva o 15.º Aniversário da FRETILIN!
Viva a amizade entre o PCP e a FRETILIN!
Viva a amizade entre o povo maubere e o povo português!

Avante!
Órgão Central do Partido Comunista Português

As forças da GNR metralham o povo e matam uma camponesa!

Numa propriedade de Fernando Neves Ribeiro, no Monte do Olival (Baleizão), estava a trabalhar no dia 19 de Maio um rancho de camponeses de Penedo Gordo. As jornas eram de 12$00 para as mulheres e de 20$00 para os homens. Os camponeses de Baleizão, que já tinham conseguido conquistar com a sua luta 20$00 para as mulheres e 30$00 para os homens, decidiram ir falar com os de Penedo Gordo para combinar jornas e irem todos à mesma praça. Ao chegarem à herdade foram recebidos por uma força da GNR, que o feitor já tinha requisitado, e que se escondeu atrás dos molhos ceifados. O comandante da força fez uma rajada de metralhadora contra os camponeses.

À frente dos camponeses de Baleizão seguiam as mulheres, os homens vinham mais atrás. A camponesa **Maria da Graça Sapinho (*)**, após os tiros, disse para as outras: «Não tenham medo, isto é para nos assustar!» e gritou para a GNR: «Nós temos fome e o que queremos é ir falar com os de Penedo Gordo». O tenente da GNR dirigiu-se para ela e agrediu-a com duas bofetadas que a fizeram cair, estando grávida e com um filho ao colo (muitas camponesas iam com os filhos ao colo). Maria da Graça, já caída no chão, gritou para o tenente: «Nós temos fome e queremos paz!». Foi então que o tenente — Carrajola —, empunhando a metralhadora, matou a valente camponesa à queima-roupa. Uma jovem camponesa que estava ao lado, de cabeça perdida, gritou para o assassino: «Assassino, devia ter-me morto antes a mim que não estou grávida nem tenho filhos!», e novamente o tenente Carrajola lançou nova rajada de balas, desta feita mais baixa. Os camponeses gritavam: «Assassino! Assassino!».

No dia seguinte a este infame crime, toda a população de Baleizão deslocou-se a Beja e, juntamente com muito povo de Beja e arredores, esperaram junto do hospital para levarem para Baleizão o corpo da camponesa assassinada. Quando se aproximou a hora do jantar, começaram a aparecer muitos guardas da PSP que pretendiam afastar as pessoas, ao mesmo tempo que constava que os fascistas queriam levar o corpo da camponesa numa ambulância, às escondidas do povo. Os camponeses exigiram então que lhes fosse entregue a morta. Desta disputa surgiu um conflito grave, tendo a PSP disparado tiros contra a multidão, que respondia atirando pedras aos polícias. Durante esta luta os fascistas conseguiram fugir com o corpo para fora do hospital. As lojas junto do Hospital foram obrigadas a fechar e a PSP andava armada com capacetes de aço e granadas.

Em Beja e em todo o Alentejo, perante mais este crime dos fascistas, há grande indignação. Uma pessoa de Beja dizia que até as criaças tinham deixado de sorrir.

Depois a polícia foi a Baleizão prender vários camponeses.

(«O valente povo de Baleizão e de Beja enfrenta os assassinos fascistas» — «Avante!», VI série, n.º 187, Abril-Maio de 1954)

*(*) A camponesa assassinada foi posteriormente identificada como **Catarina Eu[illegible]emia.***

Em Foco

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 804
24 de Maio de 1989
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

18 JUNHO

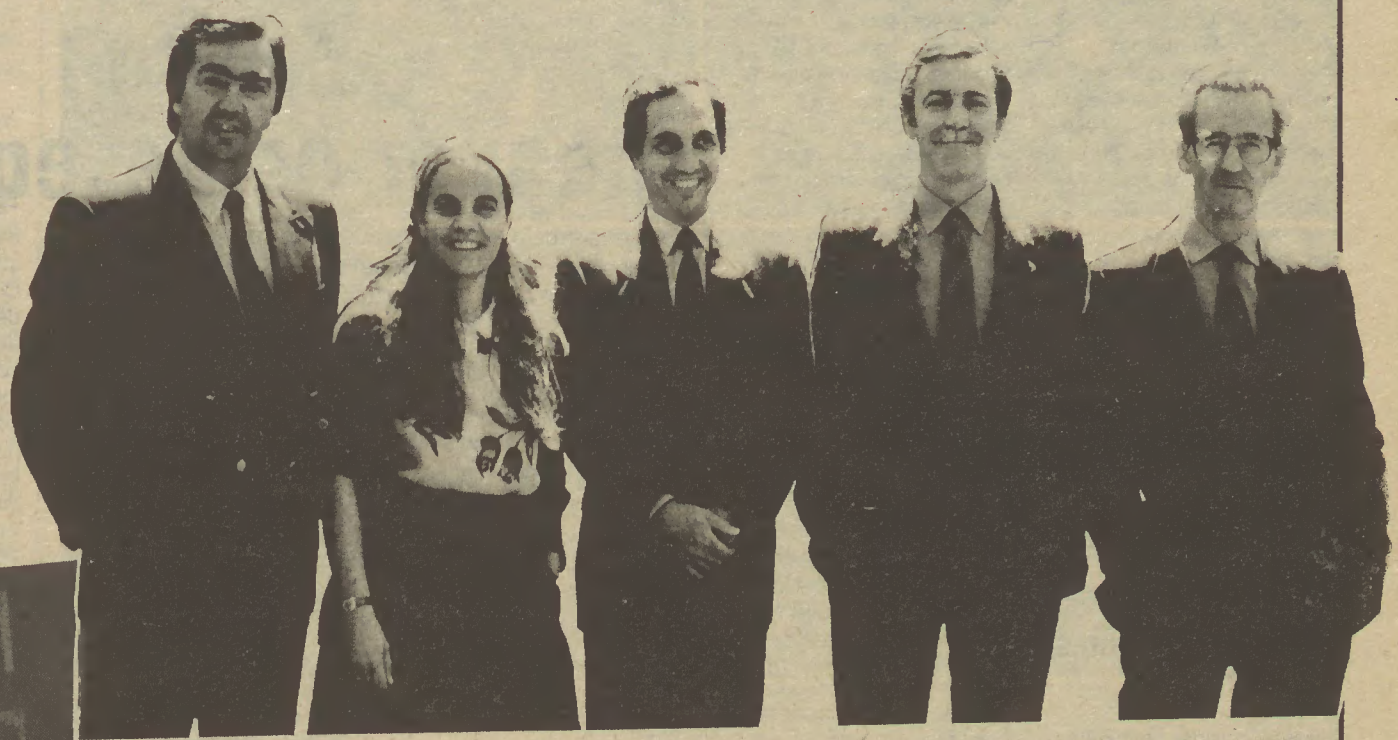
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Mais CDU no Parlamento Europeu

é melhor para Portugal!

Nestes dias os candidatos da CDU ao PE vêm desenvolvendo por todo o País uma intensa actividade de contacto com as populações, a par do levantamento e debate dos problemas que se põem a Portugal com a integração na CEE e a perspectiva de concretização do Mercado Interno até 1992, e apresentando as propostas da CDU para o desenvolvimento do País, na defesa dos interesses nacionais.

Destas acções, que envolveram milhares de apoiantes e activistas da CDU, vos damos conta nestas páginas do «Avante!».



18 JUNHO

ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Carlos Carvalhas em Aveiro e Ílhavo

Na passada sexta-feira o dia de trabalho de Carlos Carvalhas foi ocupado por diversas acções que se desenvolveram alternadamente nos concelhos de Aveiro e de Ílhavo. O cabeça de lista da CDU cumpriu um programa que privilegiou o contacto com a comunicação social regional — um almoço de trabalho com seis jornalistas, uma entrevista em directo na Radio Terra Nova e gravação de uma outra para a Rádio Independente de Aveiro.

Além deste trabalho Carlos Carvalhas contactou ao intervalo do almoço com os trabalhadores cerâmicos da Fábrica da Vista Alegre, participou em Ílhavo num jantar-convívio da CDU que reuniu algumas dezenas de simpatizantes da Coligação, rematando o dia com uma sessão-debate em Aveiro.

A sessão decorreu na Biblioteca da Escola Secundária Homem Cristo sendo a mesa constituída, além de Carlos Carvalhas, por José Manuel Amaro, também candidato ao Parlamento Europeu, por João Seiça Neves e António Salavessa, ambos da Coordenadora Distrital da CDU.

Carlos Carvalhas iniciou a sua intervenção sublinhando o facto de muitos portugueses encararem estas eleições com alguma indiferença já que Bruxelas ou Estrasburgo ficam longe e as realidades da CEE pouco os interessam. A este respeito considerou que estas eleições não podem ser consideradas estranhas à realidade portuguesa do momento já que «elas vão ser aqui feitas e aqui, em Portugal, serão interpretadas» pelo que «cada um deve cumprir o seu dever cívico».

Tecendo considerações sobre as atitudes do Poder perante a adesão e alertando para o facto de o tempo estar a passar sem que se altere a vulnerabilidade da nossa economia, sem que se resolvam os défices estruturais e sem que se alterem os principais componentes das nossas exportações, Carlos Carvalhas sublinhou que é um engano pensar apenas em 1992 já que «enquanto a livre circulação de cidadãos só deverá acontecer em 1993 a livre circulação de capitais está já à porta, em 1 de Janeiro de 1990».

Questionar as outras forças políticas

Carlos Carvalhas chamou a atenção dos presentes para a necessidade de questionar os *slogans* e afirmações das outras forças políticas concorrentes a estas eleições.

«O PSD diz que vai defender a dimensão social do desenvolvimento e o combate às desigualdades. Como é que tal será possível?» e continuou «... ao PSD é necessário retorquir: a vossa política na economia, na saúde, na educação, na segurança social mais não tem feito do que agravar as desigualdades».

Em relação ao PS que diz «defender a solidariedade e a justiça social» Carlos Carvalhas destacou o papel triste de um partido que, afirmando-se de oposição, faz, com o partido do Governo, um acordo «de retrocesso» na revisão constitucional e com ele estabelece acordos nas autarquias, contra a CDU.

Segundo o orador a questão a colocar ao PS, é a seguinte: «Coloquem de acordo a política com as palavras, a semântica com a prática.»

Acerca desta falta de concordância entre prática e palavras que tanto caracteriza o PS Carlos Carvalhas chamou a atenção para uma das propostas dos socialistas exigindo a livre circulação dos cidadãos antes de 1993, destacando a propósito que «o PS votou na Assembleia da República o Acto Único sem o questionar. É o Acto Único que obriga a que, na CEE, as questões económicas sejam aprovadas por maioria qualificada e as questões sociais por unanimidade» e concluiu «por isso mesmo basta um pequeno país como o Luxemburgo para inviabilizar tal proposta do PS».

Que Europa pretendemos?

Carlos Carvalhas passou a avaliar criticamente alguns conceitos e ideias que se procuram fazer passar em torno das questões europeias.

Perante os que, por exemplo, afirmam que Europa é sinónimo de progresso social, de liberdade e de democracia é necessário recordar que, também ela, é contraditória. Da Europa «são também, entre outras, a escravatura, a inquisição e o nazismo».

A Europa que pretendemos é a que proceda à fusão dos valores da Revolução Francesa e da Revolução de Outubro, daí a recusa de uma concepção de «homem moderno» que assenta o seu bem-estar e a sua «modernidade» na exploração de outros homens que vivem numa situação de atraso de 30, 40 ou 50 anos.

Carlos Carvalhas afirmou, a propósito, que «recusamos uma Europa que nos conceda o papel apendicular de fornecedor de matérias-primas, de mão-de-obra barata e produtos de baixa incorporação nacional» e que «pretendemos uma Europa desenvolvida económica e socialmente, bem assente no seu mosaico de culturas. Uma Europa de solidariedade entre os seus trabalhadores e os seus povos».

Sem técnicos Sem táctica Sem treinos

Já no período de debate, após José Manuel Amaro ter apresentado as propostas da CDU para o Distrito de Aveiro, Carlos Carvalhas voltou a intervir no sentido do esclarecimento de algumas questões colocadas por assistentes. Numa delas fez-se referência aos fundos estruturais, particularmente do Fundo Social Europeu e da sua aplicação no nosso País. A este respeito disse Carlos Carvalhas que «os envelopes sociais da CEE são a película fina de açúcar que cobre a pílula amarga da precarização do emprego, das reestruturações contra o emprego».

Regressando ao tema do Mercado Único o orador afirmou que «toda a gente fala dos grandes desafios que estão colocados ao País com a integração e com o Mercado Único» fazendo em seguida o contraste entre a realidade que é, por exemplo, a falta de estudos globais sobre o seu impacto e os *slogans* do género «vamos ganhar o desafio!».

Recorrendo às imagens do desporto-rei Carlos Carvalhas comparou a situação do nosso País com a de uma «equipa de terceira divisão que vai jogar com outra da divisão maior e que se apresenta sem técnico competente, sem táctica e sem treinar» e concluiu que «com o Governo PSD e com a sua política é tempo perdido, dinheiro esbanjado e oportunidades passando». ■

Aveiro atenuar os desequilíbrios

Por todo o país a CDU vem desenvolvendo uma intensa actividade, visando aprofundar o seu conhecimento dos problemas que se põem ao desenvolvimento do nosso país, e encontrar as medidas que melhor correspondam aos anseios da população.

No distrito de Aveiro todos os que apoiam a lista da CDU ao Parlamento Europeu estão conscientes da importância das eleições de 18 de Junho para o futuro do país, e determinados a lutar para que os programas de desenvolvimento apoiados pela CEE através dos fundos comunitários contribuam para o progresso, e a atenuação dos problemas e desequilíbrios que afectam o distrito.

A Coordenadora Distrital da CDU veio agora apresentar as suas 20 propostas da CDU para o distrito de Aveiro, numa sessão em que participaram Sérgio Teixeira, da Comissão Política do PCP, João Seiça Neves, da Intervenção Democrática, José Ferrão Ferreira, independente, António Salavessa, do PCP, e José Manuel Amaro, candidato da CDU nestas eleições para o Parlamento Europeu.

Eleições que estão a dar azo às mais desvairadas promessas e ao acalentar de ilusões desenvolvimentistas, um cenário por detrás do qual ressaltam os riscos de que a concretização do mercado interno tenha como consequência a delapidação dos nossos recursos naturais, acentuando o papel de Portugal como reservatório de mão-de-obra barata.

Não pode o distrito de Aveiro ficar indiferente e insensível, por exemplo, aos acordos de pescas, à sujeição da política agrícola nacional aos interesses dos grandes produtores europeus, à eucaliptização indiscriminada, à implantação de indústrias altamente poluentes, à exploração desregrada dos recursos turísticos — exemplos de uma política que conduz à degradação do património ambiental — ou à desvalorização do papel de Portugal na divisão internacional do trabalho, conducente à especialização em sectores económicos atrasados tecnologicamente e baseados na exploração dos baixos salários e no subdesenvolvimento.

O futuro do país vai depender em grande medida da lógica que dirigir a construção do Mercado Interno até 1992, e da forma como os responsáveis nacionais souberem, ou quiserem, defender os legítimos interesses de Portugal.

«O PSD, com a sua prática desastrosa em Portugal, não tem a firmeza suficiente para defender os interesses do país na CEE» — como frisou o camarada Sérgio Teixeira, intervindo em Santa Maria da Feira. As consequências são já evidentes no distrito de Aveiro — «é o caso da liberalização do comércio mundial dos têxteis, que acarretará profundas e grandes alterações na indústria portuguesa, assim como a redução, uma vez mais, das nossas quotas de pesca».

O PS, com a sua «política dúplice» também não assegura a defesa intransigente dos interesses dos portugueses».

Concluiu o camarada Sérgio Teixeira que o voto na CDU «é a certeza de eleger deputados que garantem uma política de princípios, coerente e firme na defesa dos interesses dos trabalhadores e do país». ■

Verdes da Europa em Seminário no Porto

O Partido Ecologista «Os Verdes» realiza, no próximo dia 27, no Porto, um Seminário Internacional subordinado ao tema «O impacto ambiental decorrente da adesão à CEE e do Mercado Único em 1992», iniciativa integrada na campanha da CDU para o Parlamento Europeu.

Participarão neste Seminário Jürgen Maier, da direcção dos «Verdes» da RFA e responsável pelas relações internacionais, Juan Behrend, membro do Secretariado do Grael, Paul Staefs, deputado belga no Parlamento Europeu, Purificacion Gonzalez, cabeça de lista de «Los Verdes» de Espanha e ainda um elemento da direcção dos «Verdes» italianos.

Maria Santos, Joaquim Miranda e Viriato Pina Moura, todos candidatos da CDU ao Parlamento Europeu, e Herculano Pombo, deputado do Partido «Os Verdes», participam também na iniciativa.

Entre outros aspectos do programa, conta-se uma visita dos convidados estrangeiros aos concelhos de Matosinhos e Vila do Conde e, no dia 26 à noite, um espectáculo com a «Cool Jazz Orchestra».

300 p.p./750$00

20 propostas

Para o progresso do distrito de Aveiro e para a atenuação dos problemas e desequilíbrios que afectam a região, a CDU propõe, em primeiro lugar, o **desenvolvimento harmonioso da indústria regional** através da utilização correcta dos recursos naturais e humanos e das potencialidades proporcionadas pelas novas tecnologias. O recurso aos fundos comunitários para a modernização das empresas, **a defesa e reforço do sector empresarial público do distrito** é, para a CDU, uma garantia da independência nacional no plano económico. Os candidatos da CDU comprometem-se a intervir efectivamente para a **salvaguarda e alargamento do espaço conquistado pelas exportações** das indústrias tradicionais, como têxteis, vestuário, calçado e cortiça, no espaço exterior à CEE.

A CDU considera necessário o **desenvolvimento do sector de serviços**, particularmente daqueles que constituem o suporte para a actividade industrial.

Os deputados eleitos pelo CDU no PE vão bater-se pela **defesa da especificidade da agricultura do distrito**, com particular importância dada ao sector cooperativo leiteiro, pela desburocratização e simplificação do **acesso dos agricultores aos subsídios e prémios da CEE**, e pela elaboração e concretização de um **Plano Integrado Regional** para a protecção da floresta e a reflorestação, pondo termo aos atentados contra a floresta e a plantação indiscriminada de eucaliptos.

Consideram os candidatos da CDU que são necessárias medidas que possibilitem o aproveitamento da frota de pesca longínqua, de apoio à renovação da frota, e reapetrecho da pesca artesanal. Para tal propõem-se intervir para o adequado **aproveitamento da nossa Zona Económica Exclusiva**.

De grande importância para o distrito são também o **desenvolvimento da rede viária**, quer no que respeita aos Itinerários Principais, quer quanto à construção das variantes às estradas nacionais, o **desenvolvimento das obras do complexo portuário** recorrendo ao aumento dos apoios comunitários, a construção de um **aeródromo regional de Aveiro**, e a recuperação da linha do **Vale do Vouga** para usufruto das populações locais e para o turismo.

Para os candidatos da CDU o progresso do distrito de Aveiro passa também e necessariamente pela criação de condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória, medidas de **combate ao analfabetismo**, pelo aumento e reapetrechamento da rede escolar, pelo **desenvolvimento da investigação científica e técnica**.

A efectiva «**coesão económica e social**» deve ser alcançada no respeito pelos direitos dos trabalhadores e das populações, e na progressiva equiparação de salários e meios de assistência social pelos padrões mais elevados dos países da CEE. Os candidatos da CDU tudo farão para **acautelar o direito ao trabalho e à remuneração** dos trabalhadores.

Aspecto importante das propostas da CDU prende-se com a saúde. Os candidatos apontam para a **criação de uma Escola de Enfermagem em Aveiro**, e consideram necessária a resolução dos problemas da **rede hospitalar** que passará pela construção e ampliação de hospitais, o reforço dos Centros e Postos de Saúde, e a melhoria dos serviços dos hospitais distritais e concelhios.

Os candidatos da CDU propõem-se agir pela **integração da Região de Aveiro no Plano Nacional de Turismo**, pelo **aumento dos apoios comunitários** para o abastecimento de água e o saneamento, pela concretização da proposta já apresentada pela CDU no PE de **despoluição e valorização turística da Ria de Aveiro, do Baixo Vouga e da orla marítima**. Medidas que exigem a criação de um **Centro de Controlo permanente da qualidade do Ambiente**, e de apoio ao desenvolvimento e produção de fontes de energia alternativas não poluentes.

Considerando a regionalização como um factor indispensável ao desenvolvimento, a CDU reafirma ainda a necessidade da **criação da Região Administrativa de Aveiro**, no respeito pela vontade dos municípios e das populações. ■

... e no Porto

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Um dia de intenso programa de contactos com as populações da região do Porto foi cumprido no passado sábado pelo camarada Carlos Carvalhas, que se deslocou a vários concelhos, esteve em feiras e mercados, bairros e colectividades, trocando impressões com autarcas, activistas do movimento popular, apoiantes da CDU e cidadãos comuns que passavam.

Foram muitos milhares de pessoas que conheceram as propostas da CDU, os seus candidatos, em mais uma iniciativa da pré-campanha para o Parlamento Europeu na qual, como referiu Carlos Carvalhas, «estamos com confiança em que não só manteremos os nossos três deputados como elegeremos o quarto».

Logo pela manhã foi Gondomar, onde esteve na Belavista, em São Pedro da Cova, seguindo para a Feira de Rio Tinto. No Mercado da Areosa, houve quem dissesse: «não sou comunista, mas quero cumprimentar aqui o dr. Carlos Carvalhas».

Em Matosinhos, também no Mercado, foi com uma salva de palmas que foi recebido no sector do peixe, tendo sido abordado por várias pessoas que lhe colocaram questões. A caravana seguiu depois para a Feira da Senhora da Hora e para o hipermercado Continente. Já no Porto, uma passagem pelo mercado da Praça da Ribeira e, na outra margem, em Vila Nova de Gaia, o contacto com moradores do Bairro do Cedro, na sua Associação Cultural.

O almoço teve lugar na Casa de Cultura de Miragaia, com dirigentes de diversas colectividades populares e autarcas das freguesias do Centro Histórico, entre os quais o presidente da Junta de Freguesia de Miragia e o presidente da Junta de Freguesia da Vitória.

Numa breve intervenção, Carlos Carvalhas assumiu o compromisso de, quando eleito para o Parlamento Europeu, dar novo impulso à proposta já apresentada pelos actuais deputados da CDU para o reforço dos financiamentos comunitários para a recuperação do Centro Histórico do Porto.

Na mesma ocasião, aquele camarada fez um apelo a «todos os que se sentem indignados com a política de Cavaco Silva que manifestem essa indignação votando para o Parlamento Europeu nos candidatos da CDU», salientando que a CDU é a formação «mais identificada e fiel ao património de ideias, conquistas e valores do 25 de Abril», que está na «primeira linha de intervenção pela realização de um vasto conjunto de reformas democráticas, como a regionalização, as reformas da educação, da saúde, da administração pública, da Justiça, essenciais para o progresso e a modernização do País».

Durante a tarde, o cabeça de lista da CDU para o Parlamento Europeu contactou com os moradores de vários bairros da cidade do Porto: Previdência da Foz, Fonte da Moura e Aldoar, Campinas, Agra do Amial, Regado, S. João de Deus, Cerco do Porto, Falcão e Lagarteiro.

Em muitos daqueles bairros Carlos Carvalhas foi recebido por dirigentes de colectividades e falou com diversos moradores. Foi o caso do Bairro das Campinas, o maior bairro camarário da cidade do Porto, com 900 fogos, em que o Presidente da Direcção do Centro Social e Cultural fez questão de mostrar as instalações e onde foi servido um «Porto de honra», no momento em que decorria uma palestra sobre cuidados de alimentação. Na ocasião, Carlos Carvalhas dirigiu algumas palavras aos presentes.

À noite, em Santo Tirso, aquele camarada participou num jantar com activistas da CDU, regressando ainda ao Porto para uma passagem pela Ribeira.

Na região do Porto, um intenso programa cumprido pelo candidato da CDU Carlos Carvalhas, que se deslocou a vários concelhos e contactou com a população

18 JUNHO

ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Um comboio chamado Cultura

Estrasburgo recebeu na segunda-feira uns visitantes muito especiais oriundos de todos os doze países da comunidade: homens e mulheres do cinema, da música, da literatura, do teatro, da televisão, das artes plásticas e gráficas.
Foi o **Comboio chamado Cultura** que, feita a agulha em Paris, na Gare de l'Est, rumou até à sede do Parlamento Europeu para aí fazer ouvir a voz dos artistas e trabalhadores dos espectáculos sobre a polémica questão da «Televisão sem Fronteiras».

A iniciativa dos trabalhadores da Cultura dos países da CEE teve, como objectivo afirmar, nas véspeas da discussão no Parlamento Europeu da directiva do Conselho de Ministros sobre a «Televisão sem Fronteiras», a sua oposição à supressão de quotas de produção europeia, manifestar as preocupações comuns pela supremacia dada a subprodutos norte-americanos e propor uma alternativa baseada na cooperação europeia e internacional e no respeito das identidades nacionais.

Cabe recordar que a última sessão do PE antes das próximas eleições de Junho, a decorrer esta semana, tem como tema de destaque na sua agenda o debate da «Televisão sem Fronteiras», matéria em que o Parlamento e o Conselho de Ministros defendem posições distintas.
A posição comum do Conselho, aprovada por maioria, prevê a livre circulação de programas nos países da comunidade, mas não define regras comuns em matérias como a limitação da violência e da pornografia, o patrocínio e o direito de resposta. Por outro lado, o Conselho estabelece um limite máximo para a publicidade, que não deverá ultrapassar 15 por cento do tempo de emissão diária, mas não aceita a proposta do PE de estabelecer quotas de 60 por cento da emissão para programas de produção europeia.
É justamente este último aspecto que provoca a maior polémica e oposição dos profissionais da Cultura, que muito justamente consideram os interesses europeus ameaçados pela concorrência de países terceiros, em especial os Estados Unidos.
Na posição assumida pelo Conselho, **a questão das quotas é substituída por uma fórmula vaga, segundo a qual os Estados-membros se comprometem, sempre que possível, a zelar pela transmissão de mais programas europeus.** Uma formulação que não promete nada e permite tudo.
A própria evolução das posições dos diferentes países sobre esta matéria o comprovam, enquanto testemunho dos interesses em jogo.
Vejamos: em 1986, a Comissão Europeia elaborou um programa de directiva relativo à «Televisão sem Fronteiras», que deu origem às mais vivas reacções. No debate realizado em Janeiro do ano passado, o Parlamento Europeu rejeita a concepção da Cultura como uma qualquer mercadoria e apresenta propostas alternativas, reconhecendo que a Cultura como factor de democracia só é possível se as responsabilidades a ela relativas não estiverem nas mãos dos grandes grupos económicos ou, dentro da CEE, nas mãos dos Estados mais fortes. É neste contexto que o PE propõe o estabelecimento de quotas de emissão para programas de produção europeia.
Em finais do ano passado, os 21 ministros do Conselho da Europa ignoraram a proposta das quotas substituindo-a pela formulação «proporção maioritária de programas europeus, sempre que isso foi realizável». Em Abril último, o Conselho de Ministros da CEE vai mais longe, desvirtuando por completo as recomendações do PE que traduziam as preocupações dos profissionais dos meios audiovisuais, deixando a porta aberta à manutenção e agravamento que os dados que publicamos em separado bem elucidam.
Não espanta pois, como foi dito em Lisboa pela Comissão de Artistas de apoio à CDU, em conferência de imprensa na sexta-feira passada, que **a posição do Conselho tenha merecido o aplauso dado pela Warner, a Lorimar, a Fox, a Disney e a MGM**, que consideram a decisão como a **«voz da razão» que se impôs ao «arcaísmo dos que defendem a produção e difusão de obras especificamente nacionais.»**

A posição da CDU

Na referida conferência de imprensa, em que participaram Mário Jacques, actor e presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos; Artur Ramos, realizador; Morais e Castro, actor; Barata Moura, professor universitário e candidato ao PE; Aboím Inglez, do CC do PCP, actual deputado no PE e candidato pela CDU às eleições de Junho; António Abreu, do CC do PCP; Marques Pinto; Dulce Rebelo, professora e Rosa Ventura, música na Orquestra do S. Carlos e membro da direcção do Sindicato dos Músicos, foi dada a conhecer a posição da CDU sobre a matéria, bem como a participação dos artistas portugueses no comboio da Cultura.
Para a Comissão de Artistas de Lisboa de apoio à CDU, **a fixação de quotas de produção, por si só, não vão resolver os desiquilíbrios nem defender a Cultura, mas é evidente que contribuirão para criar, em particular em países como Portugal, estruturas técnicas capazes de produzir obras que defendam a língua e a identidade cultural e assegurem a difusão e, logo, a continuação da produção nacional.**
Como foi sublinhado, **não se defendem as quotas como forma de substituir uma colonização norte-americana por outra francesa ou alemã,** nem tão pouco, ao defendê-las, se ignora a importância da cultura e da qualidade de muita da produção norte-americana. **A fixação de quotas de produção é encarada, isso sim, como forma de diversificar a cooperação internacional, evitando afunilar relações, seleccionando mais a qualidade de produção estrangeira.**
Na ocasião, os apoiantes da CDU referiram-se à atitude adoptada sobre a questão pelo PSD e pelo PS, fazendo notar que também nesta matéria coincidem com a prática a nível interno.
O PSD, é responsável pela política do seu Governo, que votou contra a adopção de quotas; o PS está calado, mas a nível nacional está pronto a aceitar a Alta Autoridade na revisão da Constituição, deixando aberto o caminho para que os futuros candidatos à televisão privada não fiquem condicionados pela necessária defesa da identidade nacional.
A Comissão de Artisas de apoio à CDU tem sobre a matéria uma posição bem definida e por ela está disposta a bater-se, através dos deputados eleitos e outras formas de luta no Parlamento Europeu e no seio das instituições da CEE.
Trata-se de uma posição baseada no **respeito pelas especificidades nacionais**, entendendo a riqueza cultural da Europa como fruto do desenvolvimento de todas as suas culturas e do diálogo entre elas; **defende a prioridade absoluta ao investimento para a produção** e um maior apoio comunitário à produção e distribuição de obras portuguesas e de outros países com menos recursos; **propõe alargar o espaço da cooperação audiovisual** para além da geografia estreita do mercado único, alargando-o a toda a Europa, aos PALOP e à América Latina; **defende o apoio à iniciativa privada** num quadro de manutenção por parte do Estado da responsabilidade pública e nacional em matéria de Cultura.
Representantes portugueses participaram no **Comboio chamado Cultura** que no Teatro Nacional de Estrasburgo aprovaram um Apelo entregue no Parlamento Europeu.
Desconhecem-se ainda os resultados do debate no PE mas, seja ele qual for, como foi dito em Lisboa, importa que aqueles que têm consciência da dimensão estratégica da cultura criem essa frente de trabalho na CEE para a emancipação e enriquecimento dos cidadãos, aberta para a Europa inteira e para o Mundo. ■

Apelo de Cannes

Setenta e dois realizadores de cinema reunidos em Cannes, acompanhando o movimento «Um comboio chamado Cultura», subscreveram um apelo a todos os deputados do Parlamento Europeu para lhes recordar que a Europa não pode ser construída sem as identidades culturais e as especificidades nacionais, no respeito pelas línguas e raízes dos povos, pelo que apoiam e recomendam a instituição das quotas de 60 por cento das obras europeias e a garantia da integridade das obras difundidas.

O apelo, subscrito por alguns dos maiores realizadores da actualidade como Larissa Tarkovski, Ettore Scolla, Bernardo Bertolucci, Manoel de Oliveira, Carlos Saura, entre muitos outros, defende que o cinema seja ensinado nas escolas de modo a transmitir a memória integral dum património que deve contribuir para a formação dos novos cidadãos da Europa. ■

Trabalhadores de espectáculos tomam posição

«Não podemos esquecer que nós portugueses somos vítimas da mais violenta colonização cultural. Na nossa televisão, o espaço dedicado às produções nacionais, de autores nacionais e sobre temas nacionais, é ridículo. Temos uma TV fundamentalmente anglo-saxónica, norte-americana, inglesa, australiana, e nos espaços livres ouvimos falar português com sotaque brasileiro: nada menos que 3 telenovelas diárias e uma série semanal fabricadas no Brasil. E os brasileiros o que vêem nosso? E os norte-americanos e os australianos, os ingleses e os franceses? A abolição das fronteiras não pode beneficiar só um dos lados!»

(Rogério Paulo, actor)

«O Mercado Único Europeu traz-nos grandes preocupações a nível cultural.
São grandes os riscos da imposição de um padrão cultural uniformizado, de uma cultura mercantil e sem raízes, "produto pré-fabricado" das transnacionais.
No nosso país, estes riscos entre outros, passam pela invasão do nosso espaço cultural e informativo, pela ocupação dos meios de comunicação (com destaque para os audiovisuais) de produção estrangeira, em detrimento das nacionais. O Governo português torna mais vivas estas preocupações ao aderir à tomada de posições sobre esta matéria, do Conselho de Ministros dos Doze.
A afirmação da nossa identidade cultural não se compadece com discursos "balofos" aos "heróis do mar" mas exige medidas concretas que levem à preservação do nosso património cultural acumulado, e que garantam o futuro dessa identidade pelo apoio activo e contínuo à produção criativa e inovadora dos nossos artistas.»

(Manuela Cunha, animadora cultural, candidata de «Os Verdes» ao Parlamento Europeu)

«Na minha condição de técnico de cinema, ponho as mais sérias reservas às supostas vantagens da adesão de Portugal à CEE. Como nos demais campos da actividade laboral, não foram criadas a seu tempo as estruturas que acautelassem o vigor do mercado de trabalho nacional. Para os técnicos de cinema isso reflecte-se concretamente no desrespeito pelo nosso trabalho. Os produtores estrangeiros, são apoiados logisticamente por "co-produtores nacionais". A mão-de-obra barata também passa por aqui.
Por outro lado, em termos de consumidor cultural, é com tristeza, mas sem surpresa, que vejo representantes do PS e do PSD tomarem no Parlamento Europeu posições de clara alienação dos nossos valores culturais, e mesmo dos europeus (que dizem defender), como é o caso recente da não fixação das quotas para a difusão de obras produzidas na Europa.
No nosso país é de referir ainda a manutenção de certos monopólios da distribuição-exibição (maioritariamente produções norte-americanas) bem como a auto-promoção que certos "delegados" do Projecto *Media* fazem na sua condição, em lugar de servirem, no mínimo, o próprio projecto.»

(Octávio Espírito Santo, técnico de cinema)

Dados esclarecedores

- 40% do conjunto do comércio mundial dos produtos audiovisuais é constituído pela compra de produtos americanos por países europeus.
- 60% de todos os filmes distribuídos nos países da CEE são originários dos EUA; este número aumentou 50% nos últimos 10 anos.
- Nos países da Europa ocidental, 60% das redes de distribuição estão nas mãos dos EUA.
- A produção cinematográfica dos países da CEE diminuiu 40% em 15 anos.
- 80% dos filmes originários de países da CEE nunca saem do país onde foram realizados.

(Dados fornecidos pelo deputado De Vries, da Comissão de Assuntos Económicos, em relatório de Outubro de 1988) ■

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Potencialidades mineiras reconhecidas pela CEE

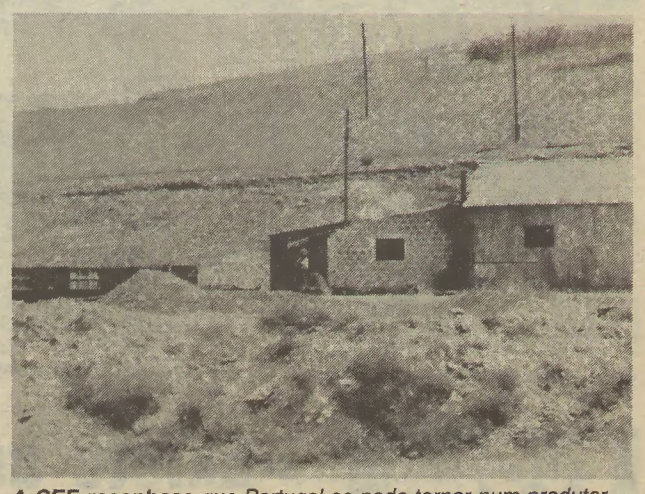
Portugal é actualmente o único produtor de concentrados de tungsténio na Comunidade e tornar-se-á o principal produtor europeu de concentrados de cobre e estanho.
As potencialidades, ainda não inteiramente avaliadas, das pirites que se encontram na zona do sul da Península Ibérica podem tornar Portugal (assim como a Espanha) um produtor muito importante dos diferentes minérios metálicos — cobre, estanho, zinco, chumbo, ouro e prata — presentes nos sulfuretos complexos.

Quem o afirma é o comissário Bangemann, em nome da Comissão das Comunidades Europeias, em resposta a questões do eurodeputado comunista Aboim Inglez sobre o aproveitamento dos recursos mineiros e respectiva indústria de transformação em Portugal.

Tendo em conta a grave crise económica e social daquele sector em Portugal e a importância e o contributo que as indústrias extractiva e transformadora de minérios poderiam dar para o objectivo da coesão económica e social, bem como as resoluções aprovadas no Parlamento Europeu propondo uma acção específica da CEE para as regiões mineiras, assim como a Resolução das Comunidades Mineiras Europeias pedindo à Comissão um estudo sobre as regiões mineiras e o impacto do mercado interno em tais zonas, o deputado comunista quis saber se esse estudo está a ser feito e se nele se considera o caso específico de Portugal.
Na sua resposta, a Comissão recorda que a produção portuguesa de concentrados de cobre ou de cobre-metal só parcialmente pode contribuir para a redução da dependência comunitária, uma vez que a Comunidade tem um consumo global de cobre de 3,5 milhões de toneladas/ano, enquanto a produção da Neves Corvo é calculada em 130 000 toneladas/ano do referido metal e nem todo exportado para a Comunidade. Por outro lado, no que se refere ao estanho e tungsténio, dada a disponibilidade de produto existente e a fraca recuperação dos preços e da procura após a recente crise que afectou o mercado, são limitadas as perspectivas de desenvolvimento das explorações às jazidas com custos mais competitivos.

No entanto, a Comissão considera que **as potencialidades mineiras comprovadas e previsíveis, assim como a conjuntura actual favorável do mercado de metais não-ferrosos de base podem permitir ao sector mineiro português sair da crise social e económica que recentemente o afectou.**

Nesta perspectiva, a Comissão tomou a iniciativa de criar um Comité de Acompanhamento para reunir e estudar os projectos de desenvolvimento das pirites da Península Ibérica, em que participam responsáveis governamentais e representantes industriais portugueses e espanhóis do sector. **O objectivo é a identificação dos projectos comuns cuja realização deveria contribuir para o desenvolvimento económico e social das regiões envolvidas.**
O comissário Bangemann informa ainda que o Governo português está a estudar o assunto e que a Comissão tem já em seu poder um estudo efectuado pela Eurometaux sobre as condições de rentabilidade da indústria mineira na Comunidade, na perspectiva de 1993, cujas conclusões serão em breve transmitidas ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social, para uma eventual política mineira coordenada a nível comunitário.
Conhecidas que são as tendências privatizadoras do Governo português e a apetência para entregar ao capital estrangeiro tudo o que é rentável em Portugal, esta uma matéria a merecer a maior atenção para que o desenvolvimento económico não deixe de ter a sua necessária componente de desenvolvimento social. ■



A CEE reconhece que Portugal se pode tornar num produtor importante de cobre, estanho, zinco, chumbo, ouro e prata

Portugueses explorados em Israel

A situação deplorável em que vivem cerca de 3000 trabalhadores portugueses em Israel é da exclusiva responsabilidade do Governo PSD/Cavaco Silva e deve ser resolvida no âmbito dos acordos bilaterais existentes entre os dois países.
Esta a conclusão da Comissão das Comunidades Europeias, em resposta ao deputado Aboim Inglez sobre as condições dos emigrantes portugueses em Israel. Numa exposição escrita, aquele deputado deu a conhecer à Comissão que os trabalhadores são vítimas de contratação em Portugal por empresas que depois em Israel não cumprem as condições prometidas, pelo que, além de enganados, se encontram ainda marginalizados, sem local para habitar, passando fome e sem recursos para o regresso.

Dado que Portugal não tem representação diplomática em Israel, os trabalhadores naquelas condições nem às autoridades portuguesas podem recorrer.

O deputado Aboim Inglez quis saber se a Comissão estava a par deste problema e se eventualmente o mesmo se passa com trabalhadores emigrantes de outros países comunitários. Por outro lado, questionou se a Comissão, no âmbito das suas relações com Israel, não deve intervir para pôr fim a tais situações, satisfazendo os legítimos direitos e interesses desses trabalhadores emigrantes comunitários.
Na resposta da Comissão, dada através do comissário Matutes, afirma-se desconhecer casos semelhantes que atinjam trabalhadores de outros Estados-membros e salienta-se a responsabilidade do Governo português na matéria, uma vez que o acordo CEE-Israel «não compreende uma vertente social que possa permitir a acção da Comunidade».
Nesta matéria, como em muitas outras, a nível comunitário não são acautelados os interesses dos trabalhadores e, a nível interno, o Governo nada faz para defender os seus próprios cidadãos da exploração de empresas nacionais e estrangeiras. Também os trabalhadores consulares ou diplomáticos estão à mercê das mais variadas arbitrariedades. O deputado comunista Barros Moura chamou a atenção para o assunto, levando ao conhecimento da Comissão que em diversos países da CEE os trabalhadores dos consulados e embaixadas de outros países, não pertencentes aos quadros de pessoal consular ou diplomático, e recrutados no mercado de trabalho local, estão com frequência sujeitos a um regime jurídico e sociolaboral híbrido que muito os prejudica.

Segundo Barros Moura, aqueles trabalhadores, excluídos do estatuto diplomático ou consular, quase nunca beneficiam das regras e tratamento aplicáveis no país em que prestam trabalho, nomeadamente em matéria de estabilidade de emprego, segurança social, protecção no desemprego e acesso ao emprego; frequentemente também não se lhes aplicam os direitos e garantias consignados na legislação do país cujos consulados ou embaixadas servem.
Esta situação afecta os trabalhadores dos serviços diplomáticos e consulares portugueses, que chegaram a submeter uma petição ao Parlamento Europeu.
Ao contrário do que seria desejável, esta situação não se insere no campo de aplicação material das regras comunitárias de livre circulação de trabalhadores, pelo que a Comissão não tem solução para os problemas dos trabalhadores em causa. ■

Governo não aproveita fundos comunitários para o sector naval

O Governo continua a não defender os interesses nacionais mesmo quando pode tirar vantagens da integração europeia, como é o caso dos programas de reestruturação do sector naval.

A administração da Setenave «convidou» recentemente mil trabalhadores, entre os quais várias dezenas de delegados e dirigentes sindicais, a rescindir os seus contratos.
Anteriormente, outros mil e duzentos trabalhadores foram forçados a despedirem-se.
O facto ocorre numa indústria há vários anos em crise e onde o desemprego tem vindo a crescer e numa região com várias outras grandes empresas em crise.
Entretanto, as medidas de redução da força laboral não têm sido acompanhadas de medidas de reestruturação na indústria naval ou de reemprego noutras indústrias a criar.
Segundo as Grandes Opções do Plano para 89/92 apresentadas pelo Governo, começaria a aplicar-se em Setúbal a partir de 1989 o Programa RENAVAL, com um financiamento de 14 milhões de ecus do FEDER.
A questão está em saber em que medida o referido programa pode de facto contribuir para a reestruturação da indústria naval e que medidas concretas se prevêem em favor dos milhares de trabalhadores despedidos naquele sector.
O pedido de esclarecimento sobre o assunto foi feito pelo eurodeputado comunista Barros Moura, que levou a questão à Comissão das Comunidades Europeias.
Na resposta, dada pela comissário Millan em meados deste mês, afirma-se que o regulamento que institui o programa comunitário a favor da reconversão das zonas de estaleiros navais (RENAVAL) se aplica à zona de Setúbal, desde a sua entrada em vigor, em Agosto do ano passado, através de uma contribuição do FEDER no valor de 9 milhões de ecus.
Num âmbito mais geral, a contribuição do FEDER diz respeito a «todas as zonas de estaleiros navais da comunidade que nos últimos três anos e, no máximo desde Janeiro de 1984, registam ou correm o risco de vir a registar importantes perdas de empregos neste sector». O total do financiamento previsto neste segundo vector, informa a Comissão, é de 189 milhões de ecus, sendo a contribuição atribuída a cada Estado-membro de 3200 ecus por cada posto de trabalho perdido no período em causa. Os pedidos para estas contribuições têm que ser apresentados até 30 de Abril de 1990.
Segundo a Comissão, **o Governo português apresentou em Fevereiro** último uma proposta de programa de intervenção no âmbito do primeiro vector do Programa RENAVAL, a que correspondem os referidos 9 milhões de ecus, estando neste momento a proposta portuguesa em fase de instrução pelos serviços da Comissão.
O objectivo, afirma o comissário Millan, é contribuir para que sejam suprimidos os obstáculos ao desenvolvimento de novas actividades económicas geradoras de empregos, através da canalização dos fluxos financeiros para esta zona.
As acções específicas do programa, faz notar aquele comissário, visam melhorar e criar infra-estruturas que, aliadas às potencialidades da região de Setúbal, possam atrair os agentes económicos e os seus investimentos de forma a absorver a mão-de-obra tornada disponível pela reestruturação dos estaleiros navais.
O programa RENAVAL-Portugal — refere a Comissão — articula-se com outras intervenções comunitárias na península de Setúbal, nomeadamente com o programa comunitário a favor da reconversão das zonas siderúrgicas (RESIDER) e com o programa nacional de interesse comunitário de auxílio às actividades produtivas, co-financiado pelo FEDER em Portugal. A coordenação destes esforços será feita através de uma operação integrada de desenvolvimento (OID), tendo por objectivo conseguir um máximo de impacto a favor da região.
Desta resposta da Comissão ao deputado Barros Moura três conclusões se podem extrair de imediato: **primeiro, que o Governo português foi incapaz de aproveitar de imediato as possibilidades abertas pelo RENAVAL-Portugal, dado o programa ter sido aprovado em Agosto do ano passado e apenas seis meses depois foi apresentada à Comissão uma proposta de intervenção; segundo, pelo que se depreende dos esclarecimentos prestados, o Governo ainda não se candidatou às contribuições comunitárias previstas para cada posto de trabalho perdido no sector naval, quando na Setenave ascendem já a mais de dois mil os trabalhadores despedidos; finalmente, face à realidade vivida na zona de Setúbal, que o Governo não está a cumprir os objectivos da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal, que reconhece a necessidade de reduzir o desemprego e criar novos postos de trabalho.** ■

CDU no Alentejo e Algarve: *Em defesa de Abril!*

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Uma visita ao centro histórico de Évora preencheu parte do programa de visita

ÉVORA «Existe uma grande manifestação social contra a política do Governo»

«Os professores encheram as bancadas do Campo Pequeno, os médicos, os compartes do Norte, os trabalhadores da Reforma Agrária, os próprios polícias. Todos eles demonstram existir uma grande manifestação social no nosso país contra a política do Governo.» Este o realce dado pelo secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, ao descontentamento popular perante a política de direita, em palavras proferidas no sábado passado em Évora.

Uma visita ao centro histórico de Évora na companhia de muitos autarcas alentejanos e de António Murteira e João Saraiva, candidatos CDU ao Parlamento Europeu, fez parte do programa de Álvaro Cunhal, nesta visita à capital do Alto Alentejo que começou na noite de sábado com uma sessão de esclarecimento no Palácio D. Manuel, e se prolongou durante o dia de domingo com uma recepção na Câmara local, onde o secretário-geral do PCP foi recebido por Abílio Fernandes, presidente da edilidade, e os vereadores António Valente, António Foito e António Saias, que fizeram uma exposição sobre a actividade da Câmara, exposição que mereceu o comentário de Álvaro Cunhal de que um eleito comunista, a partir do momento que é eleito, passa a ser um eleito do povo, tratando todos por igual.

Na sessão de esclarecimento no Palácio D. Manuel, Álvaro Cunhal falou da actual situação política, no quadro do próximo acto eleitoral para o Parlamento Europeu, referindo-se também à revisão constitucional que, segundo palavras suas «poderá ser considerada inconstitucional» tal é a amplitude das tentativas de mudança que PSD e PS pretendem efectuar.

«O PSD sozinho não pode mexer uma palavra, uma única vírgula da Constituição. O que acontece é que o PSD está a levar por diante a revisão também com os votos do PS. São grandes as responsabilidades do Partido Socialista.»

Reforma Agrária foi tema também abordado pelo secretário-geral do PCP, que disse que nesta matéria «há escândalos, há corrupção, há processos mafiosos. Há processos que não são dignos de um Governo de um regime democrático».

As ofensivas contra o Poder Local foram comentadas por Álvaro Cunhal porque «as forças de direita não gostam que nas autarquias haja homens e mulheres que, pela sua honestidade e inteligência, procurem soluções para o povo».

Condenando a manipulação informativa levada a cabo pela televisão, Álvaro Cunhal deu destaque «a esse grande acontecimento que foi o Congresso da CGTP», do qual a televisão deu uma pequena declaração de Carvalho da Silva, para depois entrevistar Torres Couto «a fazer uma declaração provocatória».

«Porque é necessário que no Parlamento Europeu tenhamos representantes patriotas, sérios, que defendam os interesses do nosso povo e do nosso país», Álvaro Cunhal apelou para uma grande participação no próximo acto eleitoral, lembrando o trabalho dos actuais três deputados eleitos pela CDU naquele órgão da Comunidade Económica Europeia, dando garantias «de os candidatos ao Parlamento Europeu apresentados pela CDU, comunistas, Verdes, Intervenção Democrática e independentes, actuarem em defesa da nossa agricultura, da nossa indústria, das nossas pescas, do nosso povo, da nossa independência nacional, do nosso país». ■

O Palácio D. Manuel foi o cenário da sessão de esclarecimento em Évora

PONTE DE SOR As alianças do PS

Um comício e uma exposição sobre a actividade da Câmara Municipal de Ponte de Sor fizeram parte de uma iniciativa levada a cabo nesta localidade no passado sábado, a que esteve presente o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

O presidente da Câmara de Ponte de Sor, José Amante próximo cabeça-de-lista pela CDU a esta autarquia, referiu no comício algumas das dificuldades que a vida no concelho atravessa, nomeadamente com a tentativa de liquidação da Reforma Agrária, não impedindo no entanto que a autarquia local desenvolvesse uma actividade que permitiu já a criação de estruturas ainda há pouco tempo inexistentes – água, esgotos, electricidade, arruamentos, investimentos na área desportiva e cultural, criação de mecanismos de apoio e incentivo ao desenvolvimento do comércio e indústria.

Esta actividade do poder local tem esbarrado no entanto com algumas dificuldades provocadas pelo Poder Central e pelo Governo PSD/Cavaco Silva «atribuindo competências às autarquias sem as respectivas compensações financeiras, por outro lado fazendo o corte e afogamento financeiro progressivo».

Álvaro Cunhal, na sua intervenção, destacou a importância das próximas eleições para o Parlamento Europeu, dizendo que, «o resultado destas eleições será logo aproveitado como tendo significado no âmbito da política nacional».

Lembrando que «em 1987 houve pessoas que se deixaram enganar por Cavaco Silva, votando PSD, ao contrário do que haviam feito antes», Álvaro Cunhal disse que «o único voto que significa uma oposição coerente e firme à política do Governo é o voto na CDU» já que o PS alia-se à direita, quer no caso da revisão constitucional, quer nas autarquias, como poderá ser exemplo de Ponte de Sor, onde uma coligação PS/PSD poderá formar-se para tentar derrubar a actual Câmara CDU. ■

Aspecto do comício em Ponte de Sor, sábado passado

Homenagem a Catarina Eufémia

O compromisso de defender a Reforma Agrária

Trinta e cinco anos passaram sobre o assassinato de Catarina Eufémia, mulher alentejana morta a tiro por reivindicar com os seus companheiros um aumento salarial, numa terra latifundiária, «latifúndio que está hoje de novo reconstituído», 15 anos depois de Abril, conforme sublinhou um dos oradores do comício de homenagem, domingo, em Baleizão, a lembrar a imagem daquela trabalhadora, militante comunista. Baleizão, terra de Catarina, onde um dia depois desta homenagem foi entregue uma reserva, de um lote de nove, que destrói duas UCP's e Cooperativas, liquidando dezenas de postos de trabalho.

«Reforma Agrária» foi expressão dominante das preocupações dos participantes que encheram a praça principal de Baleizão, onde houve sol, bandeiras, música — Festa, apesar de tudo, porque «Catarina ficará para sempre no coração e na História do seu povo, como Caravela e Casquinha, como a Reforma Agrária». Palavras de António Murteira, membro do Comité Central do PCP e candidato CDU ao Parlamento Europeu, que lembrou as «ilegalidades» cometidas no actual processo de entregas de reservas e liquidação da Reforma Agrária, com casos concretos como o exemplo da UCP/Coop. 12 de Maio, notificada pelo Ministério da Agricultura da entrega de uma reserva, uma hora antes de ela se efectivar.

Casos exemplares são também a Cooperativa Boa Esperança do Lavre, a quem foram retirados 350 hectares sem notificação, ou a UCP de Cabrela, sujeita a uma entrega de herdade sem sequer o processo estar instruído.

Também casos de «corrupção e vigarice» foram relatados por António Murteira, como o de herdades que viram a sua pontuação substancialmente reduzida, o não pagamento de milhares de contos de cortiça devidos a UCP's, a retenção de subsídios da CEE para ovinos, etc., etc., «Queremos aqui afirmar, em nome do PCP, que continuaremos a lutar pela Reforma Agrária. Não é com esta ofensiva, não é com Cavaco a ir à televisão fazer cara feia, a ver se nos assusta, que os comunistas recuam. Nós temos tido momentos difíceis. Conforme nos batemos tantos anos pelo derrube do fascismo e pela instauração da democracia, continuaremos a lutar pelo aprofundamento da Reforma Agrária». Assim resumiu o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, os sentimentos dos participantes na homenagem a Catarina Eufémia.

Álvaro Cunhal referiu-se ao que foi o Alentejo antes do 25 de Abril, durante o regime fascista, com as suas terras abandonadas, com os agrários vivendo em Lisboa ou no estrangeiro dos rendimentos da cortiça, com o desemprego e a fome entre os trabalhadores.

Com a Reforma Agrária «transformou-se a vida, desbravaram-se terras, diversificaram-se as culturas, aumentaram-se as produções, levaram-se a cabo obras sociais valiosas com a iniciativa de muitas UCP's/Cooperativas, procuraram-se resolver os problemas de muitas pessoas reformadas e idosas, criando creches e instalações para que as crianças tivessem uma vida diferente e melhor. Desenvolveram-se actividades culturais, levando a cabo uma transformação real da vida das populações». Mas segundo Álvaro Cunhal, ainda outra grande conquista de Abril tem a sua base na Reforma Agrária, «a modificação da natureza popular do Poder Local, influenciando-o a aumentar a sua ligação com as populações, para a transformação da vida no Alentejo e no Ribatejo».

«Ninguém pode apontar defeitos que levem à conclusão que a Reforma Agrária foi um erro, ninguém pode dizer que a Reforma Agrária não correspondeu à necessidade do desenvolvimento agrícola, ninguém pode dizer que a Reforma Agrária não levou à transformação da agricultura, que poderia resolver o grande problema nacional do nosso défice nas trocas externas da balança agro-alimentar.»

Álvaro Cunhal lembrou ainda que a actual Constituição «consagra a Reforma Agrária, consagra as nacionalizações, determina que não podem ser restaurados os latifúndios, que não podem ser restaurados os monopólios, que tem de ser respeitado o princípio da proporcionalidade do sistema eleitoral, que não pode ser posto em causa o direito dos povos serranos aos baldios.»

As modificações que agora se pretendem introduzir na Constituição servem para «dar cobertura aos actos ilegítimos» que os sucessivos governos PS e PSD têm efectuado contra estas conquistas de Abril, «com o objectivo de as liquidar completamente», liquidação só possível com a aprovação do Partido Socialista.

Por isso «o Partido Socialista não pode hoje afirmar que é uma firme força da oposição e que é alternativa à política de direita, pois está comprometido com essa política e deve ser responsabilizado por isso», frisou Álvaro Cunhal. ■

A praça principal de Baleizão encheu de gente para a homenagem a Catarina

António Murteira, candidato CDU ao Parlamento Europeu, foi um dos oradores em Baleizão

FARO «Quando o povo quer, transforma a vida»

«Quando o povo quer, transforma a vida!» — afirmação de Álvaro Cunhal proferida num comício da CDU em Faro, onde estiveram representantes do PCP, Verdes e ID de preparação da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu e onde o secretário-geral do PCP enumerou as razões que estão na base da candidatura CDU, bem como os motivos para «uma grande votação nos deputados da Coligação Democrática Unitária».

Lembrando que a CDU manifestou reservas à entrada na CEE e efectuou críticas «ao facto de a adesão ter sido negociada por governos que não acautelaram os interesses nacionais», Álvaro Cunhal afirmou que essa é uma garantia de que os deputados eleitos pela CDU defenderão os direitos dos portugueses na Comunidade Europeia, porque «são deputados patriotas e competentes, tal como já demonstraram os três deputados da CDU eleitos» no anterior sufrágio.

Lembrando que o «voto no dia 18 é também um voto com significado político nacional», Álvaro Cunhal apelou a que ninguém deixe de votar, por eventualmente «pensar que o Parlamento Europeu é coisa longínqua», com uma actuação sem incidência directa na vida das populações.

O secretário-geral do PCP lembrou que tal não é verdade e que «através do voto para o Parlamento Europeu podem também os portugueses manifestar o seu descontentamento, o seu protesto, a sua luta contra a política de direita, contra o Governo PSD.»

«Uma grande votação CDU animará os portugueses a continuarem a lutar contra a política feita contra os trabalhadores», na situação actual vivida em Portugal que Álvaro Cunhal caracterizou como a restauração de monopólios, a utilização da repressão (como é exemplo a carga da polícia de choque aos profissionais da PSD), a instabilidade «provocada pelo Governo» ao procurar alterar a organização económica, retirar direitos aos trabalhadores, alterar todo o sistema democrático, em matéria «onde o PS assume grandes responsabilidades» ao assinar um acordo de revisão constitucional que desvirtua as conquistas da Revolução de Abril.

Por parte da Intervenção Democrática esteve em Faro Luís Catarino, presidente do Conselho Nacional daquela organização, que sublinhou o facto de, nos moldes actuais, a integração na CEE constituir «um quadro desequilibrado da nossa vida colectiva, estando em risco a colocação de um projecto próprio do povo português. Face aos poderios económicos dos países mais desenvolvidos da CEE, Catarino defendeu a emergência de um projecto nacional, que neste momento não existe, face à economia de mercado e à perspectiva capitalista que estão na base da contituição da CEE.

«O Governo bloqueia a criação das Regiões e centraliza, governamentaliza, todas as decisões nacionais no âmbito da integração europeia». Perante estas realidades, a Intervenção Democrática pretende, no quadro da CDU, lutar por um projecto de desenvolvimento nacional, capaz de «possibilitar a unidade social com os povos da Europa, e não somente a unidade económica, a unidade de mercado.» ■

Na sua intervenção, Álvaro Cunhal destacou a importância do próximo acto eleitoral

Comício em Faro

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

CDU debateu em Lisboa Portugal e o Mercado Único de 1992

O cabeça de lista da CDU para o Parlamento Europeu afirmou em Lisboa que «para enfrentar 1992, há que dar respostas às seis grandes debilidades da economia nacional – os défices estruturais; o perfil de especialização do aparelho produtivo; o afunilamento das relações externas; a elevada dívida interna e externa; o crescente papel das transnacionais; os atrasos na educação e formação, e a burocracia do aparelho administrativo».

Carlos Carvalhas falava numa sessão-debate sobre «Portugal e o Mercado Único de 1992», uma das muitas iniciativas realizadas pela CDU com o objectivo de analisar as grandes questões nacionais decorrentes da integração de Portugal na CEE e da criação do Mercado Único, e de desenvolver as propostas da Coligação Democrática Unitária.

Acentuou Carlos Carvalhas que a CDU recusa «uma CEE a duas velocidades» que transformaria Portugal num mero fornecedor de matéria-prima e de mão-de-obra barata, um risco agravado pela acção do Governo PSD, que tem desaproveitado uma conjuntura económica externa favorável, e tem gerido e distribuído os fundos comunitários sem proveito para a modernização do aparelho produtivo.

O papel do Sector Empresarial do Estado como «fundamental para fazer face ao Mercado Único», foi defendido por Carlos Carvalhas, que sublinhou o risco de estrangeirização, e não só de privatização, que o SEE enfrenta.

Este tema seria aliás abordado por outros participantes, entre os quais um representante das ORTs da Quimigal, que denunciou a redução da capacidade produtiva da empresa, e o seu desmantelamento em benefício do grande capital, sobretudo estrangeiro.

As mudanças nos enquadramentos legais do SEE, via revisão da Constituição acordada pelo PS e o PSD, foram também analisadas no debate, por Joaquim Pina Moura, para quem se põe a necessidade de reestruturar e dinamizar o sector, identificando as novas áreas vitais da economia portuguesa, definindo novos modelos de gestão, que tenham em conta a dimensão social do sector e não apenas preocupações de mercado e concorrência.

Maria Santos, dirigente do Partido Os Verdes e candidata da CDU ao Parlamento Europeu, trouxe ao debate a problemática ambiental, sublinhando que «Portugal entrou para a CEE numa altura em que a maior parte dos seus países se defrontam com graves problemas». A candidata da CDU fez notar que apesar da existência de fortes movimentos de opinião que tornaram impossível às instituições comunitárias o silenciamento dos problemas ambientais, estes continuam a não fazer parte das preocupações da CEE, sendo antes vistos apenas como «uma questão de custos e benefícios». Daí que a dotação orçamental para o ambiente seja somente 0,7% do orçamento comunitário global.

Para Maria Santos, também neste campo tem sido negativa a acção do Governo PSD, continuando por publicar os instrumentos legislativos para executar a política definida na lei de Bases do Ambiente, e fazendo-se sentir a falta de um debate público e informação generalizada sobre esta problemática.

Carlos Carvalhas, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, durante o debate: **a expansão não pode fazer-se à custa de baixos salários.**
Na mesa podem ver-se Maria Santos, de Os Verdes, Ulpiano Nascimento, da ID, e Rogério de Brito, do PCP, candidatos da CDU ao PE.

Intervieram ainda, entre outros, Ulpiano Nascimento, independente e candidato da CDU ao PE, que sublinhou serem «as propostas da CDU verdadeiramente patrióticas», e o deputado do PCP na AR e candidato da CDU ao PE Rogério de Brito.

Rogério de Brito denunciou a «liberalização» do sector de importação de cereais, e salientou que já hoje as «multinacionais estão a tomar conta da indústria agroalimentar».

Este candidato da CDU referiu-se ainda à «alienação de recursos em favor das celuloses», considerando que o Governo PSD está com a sua acção a privilegiar a florestação – eucaliptização – «em detrimento do desenvolvimento da economia agroalimentar». ■

É possível um desenvolvimento do nosso país, que promova a qualidade de vida no equilíbrio com a Natureza e a nossa tradição cultural *– afirmou Maria Santos, candidata da CDU ao PE*

Viana do Castelo

A cultura em debate

A Cultura Portuguesa e a CEE foi tema de debate realizado recentemente em Viana do Castelo, orientado por Cerqueira Rodrigues, candidato independente da CDU ao Parlamento Europeu, com o objectivo de alertar a opinião pública para a necessidade de se perspectivar a situação da cultura nacional no seio da comunidade, tendo em vista a sua salvaguarda e revitalização.

José Barata Moura, professor universitário e candidato ao PE, teceu uma série de considerações sobre a cultura portuguesa cujo âmbito, disse, se deve entender nas suas vertentes nacional, regional e local.

Não serão os padrões ditos culturais da Comunidade Europeia aqueles que mais convêm a Portugal, disse, já que se reconhecem como fruto de um entendimento capitalista das maneiras de ser e de estar dos povos.

Na opinião de Barata Moura, a defesa e revitalização da nossa cultura passa pela necessidade de se evitar «o estrangulamento económico, social e cultural que a CEE está a impor a Portugal» face à indiferença do actual Governo e das forças que o apoiam. Para aquele candidato, importa defender uma concepção de cultura «aberta e interactiva nos seus vários domínios, que vão desde a criação à fruição, das condições de acesso à apetência culturais». Neste sentido, a cultura é também política, pelo que deve ser voltada para o desenvolvimento de todos os sectores da vida portuguesa de modo a conduzir ao reconhecimento, pelos europeus, dos nossos valores culturais. Por isso, afirmou, «o desafio não é a Europa, mas sim Portugal».

Borges Coelho, também candidato ao PE e professor universitário, referiu-se à realidade portuguesa no contexto espácio-temporal da Europa e do Mundo, considerando que a História de Portugal, repartida pelo mundo, é a prova de que a integração na CEE, em vez de contribuir para uma maior projecção da cultura portuguesa poderá fazer com que os valores culturais nacionais passem para segundo plano. É que, disse, «a mitomania dos fundos e dos dinheiros comunitários estão já a fazer com que o nosso povo pense que a Terra não é a nossa casa».

Isabel Pires de Lima, especialista da obra de Eça de Queirós e professora universitária, continuou a desenvolver aquele tema, salientando a necessidade de um novo relacionamento da cultura portuguesa no seio da comunidade.

José Manuel Mendes, deputado do PCP na Assembleia da República e escritor, sublinhou igualmente que «a defesa de Portugal na Europa começa pela defesa de Portugal em Portugal, sem deslumbramentos vãos e redutores e sem olhares umbilicais».

«Nenhuma cultura – afirmou – sobrevive num país onde se promove a mediocridade», numa referência crítica à política da Secretaria de Estado da Cultura e do Governo.

Após um animado debate, a iniciativa terminou com um jantar com a imprensa. ■

CEE o que é que é

CEE o que é que é foi tema de concurso para jovens em Viana do Castelo, numa iniciativa promovida pela CDU, cujo final decorreu no passado sábado numa discoteca daquela cidade.

A equipa vencedora dava pelo nome **«BZSS»** e distinguiu-se particularmente na prova de teatro; também muito aplaudido foi o poema «CEE» apresentado pela equipa «Os Porquinhos».

Como já se percebeu, tratou-se de um concurso diferente, onde para além de uma primeira eliminatória com perguntas sobre a CEE e a política externa portuguesa, as equipas apuradas tiveram de mostrar as suas qualidades no domínio da dança, do teatro, do desenho, do humor, da poesia, do futebol e dos conhecimentos sobre a CEE.

As equipas concorrentes tinham obrigatoriamente de ser constituídas por quatro jovens até aos 25 anos, dois rapazes e duas raparigas.

Os cerca de 300 jovens que acorreram ao concurso demonstram não ter havido problemas de mobilização e interesse pela iniciativa, que para além do convívio tinha ainda um atractivo prémio de cinquenta mil escudos para a equipa vencedora. Os «BZSS» chamaram-lhe um doce...

No final, os jovens receberam uma mensagem de Cerqueira Rodrigues, candidato ao PE, garantindo que a CDU lutará naquela instância comunitária para que os jovens portugueses tenham «as mesmas oportunidades, os mesmos apoios, a mesma preparação que os outros jovens da CEE» e para que os fundos para a juventude sejam aplicados numa efectiva formação e não apenas para «estatisticamente fazer diminuir o número dos desempregados». ■

As campanhas eleitorais*, por mais modestas que sejam e por mais trabalho voluntário que mobilizem, implicam sempre um dispêndio de verbas que ultrapassa em muito as capacidades das organizações da CDU.*

Trata-se de um problema que não é fácil resolver e arrisca mesmo tornar-se insolúvel sem a colaboração de todos os apoiantes e amigos da CDU, nas já tradicionais campanhas de fundos. Em Viseu, a iniciativa está em marcha. O apelo para a contribuição de todos aqui fica. ■

Última sessão do PE antes das eleições

18 JUNHO
ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

O Parlamento Europeu está reunido desde segunda-feira na sua última sessão antes das eleições de Junho para aquela instância comunitária.
Na ordem de trabalhos, bastante sobrecarregada e variada, incluem-se temas tão polémicos como a Televisão sem Fronteiras (que abordamos em separado na página 4), um relatório sobre a situação em Angola e na Namíbia, um programa de luta contra a pobreza, um relatório sobre uma política florestal comum, só para citar alguns exemplos.

À hora do fecho da nossa edição desconhecia-se o resultado das votações de alguns destes temas, enquanto outros estavam agendados para os próximos dias. Independentemente disso, importa salientar aspectos parcelares da agenda.
É o caso do relatório sobre a luta contra a pobreza onde, para além das declarações de princípio e das boas intenções, se salienta a crueza duma realidade poucas vezes reconhecida a nível comunitário: a pobreza que afecta milhões de pessoas.
Segundo os dados disponíveis, **em 1985, 44 milhões de pessoas, ou seja, 14 por cento da população da Comunidade, tinham rendimentos inferiores a metade do rendimento médio do seu país. Dessas, seis milhões viviam num estado de grande pobreza.**
Como se reconhece nos estudos feitos, **não é de crer que as mudanças socioeconómicas que a realização do mercado interno acarretará modifiquem substancialmente esta situação. Pelo contrário, a tendência será para o seu agravamento.**
Perante esta realidade, a Comissão, que se afirma consciente de que a luta contra a pobreza tem que ser global e coordenada a nível local e europeu, propôs um programa de medidas para a integração económica e social dos grupos menos favorecidos.
Para o período de 1989/93, o programa assenta em duas vertentes: medidas de ajuda para atender às necessidades de extrema pobreza e estratégias preventivas em favor dos grupos de risco. A dotação financeira proposta para o programa é de cerca de 70 milhões de ECU's.
O debate desta matéria estava agendado para hoje.

A situação na África Austral

A situação na Namíbia e em Angola é outro dos temas desta sessão que poderá vir a dar que falar. Agendado para amanhã, o assunto é objecto de dois relatórios da Comissão dos Assuntos Políticos, que abordam a situação dos conflitos naqueles dois países, profundamente interligados e da resolução dos quais depende em larga medida o destino político da região.
O relatório sobre Angola tem como relator o deputado espanhol Perez Royo e nele se analisa a situação resultante dos acordos de Nova Iorque, de 22 de Dezembro passado, que abriram perspectivas de resolução do conflito.
O relatório expressa o apoio aos referidos acordos e ao cumprimento integral da Resolução 435 da ONU, apelando à Comissão e ao Conselho para que empreendam «uma iniciativa mundial para a elaboração e execução de um programa global e integral de ajuda a Angola e aos demais países da Linha da Frente».
O relatório pede ainda «à Comunidade e aos Estados-membros que participem activamente na pacificação de Angola e no seu desenvolvimento económico, estreitando laços políticos, económicos e comerciais com aquele país, sem esperar pela solução definitiva do conflito».
O documento não deixa de sublinhar que a «estabilidade da zona nunca poderá ser garantida enquanto continuar a existir o sistema de "apartheid" na África do Sul».
Também o relatório sobre a Namíbia apela ao respeito pelos acordos e em particular pelo cumprimento do cessar-fogo e do calendário para a independência do país, ao mesmo tempo que se afirma a necessidade de um «plano de acção que favoreça o desenvolvimento económico da Namíbia independente», cujos recursos naturais têm sido sobre-explorados por empresas sul-africanas e por multinacionais sem quaisquer contrapartidas para o povo namibiano.
Está prevista uma intervenção do deputado comunista Barros Moura sobre esta matéria.

Política florestal comum

Está prevista a discussão e votação de um relatório elaborado em nome da Comissão de Agricultura, Pescas e Alimentação do PE, pelo eurodeputado do CDS, Carvalho Cardoso, sobre diversas propostas da Comissão ao Conselho relativas à estratégia e acção da Comunidade no sector florestal.
Refira-se que este conjunto de propostas apresentadas pela Comissão ao Conselho pretende ser a resposta a várias solicitações anteriores do Parlamento Europeu, e visa estabelecer as grandes linhas directrizes de uma política florestal comum para o período de 1989-1992.
O principal objectivo deste programa de quatro anos proposto pela Comissão de Bruxelas consiste no «encorajamento à florestação de terras agrícolas» para que se satisfaça o consumo comunitário e se ponha fim à dependência de terceiros países em matéria de abastecimento de madeira.
Trata-se no fundamental de aliciar os agricultores para que se dediquem à exploração florestal, propondo a Comissão a verba de 135 milhões de ECU's para financiamento do programa.
Este um programa que, se aprovado e concretizado como é proposto por aquele deputado do CDS no PE, agravará ainda mais a dependência de Portugal em produtos agrícolas, acentuada pela acção do Governo PSD que privilegia a florestação, e em particular a do eucalipto, em prejuízo do desenvolvimento da economia agro-alimentar.
No debate sobre estas propostas, que se prevê terá lugar na próxima sexta-feira, intervirá o camarada Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu. Da sua intervenção daremos conta na próxima edição do «Avante!».

Comício em Queluz

Octávio Pato, do secretariado do Comité Central do Partido, e Lino Paulo, candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Sintra, participaram no comício realizado no passado sábado, nos Bombeiros Voluntários de Queluz.

Referindo-se às próximas eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu, o dirigente do PCP sublinhou que «elas não se podem dissociar da situação que se vive no País», acrescentando que «seria errado não votar, com a ideia de que tais eleições não contam para o País. Se assim fosse deixar-se-ia esse campo de luta inteiramente nas mãos das forças da direita e dos que com ela colaboram».

Octávio Pato referiu-se à situação vivida no País, sublinhando que, em dois anos de Governo Cavaco Silva, «em vez da ilusão da honestidade predomina a imagem da corrupção, em vez da eficiência predomina a imagem da incapacidade, em vez da infalibilidade predomina a imagem da mentira, como o demonstra a garantia de que a inflação ficaria nos 6 por cento».

Chamando a atenção para uma revisão da Constituição que «enfraquece a capacidade do País e compromete a própria independência nacional», Octávio Pato afirmou que o Partido Socialista não pode dizer que está contra o Governo e a sua política, quando ao mesmo tempo colabora com ele em questões fundamentais como «na mutilação da Constituição e do regime democrático conquistado com o 25 de Abril».

Octávio Pato recordou o alastramento do descontentamento popular para com a política de Cavaco Silva, para acentuar que «em 18 de Junho o PSD e o seu Governo devem ser castigados pela sua política no País e pela sua capitulação na CEE. Os seus candidatos — e os da direita em geral — não podem defender no Parlamento Europeu os interesses nacionais que não defendem em Portugal».

Barros Moura na Lousã

O deputado da CDU no PE, e candidato às eleições de 18 de Junho, visitou o concelho da Lousã no fim-de-semana passada.
Em debate realizado no Salão Nobre da Câmara Municipal, e a propósito do «chamado grande desafio de 1992», Barros Moura considerou essencial ter em consideração três pontos fundamentais:
«— **dar tempo ao País para progredir, como por exemplo no sector têxtil;**
— **proceder a uma correcta aplicação dos apoios financeiros e técnicos, designadamente através de uma efectiva política de regionalização;**
— **aplicar as verbas do Fundo Social Europeu nos sectores da educação e formação».**
A este propósito sublinhou Barros Moura «que a CDU, que tem defendido a aplicação destas verbas no ensino formal, acaba de ver a sua pretensão consagrada no novo regulamento do Fundo Social Europeu».

Eleições para o Parlamento Europeu

CDU
progresso e desenvolvimento para PORTUGAL

DEBATE

SEGURANÇA SOCIAL E A CEE

Participam:
- BARROS MOURA — Deputado ao PE e candidato da CDU
- ROSA MARIA MARQUES — Economista e candidata da CDU ao PE
- APOLÓNIA TEIXEIRA — Deputada do PCP na AR

27 Maio (sábado) ■ 16.00 h
NOVOTEL ■ LISBOA

Esclarecimento

A Comissão Nacional de Eleições divulgou a semana passada o seguinte esclarecimento:

— Todos os candidatos têm direito à dispensa de funções nos trinta dias anteriores à data das eleições nos termos do artigo 8 da Lei n.º 14/79 de 16 de Maio, aplicável por força do artigo 1 da Lei 14/87 de 29 de Abril.

— Esta é a única referência da Lei à citada dispensa e aplica-se independentemente do número de dias que constituam o período de campanha eleitoral. ■

Encontro Concelhio do Seixal

Mais de 150 activistas da CDU no concelho do Seixal participaram no Encontro, realizado em Corroios no sábado passado.
Neste Encontro, em que também estiveram presentes dirigentes nacionais do Partido Os Verdes, da Intervenção Democrática, e do Partido Comunista Português, representado pelo camarada Domingos Abrantes, membro do secretariado e da Comissão Política, foram definidos os grandes objectivos eleirorais da CDU no Concelho do Seixal, quer no que diz respeito às eleições para o Parlamento Europeu, quer no que respeita às eleições autárquicas.
No decorrer do Encontro foram publicamente apresentados os membros da Comissão Concelhia de Apoio à CDU, e aprovado um **Manifesto** à população, no qual se salienta a confiança em que «o eleitorado do Seixal irá continuar a dar o seu apoio aos homens e mulheres candidatos nas listas da CDU para o Parlamento Europeu e Autarquias Locais».
Homens e mulheres que, pelas provas dadas, pelas propostas que apresentam e pelo trabalho realizado, dão a garantia de que continuarão a honrar os compromissos assumidos perante os eleitores, o povo e o País.

Sublinha-se no Manifesto que «no Parlamento Europeu os deputados eleitos nas listas da CDU propuseram e apoiaram iniciativas para acautelar os interesses nacionais, e visando criar as condições que melhor permitam enfrentar o chamado desafio de 1992». Nas autarquias do Seixal, acrescenta o documento, «a gestão CDU é a prova indesmentível de que os eleitos nas suas listas resolvem os problemas com honestidade, trabalho e competência».

Considerando que o voto em 18 de Junho não terá só o significado de eleger deputados ao PE, como o voto de Dezembro não terá só incidência local, os participantes do Encontro exortaram a população do Seixal a dar mais força à vontade de um novo rumo para a política portuguesa, contribuindo com o seu voto para a eleição de deputados da CDU. ■

Colecção «Resistência»
GILBERTO DE OLIVEIRA
MEMÓRIA VIVA DO TARRAFAL

«Nesta contribuição de denúncia dos crimes do fascismo português, procurei levantar alguns aspectos que me parece merecerem um aprofundamento maior do que aquele com que os deixo aqui tratados. E não apenas no que se refere ao Tarrafal e às outras prisões fascistas, mas muito particularmente no que se reporta à história da resistência antifascista.»

edições Avante!

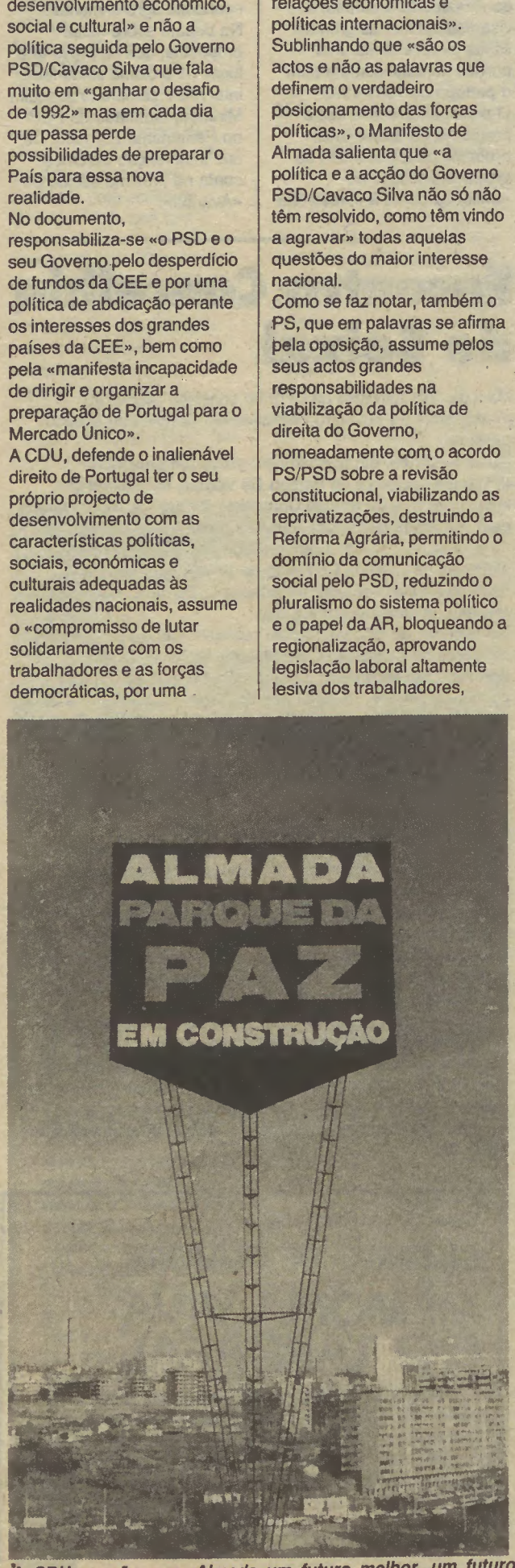
18 JUNHO

ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Manifesto da CDU à população de Almada

É prática da CDU prestar contas, debater a própria actividade, dialogar com os eleitores, estudar com eles os problemas. É uma forma de exercer o mandato que distingue os eleitos e candidatos da CDU.
Uma prática a prosseguir pelos eleitos para o Parlamento Europeu, como vem sendo reafirmado em todas as iniciativas da Coligação, nos compromissos assumidos perante o eleitorado.
Ainda no passado sábado, em Almada, num encontro concelhio realizado na Academia Almadense e que reuniu cerca de 150 pessoas, foi aprovado um **Manifesto** à população do concelho que é testemunho do empenhamento das forças integrantes da CDU em defender os interesses nacionais e prestar contas da actividade realizada.

No Manifesto é feito um alerta para o facto de a criação do Mercado Único exigir de Portugal uma «política que assegure rápidos passos na modernização da economia nacional, no reforço dos seus sectores fundamentais, que lance as bases do desenvolvimento económico, social e cultural» e não a política seguida pelo Governo PSD/Cavaco Silva que fala muito em «ganhar o desafio de 1992» mas em cada dia que passa perde possibilidades de preparar o País para essa nova realidade.
No documento, responsabiliza-se «o PSD e o seu Governo pelo desperdício de fundos da CEE e por uma política de abdicação perante os interesses dos grandes países da CEE», bem como pela «manifesta incapacidade de dirigir e organizar a preparação de Portugal para o Mercado Único».
A CDU, defende o inalienável direito de Portugal ter o seu próprio projecto de desenvolvimento com as características políticas, sociais, económicas e culturais adequadas às realidades nacionais, assume o «compromisso de lutar solidariamente com os trabalhadores e as forças democráticas, por uma dimensão social de progresso, para que a coesão económica e social não seja uma palavra vã, pelo crescimento económico com prioridade ao emprego, respeitando o ambiente, pela paz e segurança na Europa, por um papel positivo da CEE nas relações económicas e políticas internacionais».
Sublinhando que «são os actos e não as palavras que definem o verdadeiro posicionamento das forças políticas», o Manifesto de Almada salienta que «a política e a acção do Governo PSD/Cavaco Silva não só não têm resolvido, como têm vindo a agravar» todas aquelas questões do maior interesse nacional.
Como se faz notar, também o PS, que em palavras se afirma pela oposição, assume pelos seus actos grandes responsabilidades na viabilização da política de direita do Governo, nomeadamente com o acordo PS/PSD sobre a revisão constitucional, viabilizando as reprivatizações, destruindo a Reforma Agrária, permitindo o domínio da comunicação social pelo PSD, reduzindo o pluralismo do sistema político e o papel da AR, bloqueando a regionalização, aprovando legislação laboral altamente lesiva dos trabalhadores, destruindo o Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito.
Ao mesmo tempo, como se recorda no Manifesto, o PS, ao recusar acordos com a CDU, aumenta as possibilidades da direita manter a presidência em autarquias onde é minoritária, assumindo assim grandes responsabilidades perante os democratas e o povo português.



A CDU propõe *para Almada um futuro melhor, um futuro de paz*

Defender os interesses nacionais em todas as frentes

Não é certamente por acaso que ao preparar a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu a CDU está sempre a fazer a ligação com as questões internas, com os problemas a nível autárquico, com a necessidade do desenvolvimento regional, com tudo o que afinal diz respeito ao País. As forças políticas que concorrem ao PE são as mesmas que, internamente, participam na vida política; e as políticas que defendem nas instâncias comunitárias não diferem das que praticam em Portugal.
Por isso a CDU, nesta pré-campanha para o PE, lembra já a sua acção e as suas propostas para as autarquias, cujas eleições vão decorrer em Dezembro deste ano.
Como se afirma no Manifesto aprovado em Almada, os eleitos da CDU nas autarquias do concelho «atentos a todas as possibilidades de arranjar meios financeiros para tornar realidade os grandes projectos de desenvolvimento concelhio, apresentaram já e continuarão a apresentar candidaturas aos fundos estruturais da CEE, algumas das quais já financiadas».
«Importa que estes fundos — refere o documento — sejam cada vez mais reforçados e os eleitos da CDU são os que dão melhores garantias de uma aplicação eficaz ao serviço das populações.»

Trabalhar para desenvolver, *um lema a levar também ao Parlamento Europeu pelos deputados da CDU*

Coimbra — apresentada Coordenadora Distrital da CDU

Foi publicamente apresentada no passado dia 13 a Comissão Coordenadora Distrital de Coimbra da CDU, no decorrer de um almoço-encontro em que participaram Carlos Fraião (da Comissão Política do PCP), Fernanda Lapa (dirigente nacional do Partido Os Verdes), António Caniceiro (da ID), o mandatário Distrital da CDU, Alfredo Campos, e o candidato da CDU ao Parlamento Europeu Santos Cardoso.
Para este candidato da CDU ao PE, a integração de Portugal na CEE exige que «seja levada à prática uma política que respeite os interesses do povo português, que garanta uma correcta aplicação dos fundos comunitários e a transferência de tecnologia para a modernização da economia portuguesa».
Sublinhando que crescimento económico não significa obrigatoriamente desenvolvimento, Santos Cardoso afirmou que este «se avalia pela eliminação progressiva das desigualdades sociais, pela diminuição dos desequilíbrios regionais e pela superação do desequilíbrio económico com o estrangeiro».
O dirigente do PCP, Carlos Fraião sublinhou o entusiasmo com que foi acolhida a proposta do Partido para a constituição da Comissão Coordenadora Distrital, «patente na sua composição».
O camarada Carlos Fraião sublinhou na sua intervenção que o entusiasmo que acolheu a proposta do Partido para a constituição da Comissão Coordenadora Distrital da CDU, se encontra plenamente justificado pelas condição sem que vai decorrer a batalha eleitoral para o PE «e pela essência e natureza da CDU: o seu carácter unitário, as condições para o seu alargamento, e a sua correspondência às aspirações profundas de unidade».
Na mesma ocasião foi apresentado o texto do abaixo-assinado «CDU no Parlamento Europeu», já subscrito por numerosos democratas de diversas origens, com diferentes opções políticas e ideológicas, mas convergindo no apoio público à candidatura da CDU ao Parlamento Europeu.
Entre os primeiros subscritores do abaixo-assinado estão Abreu Barreto – médico – Coimbra; Adília Alarcão – arqueóloga – Condeixa-a-Nova; Amaro Jorge – advogado – Coimbra; António Avelãs Nunes – professor da Faculdade de Direito – Coimbra; António Henriques – presidente da JF de Verride – Montemor-o-Velho; Carlos Fraião – dirigente do PCP – Coimbra; Elísio Godinho – dirigente do Ginásio Clube Figueirense – Figueira da Foz; Fernanda Lapa – dirigente do Partido Os Verdes – Coimbra; Fernando Gomes – presidente do Sindicato dos Médicos da Região Centro, deputado do PCP – Coimbra; Francisco Guerreiro – dirigente do PCP – Figueira da Foz; Jorge Monteiro – dirigente do PCP – Coimbra; Jorge Leite – assistente da Faculdade de Direito – Coimbra; José Vitória – professor catedrático da FCTUC – Coimbra; Manuel Peça – tesoureiro da Fazenda Pública – Penacova; Mário Teles – gerente bancário – Coimbra; Santos Cardoso; administrador hospitalar – Coimbra; Vítor Costa – geólogo – Coimbra; João Sousa Andrade – professor da Faculdade de Economia – Coimbra.

Candidatos debateram

A preservação do ambiente e do centro histórico

Maria Santos e Santos Cardoso, candidatos da CDU ao Parlamento Europeu, e o professor universitário Jorge Alarcão, debateram no passado dia 19 em Coimbra «A preservação do ambiente e do centro histórico», numa iniciativa integrada no ciclo de debates que a Coligação Democrática Unitária tem promovido naquela cidade, nas últimas semanas.

A candidata Maria Santos analisou o tema à luz da integração de Portugal na CEE, referindo que «os portugueses se assumem como cidadãos de um país em inferioridade, levando-os a quase aceitar sem reservas o modo de vida dos restantes países comunitários, ficando mais longe de si próprios e da sua autenticidade cultural».

Assim, para Maria Santos a afirmação do diálogo e da cooperação cultural «deve ser também a afirmação da nossa identidade, daquilo que somos realmente, como um país que possui um rico passado colectivo, com um presente que necessita de ser redimensionado à medida de todos os cidadãos».

Numa abordagem mais específica do tema, o professor Jorge Alarcão salientou que «a salvaguarda do património não deve ser encarada como mero problema cultural mas também social e económico, devendo-se lutar pela reinserção ou reabilitação social dos centros históricos». ■

18 JUNHO

ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Caro(a) Eleitor(a)

Certamente concordará que o primeiro dever dos cidadãos que se apresentam como candidatos a eleições é explicar ao eleitorado as razões por que o fazem e o que se propõem realizar se forem eleitos.

Candidatamo-nos para tomarmos o compromisso de, no quadro da integração na CEE, defender os interesses de Portugal, a modernização da nossa indústria, a defesa dos agricultores portugueses, a promoção do emprego, a protecção dos emigrantes, a salvaguarda do ambiente, a afirmação da nossa identidade cultural.

Queremos contribuir também para no nosso País se vencer o atraso, as injustiças sociais e as desigualdades regionais, assegurando a concretização de um projecto nacional de desenvolvimento, liberdade, bem-estar e progresso social, que corresponda aos interesses e aspirações dos trabalhadores e das camadas e regiões mais desfavorecidas.

Somos por uma Europa com um elevado desenvolvimento económico, social e cultural, que promova e defenda a riqueza do seu património, a diversidade das suas culturas. Somos por uma Europa em que cada vez mais se afirme uma cooperação entre nações soberanas e iguais em direitos.

Somos por um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação.

O presente momento da vida portuguesa, é marcado por um amplo descontentamento com a política do Governo: aumento do custo de vida e diminuição do poder de compra, agravamento dos impostos, dificuldades e problemas crescentes na saúde, educação e habitação, arrogância e autoritarismo.

Perante o fracasso do Governo PSD o voto na CDU constitui nestas eleições a forma mais clara de manifestar a vontade de mudança, a vontade de abrir caminho a uma alternativa democrática.

Perguntará se as vultosas remunerações auferidas pelos parlamentares do P.E. (que têm sido apresentadas como sedutoras motivações para numerosos políticos portugueses) não desempenham no caso da CDU qualquer papel.

Como se sabe, nenhum candidato da CDU é beneficiado ou prejudicado por ter sido eleito para um cargo político: um deputado europeu da CDU ganha, enquanto tal, exactamente o mesmo que auferia na actividade profissional que desempenhava.

As nossas razões baseiam-se antes no facto de uma candidatura da CDU ser para todos os portugueses uma garantia de honestidade, trabalho e competência hoje reconhecidos por todos os quadrantes da opinião pública.

E se tais características são importantes para o exercício de qualquer actividade política, certamente o são ainda mais para uma que se exerce a milhares de quilómetros de Portugal, longe da atenção moralizadora e fiscalizadora do eleitorado, da opinião pública, da comunicação social portuguesas.

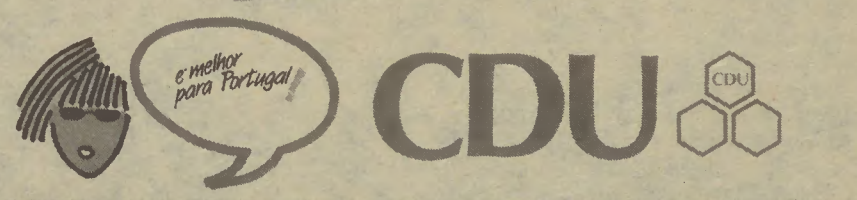
Partimos para a campanha eleitoral com um riquíssimo património: o trabalho desenvolvido até hoje pelos deputados da CDU no Parlamento Europeu e a nossa luta e acção construtiva em Portugal. É nele que nos baseamos para lhe dizer que no Parlamento Europeu — a CDU é melhor para Portugal.

Pel'os candidatos da CDU
ao Parlamento Europeu

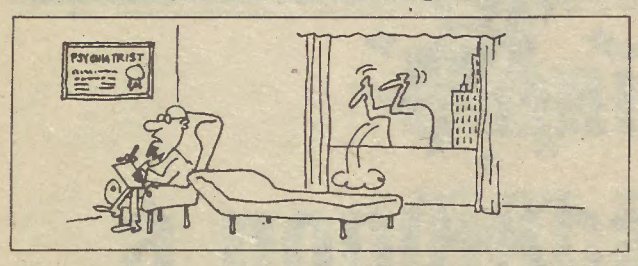
Maio 1989

Carlos Carvalhas

(CARLOS CARVALHAS)



Pontos Cardeais



Da Verbo...

A «Verbo» é uma editora que nos habituou, através de «spots» publicitários durante anos repetidos na televisão, a uma frase que se tornou uma imagem de marca desta empresa livreira. Referimo-nos ao conhecido «da Verbo, claro», que rematava invariavelmente qualquer anúncio da editora.

Rematava, mas já não remata. Actualmente está em promoção televisiva um livro sobre Salazar que, no final do anúncio, não mereceu o célebre «da Verbo, **claro**», mas apenas... «da Verbo».

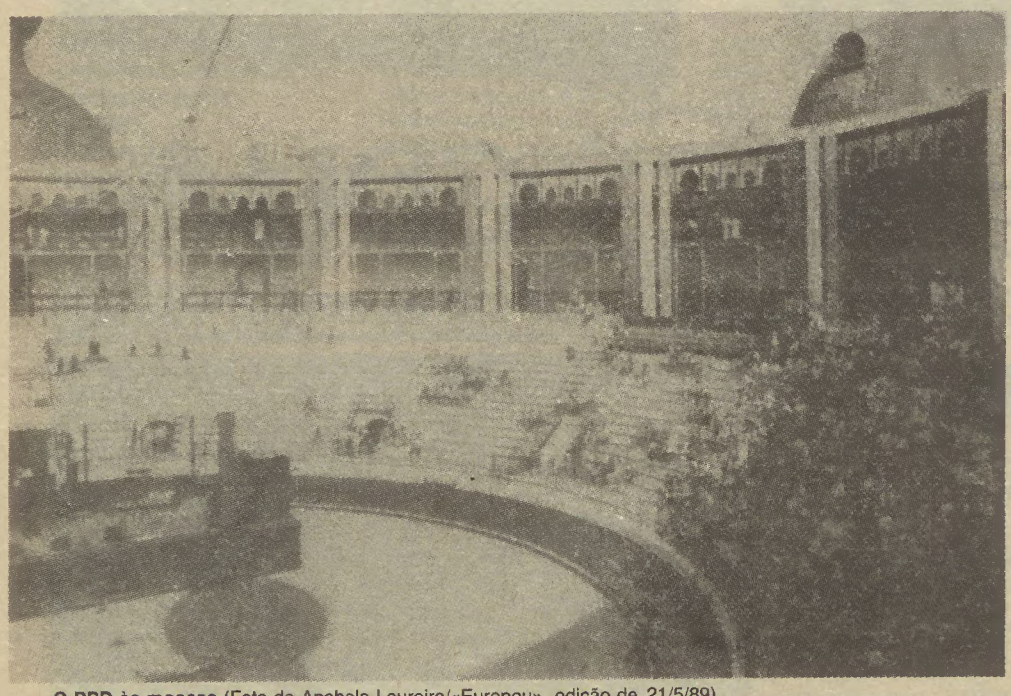
A ausência do «claro» parece-nos um pouco escura.

Se era **clara** a intenção conotativa da utilização deste adjectivo na frase (associando a qualidade dos títulos à qualidade da editora e vice-versa), porquê fugir agora dessa associação? O livro não presta? A editora já não é boa? Ou será que o «tema» é que não é agradável ao bom nome de qualquer editora?
De facto publicitar Salazar e depois rematar com um «da Verbo, claro» era capaz de ser demais. O descaramento não conseguiu ir além da promoção do livro...

Comemoração/ /PPD

O PPD/PSD resolveu no passado sábado comemorar o seu 15.º aniversário na praça de touros do Campo Pequeno, em Lisboa, investindo à larga na efeméride: além de colocar em cabeça de cartaz nomes consagrados como os de Cavaco Silva, António Capucho e António Pinto Leite, o partido do Governo accionou os seus «laranjinhas» de popó ligeiro e gasolina fácil, que enzonaram os ouvidos e a paciência de todas as «avenidas novas» da cidade com *slogans* de 1987, quando parecia que Portugal ia espumar em laranjada com muita borbulha e dedinhos no ar. Para tornar o espectáculo garantidamente concorrido, os organizadores contrataram ainda os «Heróis do Mar» de modo a fixar a juventude, se não por causa da política do Governo, pelo menos de ouvido. Em vão. Da avassaladora multidão que transbordou da Alameda Afonso Henriques em Julho de 1987, dos para cima de dois milhões de votos que construíram a maior maioria de sempre de um partido português, não houve na tarde de sábado passado o suficiente para compor metade dos 5000 lugares que dispõe, sentadinha, a velha praça do Campo Pequeno.

Mas fiéis a si próprios, lá ficaram Cavaco & Cia. a gritar que o País está com eles e «a oposição só apanha bolas e não entra no jogo». Nem no Campo Pequeno. Apesar da excelente tourada.



O PPD às moscas (Foto de Anabela Loureiro/«Europeu», edição de 21/5/89)

Aspirações

Entretanto Cavaco Silva não pára, centrando já abertamente a sua eficácia governativa na competente tarefa de cortar fitas e gabar-se em público. Logo a seguir ao fiasco do Campo Pequeno (e sem que isso, aparentemente, lhe perturbasse a veia ficcional), o Primeiro-Ministro deslocou-se à região do Vale do Sousa para, na Câmara Municipal de Paços de Ferreira e frente a um ligeiro aglomerado, garantir que «os portugueses não poderiam aspirar aos níveis de vida da Europa se não existissem as reformas que o Governo está a aplicar».
Pois não. Sem elas, as «reformas», os portugueses estariam agora a construir o seu futuro e sem paciência para «aspirações». Para aspirações basta o totoloto. O tal que é fácil, barato... e dá realmente milhões, de vez em quando. Não tira...

Desengarrafar

Nuno Abecasis, o presidente da Câmara de Lisboa em vias de ser chutado da maior autarquia do País que ele próprio transformou no maior caos urbano, aparece agora a prometer 40 milhões de contos «para que Lisboa não fique engarrafada».
Há uns anos Abecasis prometeu incendiar Lisboa e se não cumpriu à letra, respeitou o espírito da frase ao mutilar, descaracterizar, engarrafar e destruir parte do património e a generalidade da qualidade de vida da capital. Hoje «quer» desengarrafar a cidade.
Se ele fez o que fez a partir de uma simples caixa de fósforos, imaginem o que aconteceria se lhe passassem para as mãos um saca-rolhas. De 40 milhões de contos, ainda por cima...

Gazetilha

por Ignotus Sum

Reunião

Naquela reunião de comerciantes
houve uma coisa simplesmente inquieta
e que, sem o optimismo que era dantes,
deu que pensar muitíssimo ao poeta.

Foi quando um, que entre os grandes mais se encontra,
alta voz levantou no bruaá:
– Cartazes vamos pôr em cada montra
contra quem só falências nos dará...

– Apoiado! – gritaram todos, postos
os olhos no comércio tão doente –
Burocracia, importações, impostos,
são armas de Cavaco contra a gente...

Mas toda a graça desta ocasião
foi depois, quando, com espanto à brava,
vimos Cavaco na televisão
dizer que toda a gente o apoiava...

Cadilhe é um bom exemplar.
Godinho nem falar.
Beleza está no altar.
Eurico é de banzar.
O Peneda sempre a penedar.
Amaral, um pilar.
Cavaco, já se sabe, não tem par.

Que tal Governo se esteja a afundar
com tanta gente boa é caso de espantar!

A engrenagem

Contrabando, contrabando,
já não é de quando em quando
anda por aí passando
enxame, cardume, bando...

É gado, é maquinaria,
é tabaco, são cosméticos,
é horta, é salsicharia,
sem conta electrodomésticos,
é comer, vestir, é tudo
que dinheiro possa dar...

Prendem? Sim. Peixe miúdo.
Graúdo fica no mar
em seus cruzeiros de férias.

O resto? O resto são lérias...

A representação

Sou franco: às vezes
já nem entendo bem
quem é que «faz as vezes»
quem representa quem...

Na mesma altura em que o imundo e o malvado latifúndio
com a ajuda do PS já remoça
tinha a CAP o seu congresso a que chamava
«de Agricultura»...
... só por troça!

Na sala, estava lá Cavaco, pois então,
esquálido, feroz, erecto,
estava lá, pois, em representação
do ministro Barreto

em direcção ao qual, velha zurrapa
gratidão latifúndica se esCAPa...

Agenda

Avante!
Ano 59 — Série VII
N.º 804
24 de Maio de 1989
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Quarta 24

• **VISEU**

Encontro-convívio com profissionais da Comunicação Social sobre a revisão da Lei da Imprensa e a revisão da Constituição: na Galeria 22, com início às 16.00. O encontro é promovido pelo PCP no quadro da CDU e nele participa o jornalista **José Garibaldi.**

• **PORTO**

Convívio da Juventude CDU: na sede (Av. Boavista, 601), a partir das 20.00.

• **V. FRANCA DE XIRA**

Sessão de esclarecimento com o camarada **Jaime Serra** no Salão Cultural de **Sobralinho** — às 21.30.

• **ALMADA**

Visita de **Carlos Carvalhas** ao concelho, a terminar com uma sessão pública, às 21.30, na **Cova da Piedade.**

Quinta 25

• **ALCOCHETE**

Debate sobre «Direitos dos trabalhadores e a integração na CEE», com a participação de **Rosa Marques**, do Conselho Nacional da CGTP-IN — às 21.00.

• **ALMEIRIM**

Piquenique organizado pela CDU em **Passos Negros** (nos Gagos, Vale de Água), com a participação de **Álvaro Brasileiro**, deputado da AR — durante todo o dia.

• **LOURES**

Jornada de convívio promovida pela CDU-/Loures no **Cabeço de Montachique**, com almoço de confraternização, provas desportivas, intervenções musicais.

Às 17.30, no mesmo local, **comício** com a participação de **Álvaro Cunhal, Severiano Falcão** e **Herberto Goulart.**

• **MOITA**

No decurso da visita de **Carlos Carvalhas** ao concelho, sessão-debate, às 10.00, no salão da Câmara Municipal.

• **BARCELOS**

Sessão pública com a participação de **Maria Santos** (às 21.30), no decurso da visita que efectua ao distrito de Braga.

Sexta 26

• **SEIXAL**

«O que é a CEE» — debate conduzido por **Vasco Cal**, candidato ao PE e representante da CGTP-IN no Conselho Económico e Social da CEE — às 21.30.

• **ÁGUEDA**

Sessão sobre as propostas da CDU ao Parlamento Europeu, com a participação de **Barros Moura** — às 21.30, na Escola Primária n.º 1.

• **SETÚBAL**

Debate sobre o problema da habitação, conduzido por **Odete Santos, deputada da AR — às 21.00, na Cooperativa da Azeda (Sala da Azeda).**

• **COUÇO**

Encontro de **Álvaro Cunhal** com a população do Couço — às 18.30, na Praça 25 de Abril.

• **ALPIARÇA**

Comício com a participação de **Álvaro Cunhal** — às 21.30, no Pavilhão da Câmara (recinto da Feira).

• **MARINHA GRANDE**

Sessão pública na Câmara Municipal com **Carlos Carvalhas**, que visita em seguida a Feira das Actividades Económicas.

Álvaro Cunhal em comícios

- **Loures**
  quinta-feira, 17.30,
  Cabeço de Montachique
- **Alpiarça**
  sexta-feira, 21.30, Pavilhão da Câmara
- **Couço**
  encontro com a população
  sexta-feira, 18.30, Praça 25 de Abril

CDU

Sábado 27

• **FELGUEIRAS**

Encontro concelhio da CDU sob o lema «Pelo desenvolvimento e bem estar» — no refeitório da Escola Secundária, a partir das 15.00.

• **GAIA**

Convívio promovido pela Juventude CDU, com jogo de futebol — em Canidelo — marcado para as 15.00.

• **CASTELO DE PAIVA**

Sessão de esclarecimento em **Pedorido** com a participação de **Sérgio Teixeira** — na Escola Primária do Picão, às 21.00.

• **MACIEIRA DE CAMBRA**

Sessão sobre as eleições para o Parlamento Europeu com a participação do candidato **José Manuel Amaro** — na Escola Primária da Praça, às 21.30.

• **CERCAL**

Almoço-convívio promovido pela CDU — às 13.00.

• **CASEBRES**

Sessão de esclarecimento — às 21.00.

• **SANTARÉM**

Jantar-convívio promovido pela CDU com a participação de **Sérgio Ribeiro**, candidato ao PE — no Teatro Clube Ribeirense às 19.30.

• **MONTELAVAR**

Jantar-convívio e debate com a participação do camarada **Blanqui Teixeira** — na Sociedade Filarmónica de Montelavar.

• **COVILHÃ**

Encontro concelhio da JCP/Juventude CDU, com convívio e baile para que são convidados «os amigos de todas as idades».

Convívio concelhio da CDU durante o qual serão anunciados os primeiros candidatos à Câmara e à Assembleia Municipal — no Grupo Desportivo da Mata.

• **PORTO**

Seminário internacional promovido pelo Partido Ecologista «Os Verdes» sobre **O impacto ambiental decorrente da adesão à CEE e do Mercado Único em 92.** Participam representantes de Os Verdes da RFA, Espanha e Itália, um deputado belga no PE e um membro do Secretariado do Grael, e ainda **Maria Santos, Joaquim Miranda** e **Viriato Pina Moura**, candidatos ao PE, e Herculano Pombo, deputado da AR.

Convívio CDU com vídeo-gigante (espectáculo dos U2) na Praça da Alegria — às 21.30.

• **LISBOA**

O Parlamento Europeu Alternativo de Mulheres — iniciativa do MDM em colaboração com a FDIM, a decorrer **hoje** e **amanhã** na Aula Magna do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE). Tema: «A Violência sobre a Mulher».

• **FAMALICÃO**

No decurso da visita que efectua ao concelho, **José Barata Moura** participa em duas sessões públicas: às 15.30 na Casa da Cultura de Famalicão, e às 21.30 Em St.ª Eulália/Arnoso.

Domingo 28

• **ALGUEIRÃO**

Caravana da Juventude CDU, com concentração às 9.30 no Centro de Trabalho do PCP de Algueirão.

• **AZAMBUJA**

Sessão sobre as eleições para o Parlamento Europeu com a participação do camarada **Dias Lourenço** — às 15.00.

• **BORBA**

Comício com **Carlos Carvalhas** — Jardim Público, 21.30.

• **GUIMARÃES**

Sessão pública, às 15.00, com a participação de **Barata Moura**, no decurso da Festa CDU que decorre no Jardim Público de **Pevidem.**

Segunda 29

• **SEIXAL**

Visita de **Joaquim Miranda** ao concelho do Seixal: encontro com reformados no Clube Recreativo da Cruz de Pau às 15.00, e sessão em **Miratejo** às 21.30.

• **PORTO**

Visita de Barros Moura ao distrito do Porto, hoje a amanhã, para contactos com as populações dos concelhos de **Felgueiras, Santo Tirso, Vila do Conde, Póvoa de Varzim** e **Porto.** Destaque no programa de hoje para a sessão-encontro com intelectuais, industriais, comerciantes, dirigentes sindicais e outras personalidades em **Vila do Conde**, às 19.00, e para o «Venha tomar café com Barros Moura» no Café Enseada da **Póvoa de Varzim** às 21.30.

Terça 30

• **PORTO**

Sessão-debate sobre **O Sector Empresarial do Estado — Os direitos dos trabalhadores e a CEE** com a participação de Barros de Moura — às 21.30, no salão da Junta de Freguesia do Bonfim.

• **LISBOA**

A Administração Pública e o Mercado Interno de 1992 — debate promovido pela Comissão CDU da Função Pública com a participação de **Carlos Carvalhas** — às 21.00 no Hotel Roma.

• **COVILHÃ**

Vídeo-gigante na Aldeia de Carvalho — às 22.00.

• **SEIXAL**

«Sabe o que é a CEE?» — sessão de esclarecimento com a participação de candidatos ao PE: às 21.30 no Clube Desportivo da Quinta da Princesa.

Quarta 31

• **VILA VELHA DE RÓDÃO**

Visita de **Francisco Moreira**, candidato ao PE, ao concelho, com encontros com trabalhadores nas empresas, dirigentes sindicais, entidades municipais. Às 21.00, no CDRC do **Porto do Tejo** colóquio subordinado ao tema «Desenvolvimento regional para enfrentar 1992».

• **LISBOA**

Património e a CEE — sessão-debate em que participam **Aboim Inglez, Abílio Fernandes, Carlos Consiglieri, F.A. Batista Pereira, Maria Santos** e **Rui Godinho** — às 21.00 na Casa do Alentejo.

• **S. PEDRO DE SINTRA**

Sessão sobre as eleições para o Parlamento Europeu com a participação de **José Casanova** — às 21.00 na URCA (Abrunheira).

A CDU na televisão e rádio

- ***Carlos Carvalhas***
  amanhã no «Jornal das Nove» — RTP-2;

  no domingo
  na Rádio Comercial às 13.00 e
  na Radiogeste
  às 14.00;

  na 4.ª feira, 31,
  no «24 Horas» — RTP-1
- **Barros Moura**
  sexta-feira
  no «24 Horas» — RTP-1

MDM/FDIM
A violência sobre a mulher

discutida
em Parlamento europeu alternativo

ISCTE Lisboa — sábado e domingo

O impacto ambiental decorrente da adesão à CEE e do Mercado Único em 92

Seminário internacional promovido por «Os Verdes»

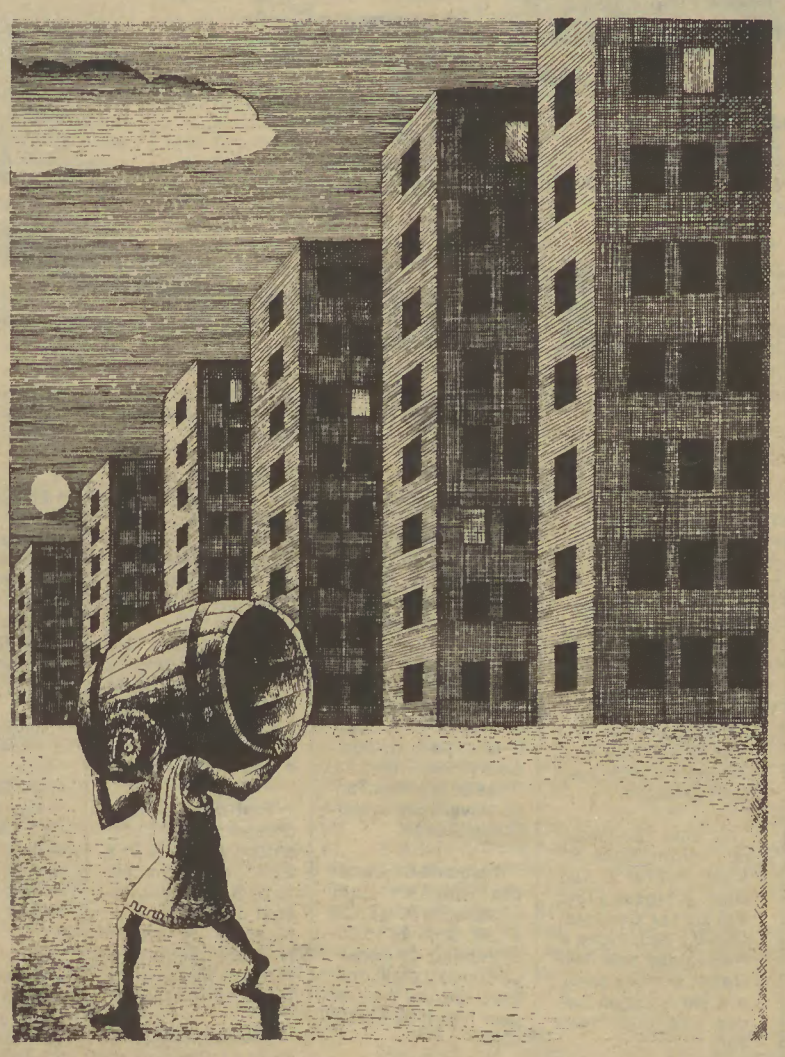
***Porto* — sábado**

FUNÇÃO PÚBLICA

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O MERCADO INTERNO DE 1992

HOTEL ROMA
30 de MAIO de 1989
21 HORAS

ANTOLOGIA



G. MAGOMAIEV, *URSS. In «Krokodilo» revista de Humor, n.º 16 de 1988*

TV O Programa

Quarta 24

RTP1

09.00 – **Bom dia**
10.00 – **Às dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da tarde**
13.30 – **Fama** (41.º epis.)

14.15 – **Os Campbells** (série, 1.º epis.)
14.45 – **O Homem e a Cidade** — Faro
15.05 – **Paul McCartney**
16.00 – **Os Roberts**
16.30 – **Ponto por ponto**
17.30 – **Brinca brincando**
18.20 – **Futebol** — Final da Taça dos Clubes Campeões Europeus
20.15 – **Telejornal**
20.55 – **Boletim meteorológico**
21.15 – **Sassaricando**
21.45 – **Vamos jogar no totobola**
22.10 – **Lotação esgotada:** «Piquenique», real. Joshua Logan (EUA/1955, 109 min.)
24.00 – **24 horas**
00.30 – **Remate.**

RTP2

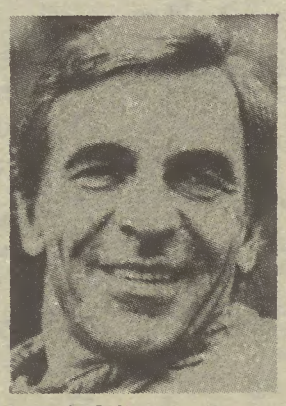
15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, escolha**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.35 – **Trinta minutos com...**

18.00 – **O Rio Amarelo**
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das nove**
21.30 – **Grande Sertão: Veredas** (11.º epis.)
23.15 – **Música n'América.**

Quinta 25

RTP1

09.00 – **Bom dia**
10.00 – **Às dez**
10.55 – **Missa do Dia de Corpo de Deus**
12.15 – **Brega e Chique** (123.º epis.)
13.00 – **Jornal da tarde**
13.40 – **Um Anjo na Terra** (6.º epis.)
14.25 – **Programa Musical**



16.05 – **Os Roberts**
16.30 – **Ponto por ponto**
17.25 – **Brinca brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Sassaricando** 48.º epis.)
22.05 – **Djavan no Rivoli**
22.55 – **24 horas**
23.25 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Grande Sertão: Veredas** (repetição, 7.º epis.)
16.30 – **Lá em Casa Tudo Bem**
16.55 – **Sinhá Moça** (68.º epis.)
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **TV 101** (4.º epis.)
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das nove**
21.30 – **Maude**
21.55 – **Hora da Verdade**
22.55 – **Hitchcock apresenta...**
23.20 – **Magazine Musical.**

Sexta 26

RTP1

09.00 – **Bom dia**
10.00 – **Às dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da tarde**
13.30 – **Chateauvallon** (23.º epis.)
14.25 – **Imagem e imagens**
15.05 – **La Folia**
16.05 – **Os Roberts**
16.30 – **Ponto por ponto**
17.25 – **Brinca brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Sassaricando**
21.15 – **Teatro** — «Volpone», comédia de Ben Johnson, enc. Norberto Barroca
23.40 – **24 Horas**
00.10 – **Remate**

00.25 – **Pela Noite Dentro** — «Popeye Doyle Investiga», real. Peter Levin (EUA/1986, 96 min.).

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escolha**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.35 – **Giramundo**
18.00 – **Especial Desporto** (incluindo andebol)
19.30 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das nove**

21.30 – **Os Retratos de Lizzie** (série, 1.º epis.)
22.10 – **Rumo ao Céu** (série, 1.º epis.)
23.10 – **Entre Barreiras**
23.40 – **Rotações.**

Sábado 27

RTP1

09.00 – **Juventude e família** (Era uma vez a vida, O safari do João Valentão, Turbo Teen, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Get Smart)
12.05 – **A Grande Aventura**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Recordes Guiness**
13.35 – **Parlamento**
14.05 – **Sessão da Tarde** «A Festa da Escola», real. Russ Mayberry (EUA/1980, 96 min.)
15.45 – **Vivamúsica**
16.40 – **Crime, Disse Ela**
17.30 – **As estrelas** (2.º epis.)
19.10 – **Sete folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Telejornal**
21.35 – **Zarzuela**

23.15 – **Praia da China** (2.º epis.)
00.50 – **Cinema da Meia Noite** «Que teria acontecido a Baby Jane?», real. Robert Aldrich (EUA/1962, 132 min.).

RTP2

09.00 – **Music Box**
09.55 – **A Malta de Bronx** (repetição, 5.º epis.)
10.45 – **Os Celtas** (últ.º epis.)
11.40 – **A nossa turma**
12.50 – **Compacto Brega e Chique**
16.00 – **Estádio**
19.30 – **Quem Sai aos Seus**
19.55 – **Music Box Especial**
20.55 – **Elogio da leitura**
21.15 – **Simenon**
22.10 – **Segredos e Mistérios**
23.45 – **Basquetebol Internacional.**

Domingo 28

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70x7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Fórmula 1** (série, 12.º epis.)
13.55 – **Allo, Allo**
14.25 – **Terra X** (série, 4.º epis.)
15.00 – **Primeira Matinée** «Libertação» («Paisa»), real. Robert Rossellini (Itália/1946, 115 min.)
17.00 – **Clube de amigos Disney**
19.00 – **O Justiceiro**
20.00 – **Jornal de domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.35 – **Alf, uma coisa do outro mundo**
21.15 – **O Barco e o Sonho** (2.º epis.)
22.15 – **Filmezinho**
22.20 – **Domingo Desportivo.**

RTP2

09.00 – **Music Box**
10.00 – **Troféu**
13.00 – **Caminhos**
13.50 – **Veterinário da Província**
15.00 – **Troféu**
19.00 – **O Mundo em Extinção**
19.45 – **Especial Desporto** (incluindo Grande Prémio do México em Fórmula 1)
22.45 – **Cineclube** «O Meu Maior Pecado», real. Douglas Sirk, (EUA/1957, 91 min.).

Segunda 29

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **O Império de Carson**
14.15 – **A Brigada Falcão** (9.º epis.)
14.40 – **Pescadores** – Na costa alentejana
15.05 – **Nina Simone**
16.00 – **América Selvagem** (série)
16.35 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Sassaricando**
21.20 – **Anzacs: Heróis da Guerra** (2.º epis.)
23.15 – **Portugal – Passado e Presente** (série, 8.º epis.)
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha!**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Music Box**
19.00 – **Music Box Especial**
19.55 – **Os Intocáveis**
24.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Acerto de Contas** (Magazine de Economia)
22.00 – **Ópera.**

Terça 30

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Dallas**
14.15 – **Os Filhos dos Flintstones**
14.40 – **Um Certo Sorriso**
15.15 – **Chet Baker**
16.00 – **América Selvagem**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Sassaricando**
21.15 – **Jogo Duplo** (2.º epis.)
22.20 – **Primeira Página**
23.15 – **Armadilhas** (8.º epis.)
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Século XX – A História de Hollywood**
16.25 – **Magazine Musical**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Music Box**
19.00 – **Music Box** (Off The Wall)
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Cine Magazine**
22.00 – **Cinemadois:** «O Meu Amigo Ivan Lapshin», real. Alexei Guerman (URSS/1985, 92 m).

Quarta 31

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Brega e Chique**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Fama** (41.º epis.)
14.15 – **Os Campbells** (2.º epis.)
14.15 – **O Homem e a Cidade**
15.05 – **Lou Reed**
16.00 – **América Selvagem**
16.30 – **Ponto por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.20 – **P'ra Variar**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Sassaricando**
21.10 – **Vamos Jogar no Totobola**
21.25 – **Lotação Esgotada:** «Borsalino», real. Jacques Deray (França-Itália/1970, 126 m)
23.50 – **24 Horas**
00.20 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha!**
16.55 – **Sinhá Moça**
17.35 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **O Rio Amarelo**
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Os Intocáveis**
20.45 – **Cem Grandes Quadros**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Grande Sertão: Veredas** (12.º epis.)
23.15 – **Som da Surpresa.**

Teatro O Cartaz

• **LISBOA**

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 24. De 5.ª a dom. às 21 e 15, sáb. e dom. às 17. **O Irmão**, de David Mourão-Ferreira, enc. João Ávila.

Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 16. **Um Demónio na Vitrine**, de Fialho de Almeida, dramat. Manuel João Gomes, enc. Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum.

1.º Acto, Rua Eduardo Pedroso, Algés. 6.ª e sáb. às 21 e 30. **Tão Bom! A Nossa Filha Vai Casar Com Um Conde!**, de Labiche, e **Não Andes Nua Pela Casa**, de Feydeau, enc. de Armando Caldas, pelo grupo Intervalo.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 16. **A Marmita de Papin**, de Clara Pinto Correia, enc. Fernando Gomes.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. *Sala 1* — De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Os Recrutas**, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna. *Sala 2* — 6.ª às 21.30, sáb. às 16 e 21.30, dom. às 16.00. **Estilhaços**, de Mário de Carvalho, enc. João Brites, pelo Bando. *Café Teatro* — De 3.ª a 6.ª às 22.00. **Mais Tarde Haverá Sexo**, enc. Durval Lucena.

Teatro da Cornucópia, Rua Ten. Raul Cascais. De 3.ª a 6.ª às 21.30, dom. às 16.00. **O Público**, de Federico Garcia Lorca, enc. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17. **A Castro**, de António Ferreira, enc. Blanco Xil.

Teatro D. Maria, Rossio – *Sala Gil Vicente*. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. **África**, de Isabel Medina, enc. Luís Filipe Costa (até 31/5).

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16 e 21.30. **Quem Tramou o Comendador?**

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e N. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nené**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

• **ESTORIL**

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo, Monte Estoril. De 3.ª a sáb. às 21 e 30, dom. às 17. **Lisístrata**, de Aristófanes, enc. Carlos Avilez, pelo TEC.

• **PORTO**

Os Comediantes, R. Gonçalvo Cristovão. De 5.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **Possessos de Amor**, de Sam Shepard, enc. Peter Field.

Sala do Povo Portuense, R. de Camões. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16. **As Criadas**, de Jean Genet, enc. Júlio Cardoso, pelo Seiva Trupe.

Filmes

«Piquenique» — 4.ª, 22.10, RTP-1
«Popeye Doyle Investiga» — 6.ª, 00.25, RTP-1
«A Festa da Escola» — sáb., 14.05, RTP-1
«Que Teria Acontecido a Baby Jane?» — sáb., 00.05, RTP-1
«A Fuga de Tarzan» — dom., 10.00, RTP-1
«Libertação» — dom., 15.00, RTP-1
«O Meu Maior Pecado» — dom., 22.45, RTP-2
«o Meu Amigo Ivan Lapshin» — 3.ª, 22.00, RTP-2
«Borsalino» — 4.ª, 21.25, RTP-1

Música

Quarta
15.05, RTP-1: **Paul McCartney**
23.15, RTP-2: **Country** (Música n'América)

Quinta
22.05, RTP-1: **Djavan**
23.20, RTP-2: **Magazine Musical**

Sexta
15.05, RTP-1: **orquestra La Folia**

Sábado
09.00, RTP-2: **Music Box**
15.45, RTP-1: **Vivamúsica**
19.55, RTP-2: **Music Box Especial**
21.35, RTP-1: **Zarzuela**

Segunda
15.05, RTP-1: **Nina Simone**

Terça
15.05, RTP-1: **Chet Baker**
16.25, RTP-2: **Magazine Musical**

Quarta
23.15, RTP-2: **Jazz** (Som da Surpresa)

Desporto

Remate — RTP-1, 4.ª (00.30), 5.ª (23.25), 6.ª (00.10), 2.ª (00.15), 3.ª (00.15) e 4.ª (00.20)
Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.40
Estádio — RTP-2, sáb., 16.00
Troféu — RTP-2, dom. (10.00 e 15.00 e 19.45)
Domingo Desportivo — RTP-1, 22.20
Basquetebol — RTP-2, sáb., 23.45.

Cinema — A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Comissária	★★★★	★★★	★★★★	★★★
B	Encontro de Irmãos	—	★★	★★★	★★★
C	Gente Estranha	★★★★	—	★★★★	★★★★
D	Histórias de Nova Iorque	—	★★★★	—	—
E	Gorilas na Bruma	—	★	—	—
F	O Turista Acidental	★★★★	★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Aleksandr Askoldov – **Quarteto/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.
B — Real. Barry Levinson – **Alfa 1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras 6** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **S. Jorge 1**(15.30, 18.30, 21.30) – **Lisboa**.
C — Real. Andrei Konchalovsky – **King/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) – **Lisboa**.
D — Real. M. Scorcese, F.F. Coppola e W. Allen – **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Ávila** (14.15, 17.00, 19.10, 21.45, 23.45), **Las Vegas/2** e **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.30) e **S. Jorge/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) – **Lisboa**.
E — Real. Michael Apted – **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) – **Lisboa**.
F — Real. Lawrence Kasdan **Quarteto/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.

...e ainda — Música, debates, etc.

ABC

Prestes a chegar ao fim está o ciclo que o ABC Cine Clube de Lisboa tem vindo a dedicar ao cinema europeu contemporâneo. Na próxima sexta-feira, às 18.45, como habitualmente no Quarteto, exibe-se **Finalmente Domingo**, de François Truffaut, interpretado por Fanny Ardent e Jean-Louis Trintignant.

Na Cinemateca merece destaque o ciclo que ali prossegue, dedicado a **Chaplin**. Esta semana podem ser vistas curtas e médias metragens dos períodos Essanay, Mutual e First National e algumas longas metragens. Nomeadamente: **Luzes da Cidade** hoje às 21.30, **Tempos Modernos** na sexta às 18.30, e **O Grande Ditador** igualmente na sexta mas às 21.30.

Música

Concertos quase diários na Gulbenkian, esta semana.

Hoje às 18.30, no Grande Auditório, o **Quarteto Borodine** apresenta-se com um programa exclusivamente dedicado a **Chostakovitch** — quartetos n.º 2 em lá maior e n.º 3 em fá maior.

Para quinta e sexta (às 21.30 e 18.30, respectivamente) estão marcados concertos pela Orquestra Gulbenkian com um programa constituído por obras para piano e orquestra de Beethoven, Prokofiev e Schubert. Com o maestro **Max Rabinovitsj** e o pianista búlgaro **Emile Naoumoff**.

Na segunda-feira regressa à Gulbenkian para um único recital integralmente preenchido com obras de Chopin o pianista **Sequeira Costa**. O concerto realiza-se às 18.30 no Grande Auditório.

Finalmente: um recital de **Max Rabinovitsj** em violino e **Elizabeth Allen** em piano, que estivera anunciado para Fevereiro, vai ter lugar no próximo dia 30, no Grande Auditório ainda. No programa, Schubert, Beethoven, Brahms. Às 18.30.

PERICH

Museu do Neo-Realismo

Em Vila Franca de Xira acaba de ser criado o Museu do Neo-Realismo. À evidente importância cultural do facto junta-se desde já a solidez do projecto: ideia lançada há um ano, o Museu já tem instalações (embora provisórias), milhares de documentos, uma comissão instaladora constituída por intelectuais de prestígio e três personalidades representativas do município de Vila Franca (Daniel Branco, José António Carmo e Clara Camacho, respectivamente presidente da Câmara, vereador do pelouro da Cultura e responsável do Departamento Cultural) que concorrem, todos, para assegurar que este museu viverá.

Segundo os seus estatutos, a Associação Promotora do museu, agora constituída, tem por objectivo principal «promover, apoiar e dinamizar todas as acções conducentes à implantação do Museu do Neo-Realismo na cidade de Vila Franca de Xira» e destina-se também a **«recolher, pesquisar, investigar, catalogar e preservar todo o acervo do futuro Museu»**. Nos próximos meses o Centro de Documentação, com biblioteca e centro de investigação, e ainda outros departamentos estarão em funcionamento, aptos a tratar os documentos que lhes forem entregues e a responder por eles.

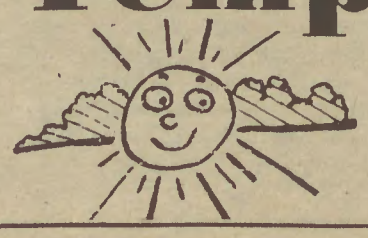
Quaisquer documentos, obras de arte, objectos que caibam no âmbito deste Museu do Neo-Realismo podem ser entregues à sua Comissão Instaladora, neste momento ainda através do Departamento de Acção Sociocultural da Câmara Municipal, para Av. dos Combatentes, 80 — 2600 Vila Franca de Xira, tel. 22 824.

Teatro em Loures

O CDIAG tem actualmente em cena em Loures, especialmente destinado aos alunos do ensino primário da freguesia, o espectáculo teatral «As palavras não têm escamas», de Françoise Pillet — uma tradução e adaptação de José Fanha com encenação de Gil Salgueiro Nave.

Os espectáculos realizam-se nos dias 24, 26, 30 e 31 do corrente às 11 e às 15 horas, sempre no Cine-Teatro de Loures.

Tempo — Fim de Semana



Períodos de céu muito nublado, vento geralmente fraco, aguaceiros. Possibilidade de trovoadas.

Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

Exposições...

• LISBOA

Anabela Faria – Pintura. Sala de Arte Templários, Rua Flores do Lima, 8. De 2.ª a sáb. das 12 às 15 e das 20 às 23 (até 17/6).

António Carmo – Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. De 2.ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19.

António Leitão Marques – Fotografia. Clube Cinquenta. Rua S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17 às 20; sáb. das 15 às 20 (até 31/5).

Ascânio MMM (Brasil) – Escultura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 17/5).

Bernardo Marques – Retrospectiva de desenho (1920-1962). Galeria do Museu do CAM. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

«Brazilienses» – Colectiva de pintores residentes em Brasília. Embaixada do Brasil, Rua das Laranjeiras, 144. De 2.ª a 6.ª das 9 às 18 (até 5/6)

Carlos Afonso Dias – Fotografia. Galeria Ether, Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Chino — Aguarelas. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19.

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» – no Museu Nacional do Teatro. (Estrada do Lumiar, 10). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.

Constança Lucas – Pintura. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (2/6).

Eduardo Luiz – Pintura. Gal. Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20.

Fátima Ramalho — Pintura. Gal. Ângulo, Praça Luís de Camões, 8. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 12/6).

Gerardo Burmester e Pedro Tudela – Escultura e pintura. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15 às 20; sáb. e dom. das 16 às 19 (até 28/5).

Gilberto Zorio (Itália) – Pintura. Gal. Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 1/7).

Graça Costa Cabral – Escultura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a sáb. das 15 às 19 e 30 (até 18/6).

Helena San Payo – Pintura. Galeria de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo (até 27/5).

Isabel Sabino – Pintura. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111. De 2.ª a sáb. das 14 às 19 (até 2/6).

Jean Miotte – Pintura. Galeria Triângulo, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 21/6).

Jorge Martins – Pintura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho. Rua Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15 às 19.

José Aragão – Pintura (guaches). Espaço Alliance, Rua Braamcamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

José Escada – Pintura. Galeria S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 3.ª a sáb., das 11 às 13 e das 15 às 20; 2.ª das 15 às 20 (até 12/6).

Livros Portugueses de Cozinha – Bibliográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até Julho).

Louro Artur – Desenho e pintura. Gal. Diário de Notícias, R. António Maria Cardoso, 41. de 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 14.30 às 18.30, sáb. das 10 às 12.30.

Margarida Lagarto – Pintura. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 8/6).

Maria Bela Garnel – Pintura. Galeria de Santa Justa, 93-2.º. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20 (até 5/6).

Ruth Rosengarten

João Salema – Desenhos. Módulo-Centro Difusor de Arte, Calçada dos Mestres, 34-B. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 31/5).

João Paulo Ferro – Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até 6/6).

Marla Keil – Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Martinez – Pintura. Galeria de Arte Moderna da SNBA, Rua Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom. das 14 às 20 (até 28/5).

Martins Gomes – Pintura. Palácio Anjos, Algés. Das 14 às 21 (até 11/6).

Martins Pereira – Pintura. Galeria Ícaro, Rua Presidente Arriaga, 70, às Janelas Verdes. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (31/5).

Molina Sanchez – Pintura. Galeria Príncipe Real, 32, r/c. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (31/5).

Pedro Calapez – Grafites sobre madeira. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1 F. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Peter Caulfield – Serigrafia. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Projectos para o Centro Cultural de Belém – Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até fim de Maio).

Rui Sanches – «A Marat», desenhos. Loja do Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15 às 19 e 30.

Ruth Matchabe – «Janelas», fotografia. Foto Galeria, Costa do Castelo, 12-A. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 13.30 e das 15.30 às 19.30 (até 2/6).

Ruth Rosengarten – Pintura. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 31/5).

Silva Palmeira – Pintura. Galeria Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 13 e das 15 às 19 (até 7/6).

Tomás Santos Maia – «Não há tempo ou lugar onde habitar», pintura. Gal. João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20.

Toulouse-Lautrec – Desenhos e aguarelas (Colecção T. de Celeyran). Museu Nacional de Arte Antiga, Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 9.30 às 17 (até 31/5).

Helena San Payo

Desenhos de Toulouse-Lautrec

• PORTO

Alechinski – Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário, 125-129. De 2.ª a sáb. das 15 às 19 e 30.

Colectiva de Design de arquitectos portugueses (mobiliário, objectos decorativos). Gal. Vantag, Edifício Aviz Av. da Boavista. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 12.30 e das 14.30 às 19.30 (até 3/6).

José Pedro Croft – Escultura. Gal. Atlântica, R. Galeria de Paris, 67. De 2.ª a 6.ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.

Manuel Casal Aguiar – Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 68.

Menez – Pintura. Gal. Zen., Rua D. Manuel II, 246. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30 (até 14/6).

Pedro Sousa Vieira – Pintura. Galeria Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 9/6).

Victor Palla e Costa Martins – «Lisboa Tejo e Tudo», fotografia. Casa de Serralves, Rua de Serralves. De 3.ª a dom. das 14 às 19.

• OUTRAS LOCALIDADES

José Alves – Pintura. Até 30/6, Centro Cultural de S. Lourenço ALMANSIL.

Vítor Pomar – Pintura. Galeria Municipal da Amadora, Av. Forças Armadas AMADORA.

Colectiva (Colecção Fernando Nunes Ribeiro). Museu Regional de BEJA.

Artur Bual – Pintura e desenho. Gal. Vértice, Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, 71-A. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 21/6) CASCAIS.

Rui Matos – Escultura. Galeria de Colares, Rua Fria, 2. Sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 28/5) COLARES.

António Bretaño Pestana – Pintura. Centro Cultural da Damaia, De 2.ª a 6.ª das 17 às 20.30, sáb. das 15 às 20 (até 9/6) DAMAIA.

Mário Tropa – Pintura. Gal. de Arte Arcada, Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 2.ª das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 12/6) ESTORIL.

Carlos Amaral – Pintura. Sala de Exp. Temporárias do Museu Municipal/Casa do Adro. De 3.ª a 6.ª das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30; sáb. e dom. das 10 às 17.30 (até 4/6) LOURES.

Louro Artur – Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE

Carlos Calado – Gravura. Galeria Espiral, Rua Cândido dos Reis, 90. De 2.ª a 5.ª das 10 às 14 e das 15 às 19; 6.ª e sáb. das 20 e 30 às 23 e 30 (até 6/6) OEIRAS.

«Artistas Africanos» – Colectiva de artes plásticas de artistas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. De dom. a 5.ª das 10 às 12.30 e das 14 às 17.30, até 4/6, Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal de SANTIAGO DO CACÉM.

Luís Andrade – Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

Colectiva de pintura – Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.

a TV

Por quanto tempo?

Com a presença de Cavaco Silva acabou a RTP a ronda que, magnanimamente, ofereceu aos quatro maiores partidos da Assembleia da República.

Não. Não se pode dizer que o tivesse feito com chave de ouro. O que se passou ali foi lamentável.

Falou-se em entrevista a um dirigente de Partido — e ali quem esteve presente não foi quase nunca a relação entre Cavaco Silva e o PSD. Ali com quem se falou durante a quase totalidade do tempo (uma hora...) foi com o Primeiro-Ministro — e este, claro está, não se fez rogado e aí vão as cassettes todas da propaganda...

Desta vez (e ao contrário do que acontecera em situações anteriores) os entrevistadores, quando objectavam, fizeram-no tão debilmente, tão frouxamente, que mais pareciam estar a pedir desculpa pelo «atrevimento». Havia inclusive um que, respeitoso, abanava afirmativamente a cabeça enquanto o entrevistado falava...

Não se pode dizer no entanto, que lhes faltasse material se pretendessem situar o PSD no panorama político português. E Cavaco Silva no panorama da vida interna do seu partido.

A única melindrosa questão partidária levantada foi a da demissão de Carlos Macedo, não explorada em toda a sua significação. Praticamente, passaram por ele como gato por brasas. E no entanto, o mundo de problemas ao seu dispor!

Era a péssima gestão em várias autarquias, algumas delas ao nível do escândalo. Era a questão financeira. Era a luta de grupos ou seja, de interesses. Era a ausência de democraticidade. Era a relação «mais íntima do que devera aqui dizer-se» com o PS, etc., etc.

É evidente que Cavaco Silva sairia muito ferido se aquilo fosse, não uma entrevista simpática, mas um debate. Se, em vez de jornalistas, Cavaco tivesse de enfrentar adversários políticos que explorassem as suas inúmeras debilidades.

Fugindo ao debate, a RTP (quer dizer, o Governo) quer insinuar que não há contestação. De facto não há contestação na televisão, logo, ela não existe...

Por quanto tempo se vai manter esta situação?

O assalto

Lá estava! Era ele quem me entrava em casa, ele o Barreto, o dos olhos frios. Quase me sufoco. Não, em minha casa não! Mal recomposto, ainda, é Cavaco Silva quem o segue. Faço-lhe sinal para que me desapareça da vista. Obedece, mas daí a minutos torna a aparecer e, depois dele, o ministro dos Estrangeiros, sempre sorridente e sempre com o ar de não saber porquê. Preparo-me para o mandar sair quando vejo entrar pela porta dentro o Eurico de Melo, que quer falar, que fala, mas não se entende o que diz, se quer dizer alguma coisa. Preparo-me para protestar, para lhe gritar «saiam, eu não so convidei!», quando dou de caras com o Couto dos Santos. Grito para toda a vizinhança: «Socorro! Estou a ser assaltado!»

— Que é que tens? Sossega!

Era a voz de minha mulher.

— Sossego? Com toda esta gente cá dentro?

— Foi tudo um pesadelo. Essa gente vimos nós ontem, sexta-feira, no telejornal.

Peço um copo de água. Tomo um calmante. Estes pesadelos diários dão cabo de mim.

... Com o *Yes* do PS...

Ele sempre há coisas, meus senhores, tão vergonhosas que nem sei como, serenamente, as conte. Vou tentar...

Naquela tarde de sábado, na televisão, rubrica **Parlamento**, juntaram-se para discutir a revisão da Constituição, José Pacheco Pereira, do PSD; Octávio Teixeira, do PCP; e Carlos Lilaia, do PRD.

A certa altura Octávio Teixeira apontou a excessiva intervenção do Governo como elemento de base na ineficácia de certas empresas públicas: os gestores eram escolhidos não pela sua competência, mas por compadrio político.

Contou o facto passado com determinado gestor da UNICER que dissera não estar nada interessado em obter lucros e dizia «Então eu ia dar lucro ao Estado!»

A história não é única. Quantas, semelhantes, não se poderiam referir!

Pois sabem qual é a opinião de Paheco Pereira, do PSD? Segundo ele, «a partidarização é secundária...»

Pois é. Secundária a partidarização. Secundária a entrega das alavancas económicas aos grandes grupos económicos. Secundária a destruição das relações económicas e sociais no Alentejo.

Primário, isso sim, só o domínio pelo PSD de todas as alavancas do Poder, com o **Yes** do PS...

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

Campo Pequeno ou Campo Grande?!...

A Praça de Touros do Campo Pequeno, em Lisboa, foi a semana passada palco de duas manifestações contraditórias entre si mas individualmente significativas e, em certa medida, complementares uma da outra na leitura política a fazer. A primeira, de professores, encheu completamente na quarta-feira a velha praça com os protestos dos docentes contra a regulamentação de carreiras e a nova grelha salarial que o Governo lhes quer impor; a segunda, promovida pelo PPD/PSD para comemorar o seu 15.º aniversário, não logrou na tarde de sábado «tapar» meia-casa. Na primeira, a enorme multidão gritava contra a política do Governo; na segunda, o chefe do Governo gritava para a pequena agremiação que o ouvia que o País estava felicíssimo com a sua política.

A maior greve

Os professores preparam para os três primeiros dias da próxima semana uma greve que os dirigentes da Fenprof apelidam já como «a maior de sempre em Portugal, registada em qualquer sector». Segundo as previsões da Federação Nacional dos Professores nas próximas segunda, terça e quarta-feira, a quase totalidade das escolas primárias, preparatórias e secundárias do País vão paralisar. A confiança registada nesta previsão advém de dois factos essenciais. O primeiro é a grande movimentação ocorrida na passada quarta-feira, com os plenários regionais de docentes a encherem grandes recintos como o Campo Pequeno, em Lisboa, o Pavilhão do Infante de Sagres, no Porto, e o Pavilhão de Olivais, em Coimbra. A segunda razão deriva da própria base do protesto: uma proposta de reforma do sistema retributivo da Função Pública, apresentada pela subsecretária de Estado da Modernização Administrativa que, pelos dados disponíveis, é rejeitada pela grande maioria dos professores.

Nunca em qualquer momento, após o 25 de Abril, o descontentamento entre esta classe foi tão grande e atingiu valores de tal modo significativos. Também aqui dois dados podem ser apresentados como esclarecedores. O primeiro é a adesão de cerca de 80 por cento (segundo números da Fenprof) à greve do passado dia 11 de Maio. O segundo é um exemplo inegavelmente significativo, contado a «A Capital» pelo dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, António Vicente: «Na greve passada, a Escola Secundária Filipa de Lencastre registou uma afluência bastante baixa, aliás já o normal naquele estabelecimento, por tradição um pouco conservador. No entanto, no dia seguinte, o ministro da Educação foi visitar a escola e deparou com a grande maioria dos professores, mesmo os mais antigos, com faixas pretas no braço, em sinal de protesto para com a proposta do Governo agora em questão.

(«A Capital», 19/5/89)

Cavaco Silva participou, no sábado, no comício comemorativo do 15.º aniversário do PSD, realizado no Campo Pequeno, em Lisboa, tendo designadamente afirmado que nenhuma força política conseguiu até hoje apresentar tantos resultados positivos como o seu partido, depois de 3,5 anos de Governo.

Intervenções de Pinto Leite, presidente da distrital de Lisboa, e de António Capucho, cabeça de lista do PSD ao Parlamento Europeu, registaram-se também no comício, que encheu metade da praça de touros (...)

Para Cavaco Silva, a oposição está com dificuldades, uma vez que lhe faltam as medidas de austeridade, o apertar do cinto, a crise, a «desvalorização constante do escudo», a crise na construção civil e a falta de investimento.

Por isso — acrescentou — «incapaz de se afirmar como alternativa», a oposição envereda pelo ataque pessoal, pela calúnia, pelo insulto e pela insinuação, sendo «sintomático» da oposição que há em Portugal «o facto de se aplaudirem uns aos outros».

(«A Capital», 22/5/89)

Espezinhar

«A apresentação de novas propostas salariais que assegurem uma efectiva revalorização da profissão docente, na base mínima da paridade com as carreiras da Administração Pública com idênticas formações», foi ontem exigida, num plenário de professores da grande Lisboa, realizado no Campo Pequeno.

Após o plenário, que encheu por completo aquele recinto, os professores desfilaram até ao Ministério da Educação, para entregar a resolução aprovada. (...)

O Sindicato dos Professores da Região Centro afirmou, em comunicado, que do plenário realizado em Coimbra ficou «bem claro que os professores estão dispostos a defender intransigentemente a dignidade da profissão que o Governo quer espezinhar», apoiando por isso, as formas de luta decretadas pela Fenprof.

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) entregou já pré-avisos de greve para os dias 22, 23 e 24 deste mês, disse António Teodoro, presidente da Fenprof.

Se entretanto não houver alteração nas posições do Governo, a Fenprof vai iniciar debates propondo outras formas de luta, entre as quais, a greve no período de exames.

(«D. N.», 18/5/89)

«Obra feita»...

Cavaco Silva esteve ontem na festa do décimo quinto aniversário do PSD — comemorado num Campo Pequeno que esteve longe de encher —, tendo transmitido aos militantes sociais-democratas a confiança pela «obra feita pelo seu Governo» (...)

«O Governo», prosseguiu Cavaco Silva, «não vai, contudo, de forma irresponsável poder satisfazer todas as solicitações, pois se o fizesse o País entraria novamente na fase de austeridade de que só saiu com o PSD». (...)

O presidente da distrital de Lisboa, António Pinto Leite, começou o seu discurso por recordar que o PSD de hoje integra todos aqueles que «desde a primeira hora venceram as batalhas da liberdade com o PPD».

Pinto Leite referiu, ainda, serem os sociais-democratas quem, através da AD, e agora de um Governo maioritário, deram a estabilidade ao País, «enquanto a oposição se transformou num apanha-bolas dos erros de outros».

(«D. N.», 21/5/89)

Absoluta recusa

Milhares de professores encheram ontem a Praça do Campo Pequeno, em Lisboa, num plenário que representou «uma impressionante afirmação da combatividade da classe» pela «absoluta recusa» das recentes propostas de grelhas salariais apresentadas pelo Governo, através da Subsecretaria de Estado da Modernização Administrativa, que, «além de constituirem uma violação das múltiplas declarações públicas de membros do Governo, atestam o total desrespeito pelos profissionais a quem o País responsabiliza pela formação das gerações do futuro» (...)

As críticas ao Governo de Cavaco Silva e à actuação «arrogante» do Ministro da Educação, Roberto Carneiro, a par das constantes referências ao «êxito» da greve do passado dia 11 — que registou um dos maiores níveis de adesão de sempre — deram a tónica a todas as intervenções e «palavras de ordem» deste gigantesco plenário.

(«D. L.», 18/5/89)

Estádio da Luz?!...

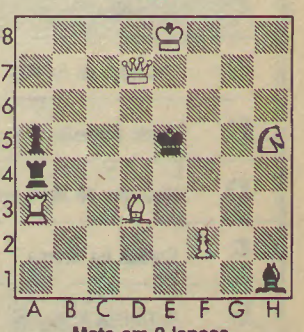
Cavaco Silva, António Capucho e António Pinto Leite falaram ontem para menos de «meia-casa» da praça de touros do Campo Pequeno, num comício-festa para comemorar o 15.º aniversário do PSD e que significou o ponto de partida para a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu. Uma partida sem garra e com uma fraca participação de jovens, apesar de terem actuado os «Heróis do Mar». A JSD não se mobilizou para o comício e o seu líder, Carlos Coelho, não esteve presente. As palavras dos dirigentes tiveram, no entanto, uma tendência contrária e o presidente da comissão distrital de Lisboa, António Pinto Leite, mostrou muito optimismo ao anunciar que o comício de encerramento da campanha eleitoral se realizará no estádio da Luz. Só o responsável pela campanha, Dias Loureiro não escondia o seu desalento. (...)

(«Europeu», 21/5/89)

Xadrez

CCIV – 24 de Maio de 1989

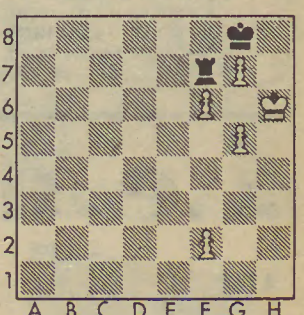
Proposição N.º 204-A
Por: Godfrey Heathcote
1.º Prémio, «Engl. Mechanic», 1891
Pr.: [4]: Pa5-Bh1-Ta4-Ré5
Br.: [6]: Pf2-Ch5-Bd3-Ta3-Dd7--Ré8



Mate em 2 lances

* * *

Proposição N.º 204-B
Por: J. Zabinski
Warsaw, 1890
Pr.: [2]: Tf7-Rg8
Br.: [5]: Ps. f2, f6, g5, g7-Rh6



Jogam as Brancas e ganham

* * *

Soluções do N.º CCIV

N.º 204-A (G. H.): Chave 1. Bé4!
1. ..., Td4; **2.** Dé7++
1. ..., T:é4; **2.** T:a5++
1. ..., B:é4; **2.** f4++

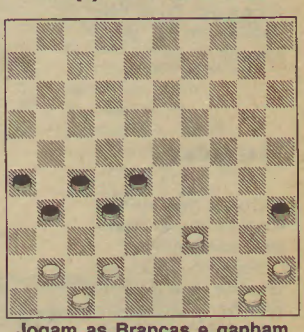
N.º 204-B (J. Z.): 1. f3, Ta7; **2.** g6, T:g7; **3.** f7+, **(se: 3. ..., T:f7; 4. g:f7+ R:f7; 5. Rg5 e ++); 4.** Rg5, Bé7; **5.** Rh5, Rf8; **6.** Rh6, T:f7; **7.** g:f7, R:f7; **8.** Rg5++ [se: **1.** f4?=]

A. de M. M.

Damas

CCIV – 24 de Maio de 1989

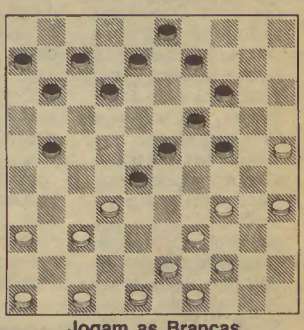
PROPOSIÇÃO N.º 204
Por: H. J. A. Van Gelder – 1914
Pr.: [6]: 26-27-28-31-32-35
Br.: [6]: 39-41-42-45-47-50



Jogam as Brancas e ganham

* * *

GOLPE N.º 204
Por: Wilsens
(contra Lepsic)
Pr.: [13]: 3-6-7-8-9-11-12-14-19--21-23-24-28
Br.: [13]: 25-32-34-35-36-37-39--43-44-46-47-48-49



Jogam as Brancas e fazem Dama

* * *

SOLUÇÕES DO N.º CCIV

Miniatura N.º 204 (H.J.A.V.G.): 39-33 (28x39); 41-37 (32x41); 47x36...+
Golpe N.º 204 (W.) 34-29 (24x33) **A**; 43-38 (33x31); 36x16, (28x37): 48-42 (37x48), 39-34 (48-30); 35x2=D+
A – (23x34); 32x23, (19x28); 39x10 B+2

A. de M.M.